



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Educação

Necessidades das famílias de jovens do ensino profissional com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão

Zélia Sofia Duarte

Orientadores

Prof. Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita

Prof. Doutor Samuel Honório

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Castelo Branco, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Castelo Branco e do Professor Doutor Samuel Honório, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Junho - 2022

Composição do Júri

Presidente do júri

Professor Doutor Paulo José Martins Afonso, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Vogais

Professora Doutora Maria Fernanda Serrão Bastos de Oliveira, Professora de Educação Especial Domínio Cognitivo e motor do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes em Olhão;

Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita, Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Professor Doutor Paulo José Martins Afonso –Professor Adjunto da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco- Categoria profissional e o nome da Instituição

Dedicatória

Dedico este estudo de investigação às pessoas mais importantes da minha vida: aos meus pais, ao meu companheiro, aos meus filhos Maria Eduarda e Afonso, são eles o ar que respiro diariamente, são eles a minha fonte de inspiração.

Agradecimentos

O tempo passou e muitas foram as palavras de ânimo e incentivo daqueles que foram atravessando o meu caminho e que me ajudaram a concluir mais uma etapa na minha vida.

Agradeço desde já, à minha Professora Orientadora Maria Helena Pedro Mesquita, pela orientação, disponibilidade, amizade e apoio. Acreditou que este trabalho era possível, tendo sempre uma palavra de animo para comigo. Pela persistência, incentivo e pelas sábias críticas com que, atempadamente, me confrontou. Pela luta por aquilo que acredita, que me inspira a dar o melhor de mim. Pela inclusividade com que atua, pelo trabalho construído em favor da Educação, o meu mais sincero obrigado.

Para o meu Professor Orientador Samuel Honório, um agradecimento especial, pela disponibilidade e pelas palavras de incentivo.

Às famílias dos jovens que participaram neste estudo, sem os quais não seria possível e pela disponibilidade manifestada.

Ao Diretor Pedagógico Professor Doutor João Ruivo, pelo apoio e dedicação durante a recolha dos questionários assim, como a disponibilidade dos contactos das famílias envolvidas nesta investigação. À persistência e insistência para que terminasse esta etapa.

A todos os professores que tive, ao longo a da minha formação e acima de tudo aos professores que tive no mestrado, pois transmitiram-me conhecimentos muito importantes que me levaram a chegar aqui.

Aos meus pais, Fátima e António, pelo apoio incondicional com que acolheram as decisões profissionais e pessoais que fui tomando ao longo da minha vida. Pela dedicação e amor, de muitos anos, que dificilmente serei capaz de retribuir com a reciprocidade que merecem.

Agradeço, ao meu companheiro de aventuras Marco e aos meus filhos Maria Eduarda e Afonso, que embora sejam pequeninos ainda não percebiam a energia positiva de que precisava para chegar aqui.

Aos meus familiares e amigos que me acompanharam nesta caminhada.

Aos meus colegas e amigos de trabalho Fernando, Patrícia, Jaime e Rita foram sem dúvida inspiradores na concretização e conclusão deste estudo.

Obrigada a todos os que me acompanharam nesta caminhada e que não foram referidos aqui, mas que tiveram um papel muito importante, um abraço de carinho para todos/as.

Resumo

Esta investigação pretende identificar as necessidades mais frequentes e principais dos pais de jovens com Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão de uma escola profissional da cidade de Castelo Branco. Os objetivos centram-se em analisar as necessidades das famílias, identificar os tipos de necessidades mais frequentes, identificar os tipos de necessidades prioritárias para as famílias e de analisar de que forma as características das famílias destes jovens se relacionam com as suas necessidades. Foram aplicados dois questionários: o “Questionário das Necessidades da Família (QNF)” para avaliar as necessidades das famílias e uma “Ficha de Dados Biográficos da Família” através da qual foi possível recolher dados que possibilitaram caracterizar os pais e os seus filhos. Esta investigação estudou 15 famílias, em que os filhos apresentam medidas de suporte à aprendizagem e inclusão a frequentarem o ensino profissional. Os resultados mostram-nos que relativamente às necessidades dos pais e estes referiram como respostas preferenciais a opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, em todas as categorias de Necessidades num total de 66% das respostas, seguido da opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, (19%) e por fim, a opção 2- Não tenho a certeza (15%). Assim podemos afirmar que a maioria das famílias parecem não necessitar de ajuda em nenhuma das necessidades analisadas. Quanto ao tipo de necessidades mais frequentes constatamos que as necessidades mais frequentes sentidas por estes pais são as que se relacionam com as Necessidades de Informação (27 respostas) e as Necessidades de Apoio (21 respostas). Relativamente às prioridades das necessidades dos pais podemos concluir que as famílias apontam as Necessidades de Informação em primeiro lugar, seguindo-se as Necessidades Serviços da Comunidade, as Necessidades de Apoio e por fim as Necessidades de Explicar a Outros. No que diz respeito ao estudo da relação entre as três características em análise, “composição do agregado familiar, situação familiar, e a idade dos pais” e as “necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar a outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar”, verificamos que existe uma convergência generalizada, para os pais não necessitarem de ajuda, independentemente da situação familiar. No que respeita à composição do agregado familiar essa convergência mantém-se para a maioria das Necessidades e tipo de agregado exceto para as famílias mais numerosas (5 elementos) que não têm a certeza de necessitar de ajuda nas Necessidades de informação, Necessidades de Apoio e Necessidades Funcionamento da Vida familiar. Quanto à idade dos pais essa convergência também se mantém para a grande maioria das Necessidades e idade dos pais, exceto nas Necessidades de Informação em que os pais mais velhos (48-56 anos) referem necessitar de ajuda.

Palavra-Chave

Jovens com Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão, Famílias, Inclusão, Necessidades das famílias.

Abstract

This investigation aims to identify the most frequent and main needs of parents of young people with Measures to Support Learning and Inclusion at a professional school in the city of Castelo Branco. The objectives focus on analyzing the needs of families, identifying the most frequent types of needs, the types of priority needs for families and analyzing how the main aspects of these young people's families relate to their needs. Two questionnaires were applied: the "Family Needs Questionnaire (QNF)" to assess the needs of families and a "Family Biographical Data Sheet" through which it was possible to collect data that allow to analyze the parents and their children. This investigation studied 15 families, in which the children have measures to support learning and inclusion to attend specific and professional education. The results showed that in relation to the needs of the parents, they mentioned option 1- I don't need this type of help as preferred answers, in all categories of Needs in a total of 66% of the answers, followed by option 3- I need this type of help (19%) and finally option 2- I'm not sure (15%). Thus, we can say that most families do not seem to need help in any of the analyzed needs. Regarding the type of most frequent needs, we found that the most frequent needs felt by these parents are those related to Information Needs (27 responses) and Support Needs (21 responses). Regarding the priorities of the parents' needs, we can conclude that the families point out the Information Needs first, followed by the Community Services Needs, the Support Needs and finally the Needs to Explain to Others. Regarding the study of the relationship between the three characteristics under analysis, "household composition, family situation, and the age of parents" and the "information needs, support needs, explaining to others, community services, and the functioning of family life", we found that there is a general convergence, so that parents do not need help, regardless of the family situation. Regarding the household composition, this convergence is maintained for the majority of Needs and type of household, except for the largest families (5 elements) that are not sure of needing help in Information Needs, Support Needs and Needs Functioning of Family Life. As for the age of the parents, this convergence also holds for most of the Needs and age of parents, except for Information Needs in which older parents (48-56 years old) report needing help.

Keywords

Young with Measures to Support Learning and Inclusion, Families, Inclusion Families, Needs.

Índice geral

Dedicatória	V
Agradecimentos.....	VII
Resumo	IX
Abstract.....	XI
Índice geral.....	XIII
Índice de figuras.....	XVII
Índice de gráficos.....	XIX
Índice de tabelas.....	XXI
CAPÍTULO I – A Inclusão e as Escolas Profissionais.....	1
1 - Introdução.....	3
1.1 - A Inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas.....	3
1.2 - A Escola Inclusiva e a Educação Inclusiva.....	7
1.2.1 - Evolução da Legislação em Portugal.....	10
1.3 - Ensino Profissional e as Escolas Profissionais	18
CAPÍTULO II – ENVOLVIMENTO PARENTAL.....	25
2 - Introdução.....	27
2.1 - A importância do envolvimento parental no desenvolvimento da criança/jovem	27
2.1.1- Evolução Histórica do envolvimento parental da criança/jovem.....	28
2.1.2 - Conceito de Família	30
2.1.3 - Perspetiva sistémica da família da criança/jovem.....	31
2.1.4 - Tipologias de famílias da criança/jovem	32
2.2 - Envolvimento parental na educação das crianças/jovens com necessidades educativas.....	35
2.2.1 - O Impacto das necessidades educativas na família da criança/jovem.....	35
2.2.2 - O papel das famílias de crianças/jovens com Necessidades Educativas	37
2.2.3 - Ciclo de Vida da Criança/jovem com necessidades educativas.....	39
2.3 - Recursos e Necessidades das Famílias com crianças/jovens com necessidades educativas.....	41
2.3.1 - Recursos das famílias com crianças/jovens com Necessidades Educativas	41
2.3.2 - As principais necessidades das famílias da criança/jovem com necessidades educativas.....	43

2.3.3 - Avaliação das necessidades das famílias da criança/jovem.....	45
2.4 - Estudos sobre as necessidades das famílias com crianças/jovens com necessidades educativas.....	47
Capítulo III – Enquadramento metodológico	57
3 - Introdução.....	59
3.1 - Definição da questão de partida	59
3.2 - Objetivos do estudo	59
3.3 - Opções metodológicas	60
3.4 - Caraterização dos sujeitos	60
3.4.1 - Caracterização dos pais	60
3.4.2 - Caraterização dos jovens com MSAI.....	66
3.5 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	69
3.5.1 - Questionários sobre as necessidades das famílias	69
3.5.2 - Ficha de Dados Biográficos da Família	71
3.5.3 - Procedimentos e Considerações éticas	71
3.5.4 - Tratamento de dados	71
Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados.....	73
4 - Apresentação e discussão dos resultados	75
4.1 - Introdução.....	75
4.1.2 - Tipos de necessidades mais frequentes nas famílias.....	75
4.1.3 - Necessidades de informação	75
4.1.4 - Necessidades de apoio	77
4.1.5 - Necessidades de Explicar a outros.....	78
4.1.6 - Necessidades de Serviços da Comunidade.....	79
4.1.7 - Necessidades Financeiras.....	80
4.1.8 - Funcionamento da Vida Familiar.....	81
4.1.9 - Análise Global.....	82
4.1.10 - Prioridades das necessidades	83
4.2.11 - Outras necessidades dos pais.....	85
4.3 - Relação entre as caraterísticas e as necessidades dos pais.....	85
4.3.1 - Composição do agregado familiar	86
4.4 - Situação Familiar	88
Capítulo V- Conclusões, Limitações e Recomendações.....	95

5.1 - Reposição dos objetivos do estudo	97
5.2 - Conclusões	97
5.3 - Limitações e Recomendações.....	99
Referências Bibliográficas	101
Anexos.....	107
Anexo A- Questionário sobre as necessidades das famílias	109
Anexo B- Ficha de Dados Biográficos.....	115

Índice de figuras

Figura 1 - Sistema Inclusivo centrado no aluno.....	5
Figura 2 - Modelo para a Inclusão	7
Figura 3 - Quatro Componentes principais do modelo de avaliação e intervenção	46

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Composição do agregado familiar	61
Gráfico 2 - Composição do Agregado familiar	62
Gráfico 3 - Número de irmãos	62
Gráfico 4 - Situação familiar.....	63
Gráfico 5 - Idade do Pai e da Mãe.....	63
Gráfico 6 - Habilitações literárias do agregado familiar	64
Gráfico 7 - Situação perante o trabalho.....	64
Gráfico 8 - Domínio da área profissional.....	65
Gráfico 9 - Domínio da área profissional- outras	66
Gráfico 10 - Qual é o género.....	67
Gráfico 11 - Distribuição das crianças com NEE quanto à sua composição face aos irmãos.....	67
Gráfico 12 - Principais dificuldades dos filhos.....	68

Índice de tabelas

Tabela 1 - Níveis de Medidas Decreto-Lei n.º 54.....	14
Tabela 2 - Determinação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.....	16
Tabela 3 - Tipos de Família.....	33
Tabela 4 - Estádios de reação parental a um filho com NEE.....	36
Tabela 5 - Recursos Extrafamiliares e Intrafamiliares.....	42
Tabela 6 - Exemplos de questionários e escalas para identificação das preocupações, prioridades e recursos da família.....	47
Tabela 7 - Idade dos Jovens.....	67
Tabela 8 - Necessidades de informação.....	75
Tabela 9 - Necessidades de apoio.....	77
Tabela 10 - Necessidade de explicar a outros.....	78
Tabela 11 - Serviços da comunidade.....	79
Tabela 12 - Necessidades financeiras.....	80
Tabela 13 - Funcionamento da vida familiar.....	81
Tabela 14 - Análise Global das Necessidades.....	82
Tabela 15 - Prioridade das necessidades.....	83
Tabela 16 - Prioridades das necessidades por componente de análise.....	85
Tabela 17 - Relação entre a “Composição do Agregado Familiar” e as 6 categorias de Necessidades que compõem o QNF.....	86
Tabela 18 - Relação entre a “Situação Familiar” e as 6 categorias de Necessidades que compõem o QNF.....	88
Tabela 19 - Relação entre a “Idade dos pais” e as 6 categorias de Necessidades que compõem o QNF.....	91

CAPÍTULO I - A Inclusão e as Escolas Profissionais

1 - Introdução

Neste capítulo faremos uma breve reflexão sobre a inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas, passando pela escola inclusiva e a educação inclusiva. Será apresentada a evolução da legislação em Portugal e por fim fazemos referência ao aparecimento das escolas profissionais e do ensino profissional em Portugal.

1.1 - A Inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas

Neste ponto será abordado o percurso histórico da inclusão. Nem sempre a palavra “Inclusão” se referia a crianças e jovens com necessidades educativas, bem pelo contrário, estas crianças/jovens eram excluídas pela sociedade onde estavam inseridas e das escolas de ensino regular.

Segundo Correia (2008), a escola inclusiva é aquela em que toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades.

Tem-se verificado marcos importantes e contributos muito significativos para que a inclusão seja possível, quebrando preconceitos e barreiras.

Correia (2008), refere-nos que em 1986, nos EUA nasceu o movimento pela inclusão dinamizado por Madeleine Will, designado por “Regular Education Initiative (REI)”, que defendia uma alteração da escola regular no que dizia respeito ao atendimento das crianças com necessidades especiais.

Em 1994, verificou-se um marco importante no que diz respeito ao conceito de “inclusão”, na “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas especiais: Acesso e Qualidade”, em Salamanca. Esta Declaração de Salamanca veio, então, a enquadrar e a reconhecer as necessidades de atuação, tendo como objetivo conseguir escolas para todos.

Já Rurla (2001), refere que nos Estados Unidos da América, foi apresentado um relatório que descrevia os seguintes resultados: dos 39 milhões de alunos matriculados nas escolas públicas americanas, cerca de 10% eram alunos com NEE e cerca de 20% eram alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamento.

Em Portugal, o conceito de Inclusão surge com o Despacho Conjunto n.º 105/97, que pretendeu contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças e jovens, promover a existência de condições nas escolas para a integração sócio-educativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, colaborar na promoção da qualidade educativa e articular as respostas às necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços. São também, colocados professores docentes com formação especializada no apoio educativo. Também o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro pretendia “garantir uma educação de base para todos”, através da reorganização do currículo do ensino básico.

Em território nacional, muitos têm sido os passos no caminho para a inclusão, em 2008, foi anunciado o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, que pretendia dar mais um passo para a escola inclusiva, definindo os apoios especializados a consagrar quer

na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular, cooperativo e solidário. Considerava como objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativos, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento dos estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional.

Mais recentemente, o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho, vem aplicar a todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privada, cooperativa e solidária, adiante designados por escolas, o seguinte:

Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. (n.º 1 do art. 1.º)

O Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, referido também no parágrafo anterior, refere os princípios orientadores da educação inclusiva, os direitos e deveres dos pais/encarregados de educação no exercício do poder paternal estabelece as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

Conforme disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 54/2018, este refere as seguintes linhas de atuação para a inclusão:

- 1 - As escolas devem incluir nos seus documentos orientadores as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.
- 2 - As linhas de atuação para a inclusão vinculam toda a escola a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização.
- 3 - As linhas de atuação para a inclusão devem integrar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos.
- 4 - As escolas devem, ainda, definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior.

De acordo com Correia (2008), o princípio da inclusão não deve ser tido como um conceito inflexível, mas deve permitir que um conjunto de opções seja considerado sempre que a situação o exija. Portanto, o princípio da inclusão apela para uma Escola, designada por Correia (2008), como Escola Contemporânea, que respeita três níveis de desenvolvimento essenciais- académico, socioemocional e pessoal. O mesmo autor

refere-nos que é importante, o envolvimento da família e da comunidade. Não deixando de envolver o Estado como órgão fundamental em todo o processo, pois irá levar à criação de um sistema inclusivo eficaz, como podemos observar na Figura 1:

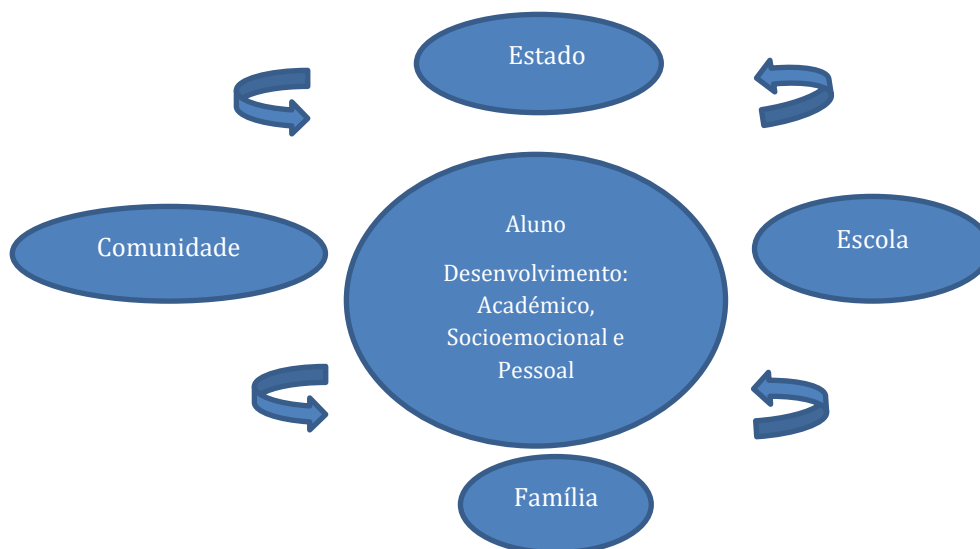


Figura 1 - Sistema Inclusivo centrado no aluno

Fonte: Correia, 2008. p. 9.

Segundo Correia (2008), referido na Figura 1, o “Sistema Inclusivo centrado no aluno”, implica um conjunto de responsabilidades que têm de ser assumidas pelas seguintes entidades:

- ✓ **Estado**- deve sensibilizar o público em geral até à tomada de medidas legislativas inerentes à consecução das reformas necessárias à implementação de um sistema inclusivo, tendo em conta, a legislação, o financiamento, a autonomia, o apoio, e a sensibilização.
- ✓ **Escola**- deve dar formação, quer ao professor do ensino regular e da educação especial, quer a todos outros técnicos e órgãos de administração e gestão da escola., tendo em conta a planificação, a sensibilização/apoio, Flexibilidade e por último, mas não menos importante, a formação.
- ✓ **Família**- No seio familiar existem diversas variáveis a considerar para que ela venha a desempenhar com sucesso o seu papel na educação do aluno com NEE. Tendo em consideração a formação, a participação e o apoio necessário.
- ✓ **Comunidade**- deve desempenhar um papel relevante na educação e transição para a vida ativa do aluno com NEE, tendo em conta os requisitos necessários a uma participação saudável. (p. 9).

Também Sanches e Teodoro (2006), referem que a inclusão contribuiu para a educação, tendo possibilitado que as crianças e os jovens “Deficientes” saíssem das instituições de ensino especial. Estas saídas das instituições de ensino especial possibilitaram novos espaços de convívio, facilitando assim o processo de socialização

e de aprendizagem. No entanto, veio a verificar-se que as respostas educativas dadas às crianças nem sempre foram a mais adequada.

Para Boatwright (1933), citado por Correia (1999), a inclusão pressupõe acompanhar os alunos na sala de aula, incluindo mesmo aqueles que apresentem diferenças severas, com o apoio dos serviços de educação especial.

Também Forest, citado por Correia (1999), refere que:

O que sustenta o modelo de inclusão, ao providenciarem-se serviços adequados e apoios suplementares nas salas de aula, a criança com diferenças severas pode atingir os objetivos que lhe foram traçados tendo em conta as suas características. Apesar da integração e da inclusão promoverem a inserção da criança, o que as diferencia, é que enquanto a integração é a inserção parcial, a inclusão é a inserção total e condicionada. Na integração, a inserção, depende em muito da maior ou menor capacidade do aluno se adaptar à escola. Na inclusão, a inserção focaliza as particularidades de cada aluno. A integração rege-se pelo princípio da normalização, que defende o direito da criança com NEE se desenvolver num ambiente o mais normal possível, para que através do convívio com todas as crianças, anule comportamentos inadequados, modele comportamentos adequados e desenvolva experiências que as ajudem a ter uma postura mais efetiva na sociedade. Para haver inclusão terá de haver também articulação e participação entre pais, autarquias, comunidade, professores e órgãos de gestão da escola e tem de se adotar a filosofia da heterogeneidade para alargar a todos os alunos as oportunidades educacionais (p. 33).

Correia (2003) refere que não se pode afirmar que há inclusão quando a criança com NEE é colocada na classe regular sem os serviços de apoio de que necessita esperando-se que o professor do ensino regular assuma as necessidades da criança. Nem é educação, nem é educação especial ou ensino regular apropriado – é educação irresponsável. Também considera que todos nós devemos denunciar situações em que a criança não beneficia dos apoios de que necessita. Lamentavelmente, em muitas comunidades escolares, alguns responsáveis estão a tentar promover estes “despejos” chamando-lhes inclusão.

Correia (2008) apresenta-nos algumas vantagens em relação à Inclusão, uma vez que, as aprendizagens de todos os alunos, tornam-se um modelo educacional eficaz para toda a comunidade escolar designada principalmente para alunos com NEE.

Para Correia (2008), na filosofia inclusiva, as escolas podem tornar-se em verdadeiras comunidades de apoio, onde todos os alunos se sintam valorizados e apoiados de acordo com as suas necessidades e preenchidos ética e moralmente.

Assim, Correia (2008) apresenta-nos um modelo para a inclusão, conforme a Figura 2:

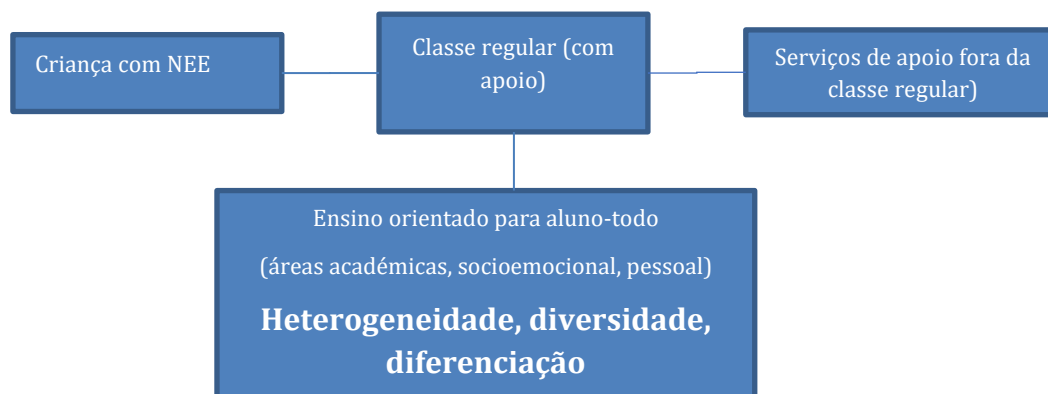


Figura 2 - Modelo para a Inclusão

Fonte: Correia (2008)

O modelo Inclusivo, apresentado anteriormente e referido por Correia (2008), pressupõe que o aluno com NEE deve manter-se na classe regular, embora admita que, sempre que a situação o exija, se possa considerar um conjunto de opções que levem a um apoio fora da classe regular.

Este modelo inclusivo apresentado por Correia (2008), é um modelo que parece ser mais voltado para defender os direitos dos alunos com NEE e para promover a igualdade de oportunidades em termos educativos. Nesta perspetiva o aluno com NEE é inserido num contexto onde a sociedade é responsável pela mudança, dado que a educação destes alunos tem de ter em conta os ambientes onde ele interage, pois, os aspetos sociais podem ser uma barreira e colocar estes alunos em situação de desvantagem.

1.2 - A Escola Inclusiva e a Educação Inclusiva

A escola inclusiva e a educação inclusiva têm vindo progressivamente a afirmar-se como uma questão fundamental no plano dos direitos humanos, consignada com inúmeras declarações e convenções internacionais. O direito de todos à educação, inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) e na Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), foi posteriormente reafirmado e renovado, designadamente, na Declaração de Jomtien (ONU, 1990), na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), na Declaração de Dakar (ONU, 2007) e mais recentemente na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), através da consagração do direito a uma plena integração na educação e a uma educação de qualidade para todos (DGIDC, 2011).

No entanto, a Declaração de Salamanca, em 1994, realizado pela UNESCO, na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, veio definir um acordo mundial sobre os princípios, a política e a prática da educação das crianças e jovens com NEE, referindo:

os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades (p. 11).

De acordo com Correia (1997), o princípio da inclusão apela para uma escola que tenha em atenção a criança-todo, não só a criança-aluno, e que, por conseguinte, respeite três níveis de desenvolvimento essenciais – académico, socioemocional e pessoal.

Para César (2003), a escola inclusiva é uma escola onde:

se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (p. 119).

De acordo com Alves (2016), a educação inclusiva representa uma importante tomada de consciência dos direitos que todas as crianças têm à educação, como parte integrante e fundamental do seu desenvolvimento pleno como seres humanos.

Também para Medeiros (2012), a educação inclusiva consiste num paradigma que objetiva incluir todos na escola regular, independentemente das suas capacidades ou limitações, garantindo-lhes uma educação de qualidade. Os alunos devem ter o direito de conviver uns com os outros, onde cada um é valorizado em suas particularidades.

Rosa (2010), defende que o verdadeiro sentido da inclusão não se efetua apenas pela partilha de espaços comuns. A inclusão pressupõe a interação de crianças e adultos com e sem NEE, sendo a escola um local privilegiado para esta interação social.

Para Antunes (2018), a educação inclusiva assenta em valores e princípios de equidade, tolerância, respeito e participação ativa de todos. Este conceito tem vindo a intensificar-se nos últimos anos, porque a diversidade se tornou a norma na maioria das escolas. Para este autor, a educação inclusiva é o desenvolvimento máximo das capacidades de todos os alunos. Pretende-se que estes na conclusão dos seus estudos, tenham atingido as competências essenciais descritas no documento “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” (Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho). Nesta perspetiva, esta educação deve ser flexível e apoiada nas orientações do desenho universal para a aprendizagem.

Correia (2008), defende um conjunto de princípios sobre escola inclusiva:

todos os alunos (...) têm o direito a ser educados em ambientes inclusivos; todos os alunos com NEE são capazes de aprender e de contribuir para a sociedade onde estão inseridos; todos os alunos com NEE devem ter

oportunidades iguais de acesso a serviços de qualidade que lhes permitam alcançar sucesso; todos os alunos com NEE devem ter acesso a serviços de apoio especializados, quando deles necessitem; todos os alunos com NEE devem ter acesso a um currículo diversificado; todos os alunos com NEE devem ter a oportunidade de trabalhar em grupo e de participar em atividades extraescolares e em eventos comunitários, sociais e recreativos; todos os alunos, designadamente os com NEE, devem ser ensinados a apreciar as diferenças e similaridades do ser humano (p. 16).

Os princípios, atrás apresentados por Correia (2008) abordam quatro aspetos que dizem respeito aos intervenientes do sistema inclusivo:

a necessidade de colaboração entre os profissionais, os pais e a comunidade em geral; a necessidade de os serviços e apoios especializados serem prestados em sala de aula regular; a necessidade do envolvimento da família e da comunidade no processo educativo e a necessidade de apoios por parte dos serviços locais e regionais para que as escolas se possam reestruturar para atender à diversidade alunos que a frequentam (p. 17).

Para Rodrigues (2001), a escola inclusiva tenta responder, com qualidade e de forma apropriada, à diferença. No entanto, para que se desenvolvam escolas inclusivas de qualidade, é imprescindível que essas escolas estejam empenhadas em seguir um modelo inclusivo centrado no currículo (Costa, 1996; Niza, 1996) e não no problema de cada criança.

Segundo Madureira & Leite (2003, citado por Costa, 2006), será vantajoso que todos os alunos aprendam e se desenvolvam juntos nas escolas inclusivas do ensino regular, independentemente das diferenças e das dificuldades que possa existir em cada aluno, sendo por isso necessário melhorar as respostas educativas para todos estes alunos, implicando:

- ✓ desenvolver processos de adaptação perante os vários estilos e ritmos de aprendizagem;
- ✓ criar e implementar currículos adequados à população escolar;
- ✓ organizar a escola de forma a responder às necessidades de todos os alunos;
- ✓ equacionar estratégias pedagógicas diversificadas e que impliquem atividades funcionais e significativas para os alunos;
- ✓ desenvolver processos de cooperação/colaboração com a comunidade em que a escola se insere;
- ✓ e utilizar e rentabilizar recursos humanos e materiais existentes (p. 36).

Para Borges (2011) citado por Alves (2016), o sucesso educativo de uma criança/jovem implica que se verifique condições básicas essenciais, como por exemplo, o gosto dos professores pelo ensino, esperando assim, que transmitam o seu entusiasmo aos alunos.

Correia (1999), defende que deve existir uma preparação diferente do professor do ensino regular, que deverá assumir uma maior responsabilidade quanto ao ensino de alunos com NEE. Refere também, que é através das formações que o professor do ensino regular poderá vir adquirir um mínimo de aptidões necessárias para lidar com crianças/jovens com NEE, ou seja, o tipo de formação recebida permitirá identificar os casos de risco e intervir apropriadamente, com ou sem apoio do professor de educação especial.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, no artigo 11º no ponto 4 e 5, identifica os recursos específicos, ou seja, o docente de educação especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão. Para cumprir os objetivos da inclusão, cooperam, de forma complementar e sempre que necessário, os recursos da comunidade, nomeadamente da educação, da formação profissional, do emprego, da segurança social, da saúde e da cultura.

1.2.1 - Evolução da Legislação em Portugal

Em Portugal, a legislação tem sofrido ajustes e alterações importantes, no sentido de dar resposta às crianças e jovens com necessidades especiais. Na década de 70, em Portugal, a Constituição da República Portuguesa faz referência explícita aos direitos das pessoas com deficiência, como podemos ler no artigo 71º, que refere que os cidadãos, física ou mentalmente deficientes, gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, e ainda no artigo 74º, que em matéria de educação, prevê que todos têm direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar. É ainda estabelecido promover e apoiar a educação especial.

Em Portugal, antes da década de 70, como nos refere Correia (2008), foram criadas as equipas de ensino especial integrado, pois até então, os alunos com NEE eram praticamente excluídos do sistema regular de ensino. As crianças e jovens com NEE significativas, de cariz moderado ou severo tinham como recurso educativo disponível a classe especial, a escola especial ou a IPSS.

Muitos têm sido os avanços do ponto de vista legal, dado que nos últimos anos, têm-se tentado assegurar uma efetiva proteção dos direitos das pessoas com deficiência, designadamente no campo da educação:

Em 1986, foi publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), que segundo Correia (2008), foi com esta Lei que se começou a assistir a transformações profundas na conceção da educação integrada.

Decorrente da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) introduziu-se pela primeira vez, o termo Necessidades Educativas Especiais (NEE), na legislação portuguesa, art.º 7, Alínea J. Com a LBSE, são criadas as equipas de educação Especial

(EEE), tidas como serviços de educação especial a nível local, que abrangem todo o sistema de educação e ensino não superior.

A Lei de Bases do Sistema Educativo deu início a um percurso legislativo importante, que passados alguns anos deu lugar ao Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de agosto.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de agosto, as escolas passam a ter ao dispor um suporte legal para organizar o seu funcionamento, no que se refere ao atendimento de alunos com NEE, bem como, introduzir princípios e conceitos inovadores resultantes das práticas educativas e do desenvolvimento de experiências de integração.

Assim, o Decreto-Lei 319/91, de 23 de agosto vem também, regular:

- A substituição da classificação em diferentes categorias, baseada em decisões de foro médico, pelo conceito de «alunos com necessidades educativas especiais», baseado em critérios pedagógicos;
- A crescente responsabilização da escola regular pelos problemas dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem;
- A abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais, numa perspetiva de «escolas para todos»;
- Um mais explícito reconhecimento do papel dos pais na orientação educativa dos seus filhos;
- A consagração, por fim, de um conjunto de medidas cuja aplicação deve ser de acordo com o princípio de que a educação dos alunos com necessidades educativas especiais deve processar-se no meio menos restritivo possível, pelo que cada uma das medidas só deve ser adotada quando se revele indispensável para atingir os objetivos educacionais definidos (p .193).

O Decreto-Lei n.º 319/91, vem proclamar o direito a uma educação gratuita, igual e de qualidade para os alunos com NEE, estabelecendo a individualização de intervenções educativas através de Planos Educativos Individualizados (PEI) e de Programas Educativos (PE) com o objetivo de responder às necessidades educativas desses alunos. Introduzia ainda, o conceito de meio menos restritivo possível, que se traduz na premissa de que a criança com NEE deve ser educada com a criança sem NEE, sendo que o seu afastamento dos ambientes educacionais regulares deve ocorrer somente quando a natureza ou a gravidade da problemática assim o exige (Correia, 2008).

Em 2008, é publicado o Decreto-Lei n.º 3/ 2008 de 7 de janeiro, que veio redefinir o conceito de NEE, assente na Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que considera que as NEE são aquelas que resultam das limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter

permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial do funcionamento biopsicossocial.

Correia (2008), refere que o Decreto-Lei n.º 3/2008, parece ter sido a de pretender assegurar que os alunos com NEE pudessem vir a frequentar as escolas regulares em vez de escolas especiais ou instituições.

Passada uma década, foi implementado o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, que pretende promover a educação inclusiva numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O presente Decreto-Lei n.º 54, tem como objetivo e âmbito estabelecer os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. Identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

O mesmo Decreto, aplica-se também aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privadas, cooperativas e solidárias, adiante designados por escolas. Neste sentido clarifica uma série de conceitos estando plasmado nele várias definições de forma a explicar o que são: acomodações curriculares, adaptações curriculares não significativas, adaptações curriculares significativas, áreas curriculares específicas, barreiras à aprendizagem, equipas de saúde escolar, intervenção precoce na infância, necessidades de saúde especiais, plano individual de transição, plano de saúde individual e por fim, programa educativo individual.

No art.º 3, do mesmo Decreto-Lei, são definidos os princípios orientadores da educação Inclusiva, sendo eles: a educabilidade universal, a equidade, a inclusão, a personalização, a flexibilidade, a autodeterminação, o envolvimento parental e interferência mínima.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, foca ainda a importância da participação dos pais e dos encarregados de educação, no Artº4, quando refere que os pais ou encarregados de educação, têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente em tudo o que

se relacione com a educação do seu filho ou educando, bem como a aceder a toda a informação constante no processo individual do aluno, designadamente no que diz respeito às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, participando nas reuniões da Equipa Multidisciplinar, participar na elaboração e na avaliação do programa educativo individual, solicitar a revisão do programa educativo individual. Podem ainda consultar o processo individual do seu filho ou educando, como também ter acesso a informação adequada e clara relativa ao seu filho ou educando. Quando, comprovadamente, os pais ou encarregados de educação não exerçam os seus poderes de participação cabe à escola desencadear as medidas apropriadas em função das necessidades educativas identificadas.

Podemos verificar no Artº 5, as linhas de atuação para a inclusão, ou seja, as escolas devem incluir nos seus documentos orientadores as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. A inclusão deve vincular toda a comunidade escolar. Deve também, integrar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos os alunos. Compete às escolas definir ainda, os indicadores de avaliação, no sentido de apurar a eficácia das medidas acima referidas.

No Decreto-Lei n.º 54/2018, são também apresentadas as medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão, com os seguintes objetivos:

- 1 - As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.
- 2 - Estas medidas são desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos.
- 3 - A implementação das medidas ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas (Artº 6).

São ainda determinados os níveis de medidas:

- 1 - As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.
- 2 - As medidas de diferente nível são mobilizadas, ao longo do percurso escolar do aluno, em função das suas necessidades educativas.

3 - A definição de medidas a implementar é efetuada com base em evidências decorrentes da monitorização, da avaliação sistemáticas e da eficácia das medidas na resposta às necessidades de cada criança ou aluno.

4 - A definição das medidas a que se refere o n.º 1 é realizada pelos docentes, ouvidos os pais ou encarregados de educação e outros técnicos que intervêm diretamente com o aluno, podendo ser adotadas em simultâneas medidas de diferentes níveis. (Art.º 7).

Na tabela 1, podemos verificar os níveis das medidas estabelecidas:

Tabela 1 - Níveis de Medidas Decreto-Lei n.º 54

Fonte: Decreto-Lei n.º 54/201854

Art.º 8- Medidas Universais	Art.º 9- Medidas Seletivas	Art.º 10- Medidas Adicionais
<p>1 - As medidas universais correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens.</p> <p>2 - Consideram-se medidas universais, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares; c) O enriquecimento curricular; d) A promoção do comportamento pró-social; e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos. <p>3 - As medidas universais são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.</p>	<p>1 - As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais.</p> <p>2 - Consideram-se medidas seletivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Os percursos curriculares diferenciados; b) As adaptações curriculares não significativas; c) O apoio psicopedagógico; d) A antecipação e o reforço das aprendizagens; e) O apoio tutorial. <p>3 - A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas seletivas é realizada pelos responsáveis da sua implementação, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>4 - As medidas seletivas são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola.</p> <p>5 - Quando a operacionalização das medidas a que se referem os números anteriores implique a utilização de recursos adicionais, o</p>	<p>1 - As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão.</p> <p>2 - A mobilização das medidas adicionais depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas previstas nos níveis de intervenção a que se referem os artigos 8.º e 9.º</p> <p>3 - A fundamentação da insuficiência, referida no número anterior, deve ser baseada em evidências e constar do relatório técnico-pedagógico.</p> <p>4 - Consideram-se medidas adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) As adaptações curriculares significativas; c) O plano individual de transição; d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social. <p>5 - A aplicação das medidas adicionais que requerem a intervenção de recursos especializados deve convocar a intervenção do docente de educação especial enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos</p>

Art.º 8- Medidas Universais	Art.º 9- Medidas Seletivas	Art.º 10- Medidas Adicionais
	<p>diretor da escola deve requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação.</p>	<p>meios e materiais de aprendizagem, sendo, preferencialmente, implementadas em contexto de sala de aula.</p> <p>6 - A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas adicionais é realizada pelos responsáveis da sua implementação, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>7 - As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.</p> <p>8 - Quando a operacionalização das medidas previstas no n.º 4 implique a necessidade de mobilização de recursos adicionais, o diretor da escola deve requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação.</p>

São também identificados, no Decreto-Lei n.º 54/2018, Art.º 11, os recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, dos quais são apresentados:

- ✓ Os professores de ensino especial, os técnicos especializados e os assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica.
- ✓ Os recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, assim, a equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, o centro de apoio à aprendizagem, as escolas de referência no domínio da visão; as escolas de referência para a educação bilingue; as escolas de referência para a intervenção precoce na infância, os centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial.
- ✓ Os recursos específicos existentes na comunidade pretendem mobilizar para apoio à aprendizagem e à inclusão, as equipas locais de intervenção precoce, de saúde escolar dos ACES/ULS, as comissões de proteção de crianças e jovens, os centros de recursos para a inclusão, e as instituições da comunidade, como os serviços de atendimento e acompanhamento social do sistema de solidariedade e segurança social, os serviços do emprego e formação profissional e os serviços da administração local. Os estabelecimentos de educação especial com acordo de cooperação com o Ministério da Educação, são também recursos de apoio à inclusão.
- ✓ O docente de educação especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica,

no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão.

As Equipas Multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, no Artº 12, Decreto-Lei n.º 54/20018, são constituídos elementos permanentes e por elementos variáveis, os elementos permanentes, são eles: um dos docentes que coadjuva o diretor, um docente de educação especial, três membros do conselho pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino e por fim, um psicólogo. Os elementos variáveis da equipa multidisciplinar são: o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso, outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI) e outros técnicos que intervêm com o aluno.

À Equipa Multidisciplinar, referida compete: Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva; Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar; Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem; Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21.º e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição previstos, respetivamente, nos artigos 24.º e 25.º e por fim, acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.

Em deliberação da necessidade de medidas de Suporte à aprendizagem e à inclusão, o Decreto-lei n.º 54/2018, refere nos seus art.º 20 ao 25,-o que é necessário, como podemos ver no Tabela 2:

Tabela 2 - Determinação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Fonte: Decreto-Lei n.º 54/2018

Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) (art.º 21.º e 22.º)	Programa Educativo Individual (PEI) (art.º 24.º)	Plano Individual de Transição (PIT) (art.º 25.º)
Documento que fundamenta a mobilização de medidas e ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão	Para os alunos com adaptações curriculares significativas (art.º 21.º, ponto 6)	Complementa o PEI, no sentido de preparar a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma profissional.
Identificação que facilitam e dificultam o progresso e o desenvolvimento do aluno, nomeadamente da escola, do contexto e individuais do aluno	Identificação e operacionalização das adaptações curriculares significativas	Implementado três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória
Identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a mobilizar	Integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos	O aluno orienta-se pelos princípios da educabilidade universal, da equidade, da inclusão, da flexibilidade e da autodeterminação
Operacionalização de cada medida, incluindo atividades, metas e indicadores de resultados	Identifica as estratégias de ensino e as adaptações no processo de avaliação	Datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua
	Integra ainda outras medidas de suporte à inclusão, a definir pela EMAEI	

Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) (art.º 21.º e 22.º)	Programa Educativo Individual (PEI) (art.º 24.º)	Plano Individual de Transição (PIT) (art.º 25.º)
<p>Identificação do(s) responsável(eis) pela implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão</p> <p>Definição dos procedimentos de avaliação da eficácia de cada medida e, quando existente, do Programa Educativo Individual</p> <p>Indicação da articulação com os recursos específicos de apoio à inclusão</p> <p>A EMAEI deve ouvir os pais ou EE durante a elaboração do RTP</p> <p>A EMAEI pode solicitar a colaboração da equipa de saúde escolar dos ACES/ ULS</p> <p>Quando o RTP propõe a implementação plurianual de medidas deve definir momentos intercalares de avaliação da sua eficácia</p> <p>A implementação das medidas depende da concordância dos pais/ EE</p> <p>Aprovação pelos pais/ EE: até 5 dias úteis da sua conclusão</p> <p>Não concordância dos pais/ EE: devem fazer constar, em anexo ao RTP, os fundamentos da discordância</p> <p>Datado e assinado pelos pais/ EE e, se possível, pelo aluno</p> <p>Obtida a concordância dos pais ou encarregados de educação, o relatório técnico-pedagógico o programa educativo individual são submetidos a homologação do diretor, ouvido o conselho pedagógico.</p> <p>O diretor dispõe do prazo de 10 dias úteis para homologar o relatório técnico-pedagógico e, quando aplicável, o programa educativo individual e proceder à</p>	<p>Deve conter ainda:</p> <p>Total de horas letivas do aluno (de acordo com o nível de educação ou de ensino)</p> <p>Produtos de apoio, sempre que sejam adequados e necessários para o acesso e participação no currículo</p> <p>Estratégias para a transição entre ciclos e níveis de educação e ensino, quando aplicável.</p> <p>É monitorizado e avaliado nos termos previstos no RTP</p> <p>O PEI e o plano individual de intervenção precoce são complementares</p> <p>O PEI e o plano de saúde individual são complementares, no caso de crianças com necessidades de saúde especiais</p>	<p>elaboração, pelos pais/ EE e, sempre que possível, pelo aluno.</p>

Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) (art.º 21.º e 22.º)	Programa Educativo Individual (PEI) (art.º 24.º)	Plano Individual de Transição (PIT) (art.º 25.º)
<p>mobilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão neles previstas.</p> <p>Coordenador: professor titular/DT</p>		

1.3 - Ensino Profissional e as Escolas Profissionais

Neste ponto é abordado o ensino profissional e as escolas profissionais. Dado que este estudo se desenvolve no contexto de uma escola profissional passaremos a descrever a evolução do ensino profissional e das escolas profissionais.

O ensino profissional surge em 1986 com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), que vem legislar o ensino técnico e profissional de nível secundário. Com a mesma lei de LBSE, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro vincula-se no artigo 3.º, alínea a), b) e j), num ideal humanista, a formação para a cidadania, do respeito pela diferença e desenvolvimento intelectual dos educandos, garantindo e assegurando a igualdade de oportunidades. São também referidas, no artigo 3.º alínea g), i), l), a descentralização e diversificação das “estruturas e ações educativas” que garantam a “adequada inserção no meio comunitário” através de uma “escolaridade de segunda oportunidade” a todos aqueles que dela necessitassem, “nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Tudo isto só se consegue fazer com “todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias”.

Assim, a LBSE consagra, no artigo 6.º a escolaridade obrigatória, universal e gratuita, de nove anos e a integração do 12.º ano no ensino secundário, que passa a ter a duração de três anos. Esta estrutura organizativa prevê a existência de “cursos secundários predominantemente orientados para a vida ativa” (CSPOVA-Cursos secundários predominantemente orientados para a vida ativa) e “cursos secundários predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos” (CSPOPE-Cursos secundários predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos), “todos eles contendo componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos”, conforme nos refere o artigo 10.º.

A formação profissional passa, assim, a ser considerada “adequada às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego” sendo referido na mesma LBSE, no art.º 19º, n.º 5 e 6, alínea a) e b) “dever das escolas básicas e secundárias do país assegurar o funcionamento destes cursos”, estabelecendo protocolos de colaboração com o tecido empresarial e autarquias locais, permitindo uma ligação entre a formação e o emprego. Era ainda atribuída a certificação da respetiva formação profissional, conforme artigo 19º, n.º 7.

A LBSE, ar 19º vem possibilitar a existência de Escolas Profissionais públicas e privadas. Criadas pelo Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, estas escolas mostraram-se fundamentais para a afirmação do ensino profissionalmente qualificante como modalidade alternativa ao ensino secundário regular, visando a formação de técnicos intermédios e profissionais qualificados, de modo a responder a carências dos mercados de trabalho locais e regionais. Numa ação conjunta e cooperativa previa-se o envolvimento do Ministério da Educação e do Emprego e a Segurança Social. Assim se deu a criação de uma rede de escolas profissionais que se contextualizava na “integração europeia e do desenvolvimento económico e social que urge promover, a elevação da qualificação dos recursos humanos do País constitui um imperativo e investimento inadiável, conforme refere o artigo 9º, n.º 2.

No anterior artigo referido, desde então, as Escolas Profissionais são dotadas de “autonomia administrativa, financeira e pedagógica”, o que significa, neste último caso, que as componentes de “formação científica, sociocultural e técnica, prática, tecnológica ou artística” foram deixadas nas mãos das escolas. Na mesma lei são reconhecidas as “equivalências”, conforme refere o artigo 9º, n.º 12 e 13, os diplomas do ensino profissional nível III aos diplomas do ensino secundário regular permitindo o acesso ao ensino superior. A partir da sua criação, as escolas profissionais têm percorrido um caminho distinto e distintivo do ensino regular, com objetivos muito específicos e sólidos e a oportunidade de preparar alunos para uma dupla certificação e para a oportunidade de prosseguimento de estudos. Esta distinção e riqueza são introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 70/93, de 10 de março que apresenta os objetivos fundamentais destas instituições. Os alunos do ensino profissional nível III que não queiram prosseguir estudos ficam dispensados da avaliação sumativa externa, referido no Decreto-Lei n.º 74.

Foi mantida a Formação em Contexto de Trabalho e as PAPs que darão acesso a um certificado de qualificação profissional nível III. “Para a certificação da conclusão (...) de um curso profissional de nível secundário, não é obrigatória a aprovação nos exames nacionais, exceto nos casos em que o aluno pretenda prosseguir estudos de nível superior” (Decreto-Lei n.º 74/2004, artigo 15º, n.º 3). É a equivalência do curso profissional nível III ao ensino secundário.

Atualmente, as escolas profissionais públicas são financiadas pelo Estado, assegurando a cobertura de áreas de educação e formação não contempladas pela oferta existente na sua área geográfica de localização cujos cursos passam a conferir o

nível IV de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações. As escolas profissionais públicas vêm-se obrigadas ao desenvolvimento de protocolos de cooperação com outras instituições públicas ou privadas para a inserção de jovens na Formação em Contexto de Trabalho, aproximando os alunos do mercado de trabalho. Também os alunos das escolas profissionais ficam, assim, “sujeitos ao regime aplicável aos alunos que frequentam, em estabelecimentos públicos de ensino, cursos, do mesmo nível e modalidade de formação.” (Decreto Lei n.º 92/2014, Capítulo IV, Secção III, artigo 50º).

Recentemente, foi implementado o Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, que aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

As escolas profissionais, a partir de 2018, são abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, que passa a ser aplicado aos “agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privada, cooperativa e solidária, adiante designados por escolas”. (Artigo nº 1, ponto 3)

Até então, as escolas profissionais não estavam abrangidas pelo Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, que se destinava somente, à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

Então, neste conceito de escola inclusiva definido no Decreto-Lei n.º 54/2018, são apresentadas as funções e a sua intervenção em meio escolar, também para as escolas profissionais. Toda a comunidade educativa tem um papel fundamental no desenvolvimento de práticas que potenciem as capacidades dos alunos.

Antunes (2018), refere que para identificar as medidas de apoio à aprendizagem e inclusão foi criada a figura de Equipa Multidisciplinar (EM). Esta equipa é constituída por elementos permanentes e elementos variáveis. Os primeiros são definidos pelo diretor da escola e o segundo pelo coordenador da equipa, em função das características do aluno.

Para Antunes (2018):

Os elementos permanentes das equipas multidisciplinares devem ser, sempre que possível, um dos docentes que coadjuva o diretor, um docente de educação especial, três membros do conselho pedagógico da escola e um psicólogo. Cabe ao diretor da escola definir quem é o coordenador da equipa. São elementos variáveis o docente titular de turma ou diretor de turma, um outro docente do aluno e outros que intervenham com o jovem.

A equipa multidisciplinar é responsável por:

- Sensibilizar a comunidade escolar para a educação inclusiva;
- Propor as medidas de suporte à aprendizagem e inclusão;
- Acompanhar e monitorizar a aplicação dessas medidas;
- Prestar consultoria e aconselhamento aos docentes;
- Elaborar relatórios Técnicos- pedagógicos (RTP), programa educativo individual (PEI) e o Plano Individual de Transição (PIT);
- Acompanhar o funcionamento de centros de apoio à aprendizagem (p.613).

Para o mesmo autor, Antunes (2018) pode existir um conjunto de técnicos de várias áreas (psicólogos, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, entre outros que se consideram elementos importantes para cooperar com a equipa multidisciplinar. Os pais ou encarregados de educação, e o próprio aluno, quando tal se justifique, colaboram no processo de decisão. Nenhuma decisão ou alteração ao processo é feita sem o consentimento da família.

Segundo Antunes (2018), para que as Medidas de Suporte Aprendizagem e Inclusão sejam eficazes o autor apresenta os seguintes passos orientadores:

- O documento deve conter a fundamentação da necessidade dessas medidas e da eficácia das estratégias implementadas antes.
- Deve ser construído um documento, a ser entregue ao diretor da escola, onde se fundamenta o caso do aluno.
- Pode ser acompanhado de um parecer do médico nos casos de problemas de saúde física ou mental.
- Após a receção deste documento, o diretor dispõe de três dias úteis para solicitar à equipa multidisciplinar o seu parecer (p. 614).

Antunes (2018) refere que a equipa multidisciplinar deve analisar e tomar uma das três opções:

- 1.º -sugerir a implementação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão de Carácter Universal, o processo é devolvido ao diretor no prazo de dez dias úteis. Este devolve o processo ao diretor de turma para que este possa comunicar aos pais a proposta da equipa.
- 2.º Um segundo cenário consiste na proposta de implementação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão de Carácter Seletivo. Neste caso, a EM

deverá elaborar um Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), em colaboração com os encarregados de educação e com técnicos de saúde que contribuam para o melhor conhecimento do aluno. Este relatório deverá incluir o perfil de aprendizagem do aluno e quais as estratégias a adotar. É importante salientar que estas estratégias não alteram significativamente o currículo do aluno. O RTP deve ficar concluído no prazo máximo de 35 dias úteis. Após a conclusão do RTP, o mesmo é devolvido ao diretor e este tem dez dias úteis para a sua homologação.

3.º Por último, a EM poderá ainda decidir pela implementação de Medidas de Suporte à Aprendizagem e inclusão de Carácter Adicional que justificam a necessidade de adaptações curriculares significativas. Neste caso, para além do RTP, deverá ser elaborado também um Programa Educativo Individual (PEI) e, posteriormente, um Plano Individual de transição (PIT). A Implementação do PIT é realizada três anos antes da idade de conclusão da escolaridade obrigatória (18 anos), de forma a promover a transição para a vida pós-escolar e preparar para o exercício de uma atividade ocupacional ou profissional (p.614 - 615).

As medidas de suporte à aprendizagem e inclusão seletivas ou adicionais, que constam do relatório técnico-pedagógico, devem considerar um conjunto alargado de informações sobre o aluno (Antunes, 2018):

- ✓ Fatores que facilitam e que dificultam o progresso e o desenvolvimento das aprendizagens;
- ✓ Descrição das medidas de suporte à aprendizagem e inclusão;
- ✓ Como se irá operacionalizar cada medida;
- ✓ Responsáveis pela aplicação das mesmas;
- ✓ Procedimentos de avaliação da eficácia das medidas;
- ✓ Descrição dos recursos específicos.
- ✓ Já o Plano Educativo Individual deve conter:
 - ✓ A identificação e operacionalização das adaptações curriculares significativas;
 - ✓ As estratégias de ensino;
 - ✓ As adaptações no processo de avaliação;
 - ✓ O número total de horas letivas do aluno;
 - ✓ Os produtos de apoio necessários e estratégias para a transição entre ciclos e níveis de ensino (p.615).

Já no Plano Educativo Individual, Antunes (2018), refere que deve conter:

- ✓ A identificação e operacionalização das adaptações curriculares significativas;
- ✓ As estratégias de ensino;
- ✓ As adaptações no processo de avaliação;
- ✓ O número de horas letivas do aluno;
- ✓ Os produtos de apoio necessários e estratégias para a transição entre ciclos e níveis de ensino (p. 615).

Os problemas clínicos estão contemplados no Decreto-Lei 54, /2018, de 6 de julho, logo, os técnicos especializados são considerados recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e inclusão, Antunes (2018): a equipa multidisciplinar “pode solicitar a colaboração da pessoa ou entidade que possa contribuir para o melhor conhecimento do aluno, nomeadamente a equipa de saúde escolar das Unidades de Saúde Local.

Deve ainda conter, um plano de saúde individual que é concebido pela equipa de saúde escolar e identifica as medidas de saúde a implementar, para melhorar a aprendizagem. As questões de avaliação clínica competem às equipas de saúde, assim como a definição dos perfis de funcionalidade necessários para compreender as medidas de suporte a utilizar (Antunes, 2018).

Por último, é importante referir que as medidas atrás apresentadas, devem ser sempre pensadas de forma a serem implementadas o máximo de tempo possível ou sempre que se considerem importantes para o aluno, e sempre que possível em contexto de sala de aula (Antunes, 2018).

As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 54/20018, implicam uma grande mudança e uma transformação de atitude no que diz respeito, à diversidade.

Antunes (2018), refere que no futuro a educação inclusiva têm de garantir:

- Critérios que sejam uniformes em todo o país e que os procedimentos sejam simples e flexíveis;
- É necessária a formação contínua e especializada, não só dos professores de educação especial, mas também dos educadores de todos os níveis de ensino.
- Promover a comunicação entre todos, em particular com as famílias dos alunos (p. 618).

CAPÍTULO II - ENVOLVIMENTO PARENTAL

2 - Introdução

Neste capítulo é apresentado a importância do envolvimento parental no desenvolvimento da criança/jovem, sendo que a família é a estrutura fundamental no envolvimento parental e na educação das mesmas. É apresentada uma breve evolução da família, a perspetiva sistémica e tipologias da mesma. Também são abordados os recursos e as necessidades das famílias e por fim, são analisados e apresentados diversos estudos realizados, em Portugal, sobre as necessidades das famílias de crianças/jovens com necessidades educativas.

2.1 - A importância do envolvimento parental no desenvolvimento da criança/jovem

É a partir da família que a vida de uma criança ganha forma, logo, a família, independentemente, da sua estrutura, valores, crenças, orientações, tradições, é fundamental no desenvolvimento de uma criança. É no seio da família que a criança se desenvolve e aprende a dar significado ao mundo que a rodeia. O papel da família é de extrema importância no desenvolvimento da criança/jovem. A família é o primeiro ambiente que a criança conhece e dele dependerá a sua personalidade e conduta enquanto ser pertencente à sociedade como nos refere Antunes (2013).

A família, para Antunes (2018), é um espaço onde se constroem histórias que ampliam ou diminuem aspetos da realidade, e nesse sentido, funciona como um mediador entre a criança e o universo social que a rodeia.

Também para Ferro, (2012), a família é o espaço educativo da criança, por excelência, à qual caberá sempre o papel principal na tarefa educativa, pois é junto dela que a criança fará a sua socialização, as suas primeiras aquisições e aprendizagens.

Os progenitores têm um papel fundamental no processo de desenvolvimento da criança, é através da família que a criança desenvolve a noção sobre o que é esperado dela, como nos refere Antunes (2018).

Todas as famílias têm um conceito sobre o que é ser uma boa família, quais os comportamentos aceites e não aceites, qual a expectativa de desempenho, face a cada um dos seus membros e, em particular, o que é esperado dos filhos, conforme Antunes (2008).

Para Carvalho (2009), é através das interações afetivas que se desenvolvem as estruturas neuronais e as conexões sinápticas, dando origem a uma maior capacidade de aprendizagem e desempenho.

Já Alarcão (2000) refere-nos a existência de muitas definições para este conceito, mas talvez o mais importante, seja vê-la como um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que a torna una e única.

Como nos refere Antunes (2013), o modelo tradicional de família, romantizado no século XX, de um casal com dois filhos, é cada vez menos a norma. Hoje, a sociedade é

composta por famílias monoparentais, famílias reconstruídas, casas homossexuais, com crianças adotadas, entre outras.

Correia (2008) apresenta três modelos teóricos que explicam a importância do envolvimento parental, baseados numa abordagem sistémica da família:

- **Abordagem Sistémica da família**, baseado na teoria geral dos sistemas, de Von Bertalanffy (1968), referindo que “todos os sistemas vivos são compostos por um conjunto de elementos interdependentes, isto é, modificações que ocorram num dos elementos podem afetar os restantes” (Correia, 2008, p. 156). “Acontecimentos que afetem qualquer um dos membros da família podem ter impacto em todos os seus membros” (Carter & McGoldrick, 1980, citado por Correia, 2008, p. 156)

- **Modelo Transacional de Sameroff e Chandler** (1975), que considera a família “como componente essencial do ambiente de crescimento, que influencia e é influenciada pela criança num processo contínuo e dinâmico resultando em aspetos diferenciados em cada momento dessa interação”. (Correia 2008, p. 156).

- **Modelo Sistémico de Ecologia do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner**, que vê a família como um sistema abrangido num enquadramento mais alargado de outros sistemas. Os diferentes sistemas sociais e os seus membros são interdependentes, fazendo com que as mudanças num sistema se produzam mudanças nos outros sistemas (Correia, 2008).

Os três modelos atrás referidos, são de extrema importância para os profissionais de educação que trabalham com crianças/jovens com necessidade educativas especiais. Assim, a criança/jovem tem de ser vista como um todo, enquadrando o contexto familiar e ambiental onde vive, pois só assim, podemos ter um desenvolvimento equilibrado do mesmo.

2.1.1- Evolução Histórica do envolvimento parental da criança/jovem

A evolução histórica do envolvimento parental da criança/jovem tem sofrido diversas alterações ao longo da história.

Leandro (2001), declara que a família não é uma entidade abstrata, parada e unidimensional no seio da sociedade. Como tal, Leandro (2001), refere que a família é uma instituição ancestral e universal, todavia, a estrutura familiar não é estática face às mudanças sociais, económicas e políticas que ocorreram, portanto, o conceito de família está em constante evolução, conferindo-lhe deste modo um cariz dinâmico. O mesmo autor, refere que houve diversas alterações, quer a nível dos laços, dos grupos sociais e tradicionais, quer a nível dos padrões ideológicos de referência.

Turnbull e Summers (1985, citado por Correia, 2008) referem que existiu, nas últimas quatro décadas uma evolução, que iniciou desde a época em que os pais eram vistos como a causa dos problemas dos seus filhos, até assumirem papéis de intervenientes ativos e responsáveis nas questões educacionais dos seus filhos. Os profissionais tiveram que adaptar-se novas atitudes na forma de atuação dos pais.

Assim, Simeonsson e Bailey (1990, citado por Correia & Serrano, 1996) apontam quatro fases na evolução da visão e formas de trabalho com os pais:

- A **primeira fase** teve início nos anos 50, os pais tinham um papel passivo, cabendo quase exclusivamente a responsabilidade dos profissionais, nas questões educacionais e terapêuticas das crianças portadoras de deficiência.

- A **segunda fase** ocorreu nos anos 70 e surge devido a uma consciencialização conjunta de pais e dos profissionais da necessidade de uma participação ativa dos pais nos programas educativos dos filhos.

Consequentemente aparece a Lei -Pública Americana 94-142, que teve repercussões no progressivo envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos. Nos Estados Unidos foi criada a primeira lei que enfatizava a importância dos serviços de EE no processo de aprendizagem dos alunos com NEE e em Inglaterra após a publicação do Warnock Report, pela primeira vez foi concedida uma educação pública gratuita e apropriada às necessidades dos indivíduos com NEE, e proporcionada no meio menos restrito possível.

- A **terceira fase**, o envolvimento dos pais, vê-se os pais como co-terapeutas e co-tutores dos seus filhos, isto é, eles poderão continuar o trabalho desenvolvido pelos profissionais (Correia, 2008). Verifica-se assim, a necessidade de ampliar a formação dos pais para que possam colaborar/cooperar de forma correta nessa nova atuação.

- A **quarta fase**, digamos que se inicia nos anos 80, pois nesta fase, foi caracterizada pelas práticas centradas na família, particularmente, nos programas de intervenção precoce, implementados pela Lei Pública Americana 99-457, de 1986. A intervenção deixou de se centrar unicamente na criança para se centrarem na família (p.94-142).

No início da década de 90, em Portugal, surge uma política educativa que vem clarificar a responsabilidade da escola regular, face à educação das crianças com NEE, através da promulgação do Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro que defendia a escolaridade obrigatório e gratuita no Ensino Básico, a todas as crianças com deficiências graves e profundas. Um ano depois, surge o Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto que regulariza a integração das crianças com deficiências no ensino regular e criou o reconhecimento do papel dos pais na orientação dos seus filhos.

Passados dois anos, em 1993, as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência e um ano depois, em 1994 a Declaração de Salamanca, veio assinalar um marco importante, internacional, levado a cabo pela UNESCO, em que declara políticas e práticas na área das NEE. Assim, fixa o princípio da valorização do papel das famílias e dos pais no sucesso das crianças com NEE.

Também, a publicação do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro legitima a importância do envolvimento parental “os pais ou encarregados de educação têm o

direito e o dever de participar ativamente (...) em tudo o que se relacione com a EE a prestar ao seu filho...”

Mais recentemente, o Decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho, veio assegurar o direito e o dever dos pais ou encarregados de educação de participar e cooperar, ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando.

2.1.2 - Conceito de Família

A noção de família está em constante modificação, na sociedade atual, nos dias de hoje, considera-se difícil dar uma definição de família, uma vez que existe diferentes tipos de famílias.

O conceito de família tem vindo a sofrer diversas mudanças. Se olharmos para as definições anteriores à Revolução Industrial com as atuais, verificamos mudanças consideráveis. A definição de Murdoka (1959 citado por Amaro, 2006) menciona que a família é o grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Esta definição vai ao encontro do conceito de família tradicional, constituída por pai e mãe, que vivem em conjunto, e onde as funções, por vezes, estão divididas entre os dois, sendo que, o pai mantinha a sustentabilidade financeira e a mãe assegurava as tarefas domésticas. Esta noção de família, tem sofrido alterações ao longo dos tempos e atualmente, o conceito de família é bastante diferente desta retratada anteriormente.

Para Giddens (2004), o conceito de família é abordado como sendo “um grupo de pessoas unidas diretamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças” (p.175). Para este sociólogo a definição de família apresenta outros elementos, destacando um fator que é a responsabilidade dos pais na educação das crianças.

Silva, (2003 citado por Marques 1994):

classifica família como sendo um conjunto de adultos que se relacionam de uma forma duradoura e constante com os alunos no espaço casa. Este autor considera importante aplicar o termo família aos pais, pois cada vez mais as estruturas familiares são variadas. No entanto e nos dias de hoje, muitas são as crianças que vivem com outros familiares. Estes assumem todas as funções no desenvolvimento das mesmas, sem serem os pais biológicos (p.41).

Desde que nasce, e ao longo da vida, a pessoa vai interagindo com diferentes sistemas relacionais e ambientais que, por sua vez, se vão transformando e evoluindo. Esta relação começa na família (sistema restrito) e vai naturalmente progredindo para outros sistemas, cada vez mais alargados e englobantes (sistema alargado), como a própria sociedade em todos os seus aspetos, Piaget, (1973).

De entre as particularidades mais comuns do conceito de família, Diogo (1998), considera que a convivência familiar e o facto de viver em conjunto debaixo do mesmo teto é talvez a mais importante. A coabitação e a partilha de recursos comuns é um princípio claro para a definição do conceito de família. Assim, a família poderá ser

entendida como o conjunto de adultos que se relacionam com crianças e jovens num determinado espaço.

Como refere Martins (2002):

a família é a primeira unidade social onde o indivíduo se insere e a primeira instituição que contribui para o seu desenvolvimento e socialização, bem como para a formação da sua personalidade. É através da família que cada geração assume, em graus diversos, mas sempre importantes, a sua responsabilidade para com os seus membros. Contudo e apesar das mudanças e alterações que a sociedade tem sofrido ao longo do tempo e da variedade de formatos que tem vindo a acontecer à família, mantém-se as funções que lhe são destinadas” (p.111).

Todavia, Murdock (1972 citado por Reimão, 1997), define este conceito como “cooperação de duas ou mais gerações dos dois sexos unidos por laços de consanguinidade, filiação e afinidade” (p. 141).

No entanto, Saraceno (1992) destaca a importância da convivência familiar, considerando caracteres distintivos da família:

a) a relação de parentesco, de afinidade ou afetividade que une entre si várias pessoas;

b) a coabitação, isto é, a convivência de todos os membros no mesmo alojamento e a consequente condição da sua residência habitual na mesma comunidade;

c) a unicidade do orçamento, pelo menos em parte das receitas e das despesas destinadas à satisfação das necessidades primárias da família, como a alimentação e os serviços de habitação.

Assim, podemos constatar que existem diversas abordagens ao conceito, no entanto, apesar das diferenças que lhes estão inerentes, podemos considerar que a família assenta basicamente no conjunto de relações e interações que os seus elementos criam, não só entre si, como também com o meio onde se encontram introduzidos.

Concluimos assim, que a família não assenta, apenas, em laços de sangue, parceria sexual ou casamento.

2.1.3 - Perspetiva sistémica da família da criança/jovem

A perspetiva sistémica, induz-nos a considerar e a prestar atenção à perspetiva ecológica.

Vários autores, que se dedicam ao estudo da família, aceitam esta perspetiva e também defendem que a família constitui a base da sociedade. Vejamos então perspetivas de alguns autores.

Relvas (1996) vê o ser humano como o resultado das relações que possui com o meio envolvente.

A aproximação da teoria sistémica da família é fundamentada na teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy (1968 citado por Correia 2008, p.156), que nos diz que «todos os sistemas vivos são compostos por conjuntos de elementos interdependentes, isto é, modificações que ocorram num dos elementos podem afetar os restantes». Desta forma, a família constitui uma unidade sistémica onde acontecem um elevado número de interações, ou seja, um sistema onde um acontecimento que afeta um membro da família pode ter repercussões nos outros membros.

Para Bronfenbrenner (1979, citado por Diogo, (1998), o desenvolvimento do ser humano é condicionado não apenas pelo próprio indivíduo, mas também por todos os sistemas contextuais em que este se insere (Diogo, 1998). É inevitável uma interação dinâmica entre a pessoa e o meio que a envolve.

Glat (2004, citado por Branco, 2014) defende que quando surge numa família uma criança com NEE, a estrutura familiar básica poder-se-á quebrar e criarem-se momentos incompreensíveis e difíceis de admitir no dia-a-dia dessa família. Esses momentos podem prejudicar um dos elementos da família o que pode promover embate sobre os restantes membros (Carter & McGoldrick, 1995, Branco, 2014).

Para Chagas (2017), a dinâmica das interações familiares em todos os subsistemas, como o conjugal, parental, fraternal e extrafamiliar modifica de forma direta ou indireta aquando do nascimento de um filho com problemas de desenvolvimento. O autor refere ainda que, para um bom funcionamento da família a reorganização familiar exige dos progenitores a construção de novos planos, projetos, tarefas e funções a redefinir para que cada elemento exerça um papel colaborativo e complementar.

Turnbull, Summers e Brotherson (1984 citados por Correia, 2008) os subsistemas familiares dentro da família tradicional são:

- ✓ Marital, que tem a ver com as interações estabelecidas entre marido e mulher;
- ✓ Paternal, que se refere às interações entre pais e filhos;
- ✓ Fraternal, que diz respeito às interações entre irmãos;
- ✓ Extrafamiliar, que se refere às interações da família com os vizinhos, família alargada, amigos ou profissionais.

2.1.4 - Tipologias de famílias da criança/jovem

Na sociedade atual, muitas são as tipologias de famílias que se conhecem, afastando, cada vez mais, do tipo de família tradicional, composta por pai, mãe e filhos e aproximamo-nos do tipo de família nuclear, como veremos neste ponto.

Alarcão (2000 citado por Ferreira 2013), refere que nos últimos anos, tem crescido o número de famílias monoparentais, de famílias de colocação e de famílias adotivas. Também nos refere que as famílias de homossexuais e as famílias comunitárias começam a constituir uma realidade, que já não passa despercebida nem pode ser escamoteada (p.40).

Ferreira (2013) e Simões (2010) referem que nos dias de hoje existem muitas crianças que estão a ser educadas noutros contextos familiares, diferente do tradicional: mudança no papel tradicionalmente atribuído à mulher, isto é, famílias onde as mães trabalham fora de casa e que, por isso, compartilham os cuidados dos filhos com terceiros, famílias onde muitos casamentos terminam em divórcio, famílias onde o pai é o principal responsável pelos cuidados básicos prestados às crianças entre outros. Existem cada vez mais filhos criados por uma mãe ou por um pai numa família monoparental ou pluriparental, casais reconstruídas após o divórcio, ou seja, um casal que se junta para formar uma nova família tendo já eles filhos de uma família vinda de outras relações conjugais, onde, por exemplo, os filhos da figura feminina passam a coabitar na mesma casa ou em convivência regular com os filhos da figura masculina, casais homossexuais com filhos adotivos e a diminuição do número de filho por casal.

Caníço et al. (2010, citado por Borges, 2015) apresentam vinte e um tipos diferentes de famílias baseados na sua estrutura e dinâmica, como podemos verificar na tabela 3:

Tabela 3 - Tipos de Família

Fonte: Caníço, Bairrada, Rodriguez e Carvalho (2010, citado por Borges, 2015 p.25)

Família díade nuclear	Casal em relação conjugal sem descendentes comuns, nem de relações anteriores de cada um dos elementos;
Família nuclear ou simples	casal em relação conjugal com filhos;
Família alargada ou extensa	Família composta por ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, que coabitam com os pais e seus descendentes;
Família reconstruída, combinada/recombinada	Família em que um ou ambos elementos que compõem o casal em relação conjugal tiveram relações anteriores e vivem com ou sem descendentes dessas mesmas relações;
Família monoparental	Família constituída por apenas um dos progenitores que coabita com os seus descendentes;
Família dança a dois-	Coabitação de elementos da mesma família (de sangue ou não) sem relação conjugal ou parental (por exemplo avó e neto, tia e sobrinha, irmãos, primos, cunhados, entre outros);
Família unitária	Família constituída apenas por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de ter uma relação conjugal (caso tenha, ser sem coabitação);
Família de coabitação	Homens e/ou mulheres que vivem na mesma habitação, sem laços familiares ou conjugais e que podem ter ou não objetivos comuns (por exemplo, estudantes universitários, amigos, emigrantes, etc);
Família comunitária	Família composta por homens e/ou mulheres com ou sem descendentes, que coabitam na mesma casa ou em casa relativamente próximas umas das outras (por exemplo comunidades

	religiosas, seitas, comunas, famílias de etnia cigana, etc);
Família hospedeira	Família que acolhe temporariamente um elemento exterior à família, como por exemplo, uma criança, um idoso, um amigo ou um colega;
Família adotiva	Família que adotou uma ou mais crianças não consanguíneas, podendo coabitar ou não com os seus filhos biológicos;
Família acordeão	Um dos cônjuges ausenta-se por períodos prolongados e/ou frequentes, como por exemplo trabalhadores humanitários expatriados, militares em missão, emigrantes de longa duração entre outros;
Família múltipla	Um dos elementos (pai, mãe ou um dos seus ascendentes) integra duas ou mais famílias, constituindo por isso diferentes agregados, podendo ter descendentes nesses mesmos agregados;
Família grávida	Família em que uma mulher se encontra grávida;
Família com prole extensa ou numerosa	Família com crianças e jovens de idades muito diferentes;
Família homossexual-	Família em que a união conjugal é entre duas pessoas do mesmo sexo;
Família consanguínea	Família em que existe uma relação conjugal consanguínea;
Família com dependente	Família que um dos elementos é dependente dos cuidados de outros, devido a doença (por exemplo, uma pessoa acamada, com deficiência mental e /ou motora, etc);
Família com fantasma	Família em que um dos elementos desaparece de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível (divórcio, rapto, etc), mas o mesmo continua presente na dinâmica familiar, dificultando a (re)organização familiar e o desenvolvimento individual dos restantes elementos;
Família flutuante	Família que muda frequentemente de habitação, ou em que um dos progenitores muda frequentemente de parceiro;
Família descontrolada	Família em que um dos membros tem problemas crónicos de comportamento, por doença ou dependência, como por exemplo esquizofrenia, toxicodependência, alcoolismo, etc.

2.2 - Envolvimento parental na educação das crianças/jovens com necessidades educativas

Neste ponto consideramos importante abordar o envolvimento parental na educação das crianças/jovens com necessidades educativas. Sendo assim, iremos abordar o impacto das necessidades educativas na família, o papel das famílias e os ciclos de vida de uma criança/Jovem com necessidades educativas e da família.

2.2.1 - O Impacto das necessidades educativas na família da criança/jovem

Geralmente, a notícia de uma gravidez é vista, por parte dos pais, como um momento de alegria, mas também de angústias e incertezas. Ainda durante a gravidez, os pais e outros elementos próximos, avós, amigos, tios, entre outros, criam expectativas em torno da criança que irá nascer.

Évora (2019) refere que todos os pais imaginam e criam expectativas de como serão os seus filhos, criando no seu imaginário aquilo a que se pode chamar de bebé idealizado, totalmente perfeito. No entanto, Évora (2019) diz-nos que a idealização nem sempre corresponde às expectativas idealizadas e são confrontados com uma realidade bem diferente, após o nascimento, outros mais tarde, quando a criança não corresponde ao desenvolvimento estabelecido como padrão. O diagnóstico ou o nascimento de uma criança com NEE provoca diversas alterações na dinâmica familiar, sendo necessário uma reorganização da família, de forma a redefinir ajustamentos e respostas eficazes e necessárias para dar resposta às fases de desenvolvimento da criança com NEE.

Segundo Ferreira (2013) “a maioria dos pais, quando são confrontados com a realidade de um filho “especial”, vivem momentos particularmente dolorosos e apresentam reações de inconformismo.” (p.44).

Já no entender de Fiamenghi e Messa (2007 citado por Pacheco, 2016) as NEE em que as exigências e os desafios são mais estigmatizados têm maior impacto sobre os pais, tornando-se assim, necessário mencionar que o choque varia conforme a gravidade, desafios e exigências ligadas à problemática, ou seja, quando mais grave é a deficiência maior efeito terá para os pais e familiares.

Para Pereira (1996), a severidade da deficiência e o grau de autonomia podem influenciar a reação das famílias perante esta problemática. Fortier e Wanless (1984) defendem que se a severidade for detetada ao nascimento, independentemente do seu grau, os pais experimentam um choque imediato. No entender de Londsdale (1978) quando notada mais tarde o choque dos pais não é tão grave. A autora aponta ainda que, o fator visibilidade da problemática/deficiência, isto é, o que se consegue observar ao olhar para uma criança/jovem, pode ser um indicador de maior ou menor impacto, se por um lado o facto de ser visível ajuda a desculpar certos tipos de comportamento que a criança possa ter, por outro lado estas crianças podem ser alvo de estigma social e rejeição na família provocando por vezes dificuldades a nível de interação social e familiar.

Na interpretação de Chagas (2017) o nascimento de uma criança com NEE provoca um choque profundo na vida dos progenitores, podendo causar uma enorme inquietação e frustração, assim como criar uma maior pressão na estrutura e dinâmica da família.

O'Hara e Levy (1984, citados por Correia, 2008) comparam as reações dos pais à informação de que o seu filho é uma criança com NEE, às experiências de perda de alguém amado, por morte ou separação e que os pais atravessam um período de luto pela perda de um filho "idealizado" que à partida não existe. Este período de luto, pode assim ser encarado como um processo inevitável no caminho à adaptação das novas condições de vida, passando por um conjunto de estádios e fases que integram desde o choque inicial até à aceitação da realidade. Portanto, os pais, até conseguirem alcançar uma atitude positiva, atravessam um percurso com diferentes estádios que vão do choque, negação ou pânico inicial à aceitação da realidade, como podemos observar na tabela 4 que se segue (tabela 4):

Tabela 4 - Estádios de reação parental a um filho com NEE

Fonte: Correia (2008, p. 159)

Comportamentos e Sintomas		Comportamentos do Professor	
Vergonha, culpa, Desmotivação, Sobrecompensação, Saltar de médico em médico	Choque/Negação/Pânico	Escutar aceitando, escutar ativo	Trabalhar em conjunto
Projeção da revolta na escola, nos familiares ou parentes, Abuso verbal para com os profissionais	Raiva/Ressentimento	Demonstrar tolerância, ocupar o pai/mãe, Providenciar tarefas em que a criança tenha sucesso	
Adiar a aceitação racional do inevitável, trabalhar com determinação	Negociação/Exigência	Compreensão empática, ajudar os pais a aceitar os sentimentos como normais	
"Que adianta esforçar-me!" Incapacidade, Tristeza pela perda do filho idealizado	Depressão/Desânimo	Focar os aspetos positivos, assegurar o sucesso nos momentos educativos. Referir o aconselhamento profissional	
Perceção de que se pode fazer algo, Adaptações do estilo de vida, Vontade de envolvimento ativo	Aceitação	Apoio por parte de outros pais, ensinar novas estratégias, elogiar os pais	

Para ultrapassar os comportamentos e sintomas referidos na tabela 4, Chagas (2017) refere que a eficiência deste processo de adaptação depende dos recursos e das forças da família, das aprendizagens prévias e ainda da condição e severidade da deficiência da criança.

Para Évora (2019), a criança com NEE pode apresentar um grau de incapacidade tão profundo que não lhe permite ter uma vida autónoma e independente. Nestas condições o processo de aceitação da família é muito mais difícil.

O grau de incapacidade ou severidade da doença pode criar nos familiares grandes níveis de stress, como nos refere Silva e Dessen (2001), em que os níveis de stress poderão estar relacionados com variáveis internas e externas que influenciam direta e indiretamente as interações familiares.

Assim, segundo Allen (1992, citado por Correia, 2008), as possíveis causas de situações de stress que os pais de crianças com NEE vivenciam poderão ser:

- ✓ Tratamentos médicos muito caros, dolorosos e que podem implicar risco de vida, cirurgia, hospitalizações (...);
- ✓ Agravamento das despesas e complicações financeiras, devido à necessidade de alimentação especial ou equipamentos;
- ✓ Crise de desânimo ou preocupação excessiva devido a incidentes graves que podem surgir, (...);
- ✓ Problemas de transporte, de ter alguém que cuida dos outros filhos, dispensa do emprego para acompanhar o filho às consultas e tratamentos;
- ✓ Dificuldades em conseguir alguém que fique com a criança ou de uma colocação educacional adequada;
- ✓ As rotinas tornam-se complicadas e exigem dos pais uma dedicação contínua diurna e noturna;
- ✓ Fadiga constante, falta de sono, pouco tempo livre para atividades recreativas ou de lazer com outros membros da família;
- ✓ Ciúmes ou sentimentos de rejeição por parte dos irmãos (...);
- ✓ Problemas conjugais que podem aparecer de questões financeiras, da fadiga ou divergências na forma como lidam com as NEE do filho, ou ainda ciúme do pai ou mãe face à atenção dada à criança pelo outro cônjuge. (p. 161).

2.2.2 - O papel das famílias de crianças/jovens com Necessidades Educativas

A família é, digamos, para qualquer criança a estrutura responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o seu comportamento meio social onde estão inseridos. O papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo é fundamental. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que serão a base para o processo de socialização da criança. Será sempre importante olhar a criança no seu todo, incluindo a família.

Para Pacheco (2016) a família deve apoiar os seus membros no seu crescimento pessoal, intelectual, afetivo, físico, ou seja, proporcionar e assegurar condições para um crescimento saudável.

Antunes (2018), entende que a família, independente, da sua estrutura, organização, valores e crenças, ocupa um lugar fundamental no desenrolar do processo de desenvolvimento.

Ainda para o mesmo autor, é no seio da família que as primeiras relações ganham forma, é aí que a criança aprende a dar significado ao mundo e a si própria, e constrói a sua identidade.

Também Minuchin (1990) refere que, a família tem a função interna que consiste no desenvolvimento e a proteção dos seus membros e a função de apoio à socialização, adequação e transmissão de determinada cultura, referindo-se estas à função externa.

Bernardes (2004 citados por Branco 2014) refere que é no interior do núcleo familiar que a criança aprende a viver, a ser e a estar.

No entender de Branco (2014), aprender a ser, implica a aceitação e o respeito das diferenças e das características específicas de cada membro que constitui a família.

Ainda, Antunes (2018), salienta que uma das características que nos torna únicos enquanto espécie é o tempo prolongado de dependência do contexto familiar, pois até atingirmos a autonomia que nos permite sair do ninho, no geral, passam mais de duas décadas, marcadas por fases de desenvolvimento com desafios muito distintos para a criança e para a família

Antunes (2013) realça que:

é na família que se dá a chamada socialização primária, onde a criança dá os primeiros passos para se poder desenvolver como um ser responsável e ativo, interiorizando os valores, as atitudes e os papéis que conduzem à formação da sua identidade (p.46).

Ainda na opinião de Antunes (2018), a diferença que existe entre ser-se pai de uma criança pequena é muito diferente de ser-se pai de um adolescente, ou de um jovem adulto que ainda vive na casa dos pais. A família é um espaço onde se constroem histórias que ampliam ou diminuem aspetos da realidade e, nesse sentido, funciona como um mediador entre a criança e o universo social que a rodeia.

Borges (2015), considera que existem funções consideradas básicas para a vida da criança, tanto ao nível cultural, social e biológico. Grácio (n.d. citado por Borges 2015) define quatro funções da família:

Função procriadora: assenta na continuidade de assegurar a existência das gerações familiares e da vida humana. (...) No entanto, atualmente o número de filhos por família tende a diminuir, pois é necessário ter em conta o fator económico, em que cabe à família assegurar também a alimentação e a educação.

Função alimentar: tende a assegurar o sustento da criança, satisfazendo, assim, as suas necessidades ao nível da alimentação, mas também no que se refere ao vestuário e abrigo.

Função protetora: a família é o meio mais adequado à proteção da criança, ao seu desenvolvimento enquanto pessoa. Desde o nascimento e durante os seus primeiros anos de vida a criança, precisa de uma forma harmoniosa dos

cuidados e proteção de um adulto para sobreviver, criando assim um vínculo com a sua família.

Função educativa: a família é a primeira instituição da vida da criança onde ela nasce, desenvolve e cria o seu projeto de vida. Adquire valores morais, as regras básicas, a troca de afetos e onde partilha imensas experiências enriquecedoras para o seu desenvolvimento, sendo os pais, evidentemente, os primeiros educadores da criança. Esta função educativa ocorre no contexto familiar, mas não de uma forma isolada, devendo ser compartilhada com outros agentes educativos, sobretudo a escola. (pp. 26-27).

As crianças e os jovens precisam de adultos sensíveis às suas necessidades, de acordo, com a etapa do desenvolvimento em que se encontram e o seu perfil de desenvolvimento, independentemente do tipo de estrutura familiar (Antunes, 2018).

Flores (1999 citado por Pinho, 2017) destaca que as famílias com crianças com incapacidades mais agravadas, têm de adaptar e gerir funções para toda a vida como por exemplo a prestação de cuidados ligados à higienização, cuidados na alimentação, controlo de vestuário, preocupação pela autosssegurança do filho e estimulação para a aprendizagem.

Segundo Antunes (2018), ser pai ou mãe de uma criança típica já é uma aventura feita de incógnitas, receios, conquistas, desilusões, medos e esperanças. Ser pai ou mãe de uma criança com perturbações é um desafio acrescido.

2.2.3 - Ciclo de Vida da Criança/jovem com necessidades educativas

O ciclo de vida da criança/jovem com NEE e da família revela um conjunto de mudanças que direta ou indiretamente afetam as mesmas, isto é, o nascimento, por si só é gerador de vários ciclos que irão alterar a vida de qualquer família. Outros são os fatores que influenciam a família, nomeadamente, a alteração do agregado familiar, o envelhecimento dos progenitores, o número de filhos, entre outros, que alteram, as funções da família, afetando a forma como os seus elementos interagem.

A família tem um grande significado na vida de cada indivíduo bem como na sociedade. Porém, esta também vai sofrendo modificações. Mas mais que dizermos que a família está em permanente mudança; os laços biológicos são fundamentais no sentimento e na formação da família.

Vejamos, Duvall (citado por Relvas, 1996), defende um modelo em que relaciona as mudanças que ocorrem no ciclo vital da família com as diferentes fases de desenvolvimento das crianças. Neste modelo, cada estágio/fase é caracterizado/a por tarefas específicas:

- ✓ Casal sem filhos (estabelecimento de relação conjugal e preparação para a gravidez e para a parentalidade);
- ✓ Famílias com recém-nascidos (ajustamento à criança dependente);

- ✓ Famílias com crianças em idade pré-escolar (adaptação às necessidades e interesses da criança, no sentido de estimular e promover o desenvolvimento);
- ✓ Famílias com crianças em idade escolar (assumir responsabilidades com crianças em meio escolar e relacionamento com outras famílias na mesma fase);
- ✓ Famílias com filhos adolescentes (facilitar o equilíbrio entre a liberdade e a responsabilidade, partilha desta tarefa com a comunidade, estabelecimento de interesses pós parentais);
- ✓ Famílias com jovens adultos (permitir a separação e o “lançamento” dos filhos no exterior com rituais e assistência adequada);
- ✓ Casal de meia-idade – “ninho vazio” (reconstrução da relação do casal, redefinição das relações com as gerações mais velhas e mais novas);
- ✓ Envelhecimento (ajustamento à reforma, aprender a lidar com o luto e a viver sozinho; adaptação ao envelhecimento).

Para Batshaw e Perret, (1989 citado por Correia, 2008,) à medida que vão crescendo, as crianças atravessam vários estádios/fases de desenvolvimento e o mesmo acontece com as famílias. Cada fase apresenta novas exigências e necessidades que precisam ser superadas pela família, e, em cada estágio, os papéis e responsabilidades dos membros da família modificam. A dinâmica familiar sofre alterações, passando por várias fases, fases de estabilidade e de fases menos estabilidade. Essa oscilação implica mudanças e transformações no seio familiar. Estes momentos de transformação, que acarretam grande stress na vida familiar, na opinião de diversos autores, são designados por crises.

Para Alarcão, (2000), todas as famílias passam por momentos de crise quando o sistema se sente ameaçado pela imprevisibilidade que a mudança comporta. Toda a mudança causa stress, seja esta positiva ou negativa.

Ainda de acordo com Pacheco (2016), todas as famílias sofrem períodos de mudanças e adaptação ao longo do seu ciclo vital. Geralmente nas famílias com um membro com NEE, a necessidade de mudança e adaptação aumenta, e o papel de cada elemento pertencente à família torna-se mais importante criando-se a necessidade de um maior envolvimento nos seus cuidados e na sua estimulação. Todos os membros da família passam a ter responsabilidades maiores sobre a criança que têm a seu cuidado, estando também envolvidas questões adaptativas importantes para toda a família.

De facto, ser pai ou mãe de uma criança com NEE, na maior parte dos casos, altera o ciclo de vida da família, exigindo modificação do seio familiar para dar resposta às necessidades sentidas pela criança com ou sem NE.

2.3 - Recursos e Necessidades das Famílias com crianças/jovens com necessidades educativas

2.3.1 - Recursos das famílias com crianças/jovens com Necessidades Educativas

As famílias com crianças/jovens com necessidades educativas, nem sempre conhecem os recursos disponíveis, como nos refere Simões (2010), devido a diversas causas, podem não conhecer os seus próprios recursos e os que lhes podem ser proporcionados pela sociedade, a fim de responderem às suas necessidades ou preocupações.

Carmo (2004) ressalta que os recursos familiares abrangem não só as aptidões e capacidades das famílias, mas também os apoios formais e informais, que poderão ser utilizados de forma a satisfazer essas necessidades e a minimizar as dificuldades e problemas da família.

Dunst (1985 citado por Branco, 2014) já dizia que os recursos e os apoios sociais prestados à família poderão ter influência no sistema familiar.

Martins (2011 citado por Pinho, 2017) afirma que é através da rede de apoio que se consegue alcançar uma variedade de recursos. Sem ela ou em famílias isoladas nos seus núcleos, as pessoas estariam limitadas nas suas funções de proteção, educação e promoção do desenvolvimento das suas crianças.

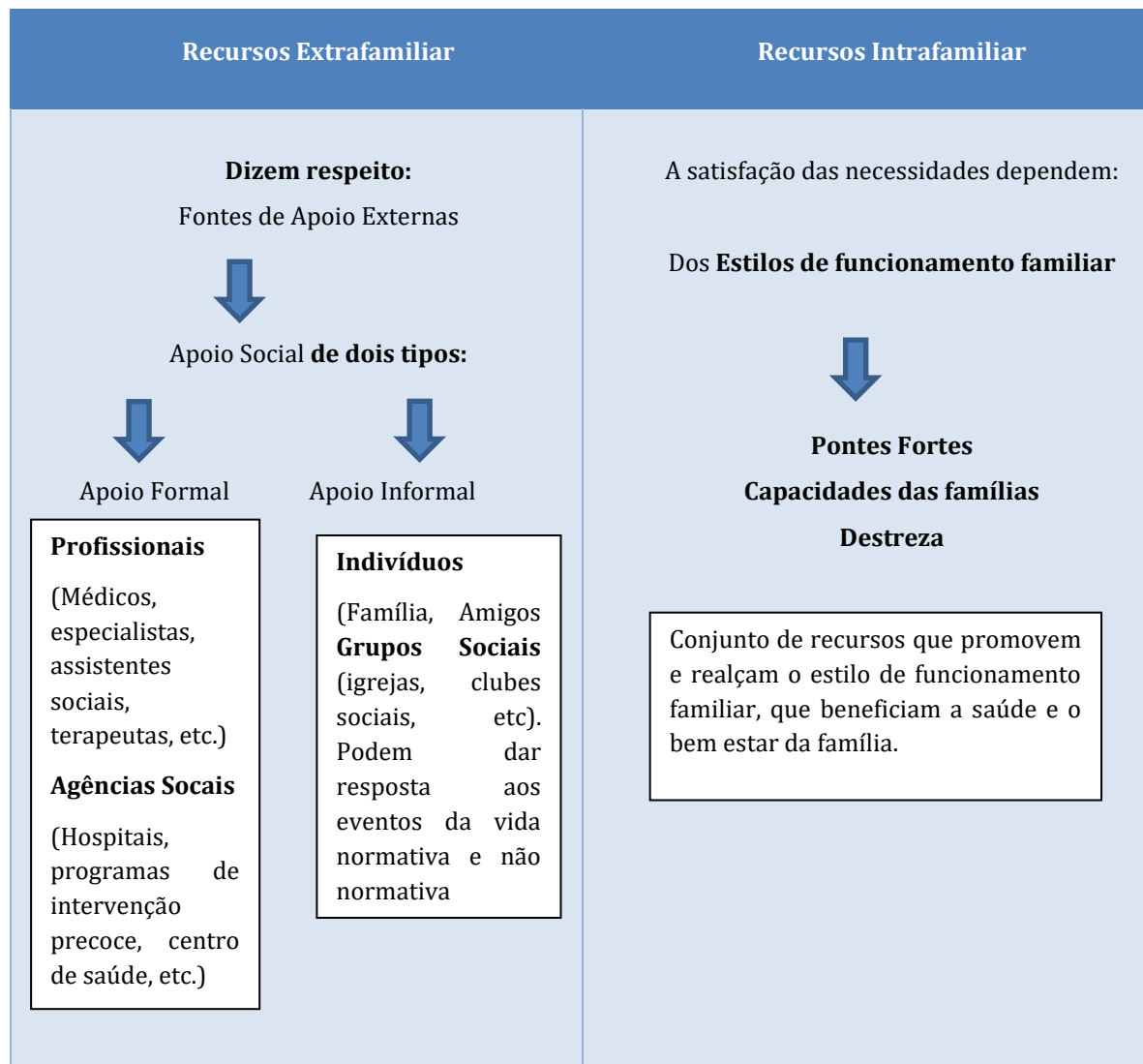
Carmo (2004) refere que:

a família pode não ter consciência dos recursos disponíveis para dar respostas às suas necessidades, sendo o papel do profissional o de prover o conhecimento ou as informações acerca das diferentes perspetivas ou opções que a família possa não ter considerado. Esta partilha de possíveis opções só deve acontecer depois da família ter indicado preocupação ou desejo de obter um recurso. O profissional deve seguir a orientação da família e simultaneamente deve prover informação adicional que possa ser benéfica como indicação e em resposta à situação da família (p.66).

Carmo (2004) afirma que existem dois tipos de recursos: os intrafamiliares e os extrafamiliares, que vão ao encontro das necessidades, forças e capacidades da família para mobilizar os apoios e os recursos disponíveis. A intervenção centrada na família tem de consistir nas necessidades da mesma, tendo em conta, a localização, os recursos e apoios que dispõem. Será fundamental capacitar as famílias e dotá-las de competências para utilizarem os recursos disponíveis de forma, a satisfazer as suas necessidades.

Na perspectiva de Carmo (2004) e como referimos no ponto anterior, existem dois tipos de recursos: intrafamiliares e extrafamiliares, como podemos observar na seguinte tabela:

Tabela 5 - Recursos Extrafamiliares e Intrafamiliares



Para Carmo (2004) o modelo de ajuda e de práticas depende de três pressupostos fundamentais como nos refere a autora:

1. à partida as pessoas possuem já algumas competências ou capacidade de se tornarem competentes;
2. as falhas em demonstrar competências não são devidas a défice individuais, mais sim à falha dos sistemas sociais em criar oportunidades para que essas competências se manifestem, a que os autores denominam de experiências capacitantes;
3. a pessoa que procura ajuda deve atribuir o comportamento de mudança às suas ações, para que possa adquirir um sentido de controlo sobre os problemas familiares que enfrenta, ou seja, corresponsabilizar a pessoa.

2.3.2 - As principais necessidades das famílias da criança/jovem com necessidades educativas

No entender de Passos (2014) as necessidades que a família identifica e a forma como as enfrenta, sofrem ao longo dos tempos alterações, e é fundamental que estas famílias usufruam de apoios e recursos especiais, ocasiões com momentos livres, reflexão sobre as necessidades da criança e as suas próprias necessidade.

Murray (1938, citado por Passos 2014), refere que:

Um dos primeiros investigadores a dedicar-se ao esclarecimento da definição das necessidades, dividiu-a em vários tipos, conforme o seu carácter ou grau de importância na vida de um indivíduo. Deste modo, as necessidades poderiam ser de carácter primário ou secundário (p.20).

As necessidades das famílias, na opinião de Cadilha (2010), são classificadas em:

- **Necessidades primárias**- necessidades de natureza biológica (a fome, a sede ou o sono),

- **Necessidades secundárias**- as que advêm de uma necessidade primária ou que fazem parte da estrutura psíquica de cada ser humano, ou seja, aprendidas ao longo do percurso do indivíduo e da sua experiência.

Segundo o mesmo autor, as necessidades do tipo secundário, o ambiente que rodeia o indivíduo, têm um papel imprescindível na vivência e significado das experiências, bem como na própria construção do sistema de necessidades (Cadilha, 2010).

Os pais enfrentam diversas necessidades, como nos refere Turnbull et al. (1984 citados por Pereira, 1996). Estes autores referem que as necessidades sentidas pelos pais podem-se agrupar em sete categorias, sendo elas:

- ✓ Necessidades económicas;
- ✓ Necessidades de cuidados diários;
- ✓ Necessidades recreativas;
- ✓ Necessidades de socialização;
- ✓ Necessidades de auto-identidade;
- ✓ Necessidades de afeto;
- ✓ Necessidades de atendimento educativo.

Passamos a descrever cada uma delas:

- **Necessidades económicas**- A existência de uma criança/indivíduo com NEE no meio familiar pode originar necessidades financeiras adicionais. Estas poderão resultar de um aumento de consumo e ao mesmo tempo de uma diminuição da capacidade produtiva (Turnbull et al, 1984. McAndrew (1976) citado por Pereira (1996), menciona que estas despesas poderão criar problemas financeiros gravíssimos à família da criança com NEE. Uma criança com NEE afeta a quantidade de posses monetárias da família, como também afeta o rendimento resultante da capacidade de trabalho dos pais. Como refere Pereira (1996), apesar de os profissionais não poderem,

de forma direta, minimizar os problemas económicos resultantes da Necessidade Educativa Especial da criança, estes podem prestar informações úteis acerca dos apoios que a família poderá usufruir, através dos serviços de segurança social ou de outros serviços. Também poderão encorajar os pais, que conseguiram obter apoio financeiro, a explicar aos outros como devem proceder.

- **Necessidades de cuidados diários**- Geralmente, os pais preocupam-se em responder às necessidades dos seus filhos. Quando se trata de um filho com NEE os pais, de certo modo, tentam responder com mais eficácia às necessidades de saúde física e mental do seu membro. Estas necessidades englobam as tarefas do dia-a-dia, como por exemplo: cozinhar, limpar, tratar das roupas, cuidar dos transportes e obter cuidados médicos quando necessário. Quando se fala em casos de NEE mais dependentes de cuidadores, poderão originar-se situações repercutivas no bem-estar da pessoa que presta essa assistência, normalmente nas mães, uma vez, que assumem estas tarefas na totalidade (Willer & Wicks, 1981, citado por Pereira, 1996). É importante ajudar a criança a desenvolver hábitos nas atividades do quotidiano. Esse papel poderá ser desempenhado pelo professor/educador e pela família. Gallagher, Beckman & Cross (1983) afirmam que o “stress” vivenciado pelos pais está diretamente relacionado com a intensidade dos cuidados diários a prestar à criança e com o grau de desadequação do seu comportamento. Estas situações negativas poderão ser aliviadas recorrendo a recursos, como por exemplo, serviços que prestem cuidados diários a crianças com NEE.

- **Necessidades recreativas**- A família constitui um espaço onde os seus membros podem descontrair, realizando as suas atividades lúdicas preferidas. Vários estudos referem que as famílias têm dificuldades em criar esses momentos, devido à presença da criança com NEE (Dunlap & Hollingsworth, 1977). Realizar uma simples ida ao cinema, beber café com os amigos, tornam-se atividades difíceis de serem conseguidas (Lonsdale, 1978, citado por Pereira 1996). As atividades recreativas são fontes de socialização e de aprendizagem para todo o ser humano. Estas atividades vão ao encontro das necessidades psico-sociais da criança com NEE, como também são uma forma de favorecer experiências com o meio envolvente. Na opinião de Ball et al (2011) estas atividades recreativas/lazer constituem uma importante função na vida da família. É importante, cada vez mais, que os educadores proporcionem momentos de lazer aos pais, atividades que ambos gostariam de realizar em conjunto. Muitas vezes, os profissionais de educação estão focalizados no currículo “esquecendo-se” destes pequenos, mas importantes momentos que fortalecem os laços familiares e reforçam a auto-estima (Pereira, 1996).

- **Necessidades de socialização**- Segundo os autores, Skrtic, Summers, Brotherson e Turnbull (1984, citado por Pereira, 1996), as atividades de socialização afiguram-se fundamentais para a dimensão da qualidade de vida do ser humano. Na opinião de Pereira (1996) “as competências sociais bem desenvolvidas, a sua utilização sistemática e as relações de amizade que forem sendo construídas farão, por certo, da pessoa com deficiência uma pessoa socio-emocionalmente mais integrada” (p. 40),

retratando assim a necessidade de oportunidades para o desenvolvimento das competências interativas, comunicativas e sociais de todas as pessoas com NEE. Em face de tudo isto, as famílias e os educadores deverão apoiar a criança com deficiência no desenvolvimento de competências sociais e promover oportunidades para que as coloque em ação com os seus pares fomentando, desta forma, a construção de relações de amizade. A autora, mencionada anteriormente, acrescenta que a ausência de oportunidades de socialização poderá originar determinados problemas relacionados com a falta de mobilidade, a inexistência de comunicação verbal ou atitudes discriminatórias por parte da comunidade.

- **Necessidades de apoio afetivo-emocional**- É fundamental que os pais desempenhem gestos de afeto e carinho para com a criança com NEE. Rousson (1984), afirmou: “In particular, disabled children need to have their bodies, disability and all, accepted, appreciated and loved, especially by significant parenting figures” (p.12). Alguns pais, por razões diversas, não estabelecem relações afetivas com o seu filho, devem ser encorajados nomeadamente pelos profissionais a desenvolverem este tipo de relações, pois a família proporciona um envolvimento especialmente favorável ao desenvolvimento das relações de amor e auto-estima

- **Necessidades educativas**- Pereira (1996) menciona que “as expectativas dos pais relativamente à escola e às capacidades dos professores variam de caso para caso. Poucos pais esperam um grau de exigência dos profissionais em relação ao seu envolvimento e participação nesta fase” (p. 42).

No entender de Buran (2009, citado por Chagas, 2017) as necessidades das famílias com crianças com NEE continuam a prevalecer na área da saúde, nas atividades recreativas, nos transportes e nas próprias infraestruturas da residência, particularmente, nas condições de acessibilidade.

Para Simões (2010) não se pode generalizar as necessidades das famílias, mas sim, ter em consideração que dependem de diversas variáveis, como a idade da criança, as suas características, a situação de risco social, as condições pessoais, económicas, sociais e culturais que afetam o contexto familiar.

2.3.3 - Avaliação das necessidades das famílias da criança/jovem

Para se poder realizar uma avaliação das necessidades das famílias é necessário fazer uma análise detalhada das necessidades que cada família necessita e posteriormente se poder dar uma resposta e assim, melhorar as condições de vida das crianças com NEE e da respetiva família.

Como nos refere, Serrano (2007) a pessoa que vai intervir deve saber identificar as necessidades e aspirações da família, deve conhecer o seu modo de funcionamento, deve conhecer os pontos fortes, valores, sistemas de crenças e cultura, e deve ser capaz de identificar os apoios na comunidade. Será a relação entre estes fatores que irá regular a ajuda prestada para capacitar a família.

Para identificar as necessidades, prioridades e recursos das famílias e conforme McWilliam (2003 citado por Simões 2010) refere, existe um conjunto de métodos que foram tradicionalmente usados: As histórias sociais da criança/família que são utilizadas como meio de recolher e perceber a informação relativa à família; Questionários de autoavaliação para identificarem as preocupações, prioridades e recursos das famílias; As entrevistas informais a partir de entrevistas semiestruturadas para obter e perceber a informação concedida pela família.

Na perspetiva de Bailey (1988) citado por Carmo, (2004) refere que:

a avaliação eficaz da família deve abranger domínios da família, incorporando múltiplas fontes e instrumentos para obter informação, reconhecer a importância dos valores e tradições da família, determinar as prioridades das famílias no que concerne aos objetivos e serviços, e modificar-se sempre que necessário, de acordo com as exigências do programa, avaliando regularmente os resultados da família (p. 82).

Na opinião de Giné (2000), este considera algumas reflexões acerca da avaliação das necessidades das famílias de crianças com NEE:

A identificação das necessidades das famílias constitui um processo complexo, que tem como objetivo primordial a melhoria das condições de vida das famílias, através da sua satisfação com a progressiva tentativa de estimular e promover o progresso e a qualidade de vida das pessoas com deficiência durante todo o seu ciclo de vida (p.4).

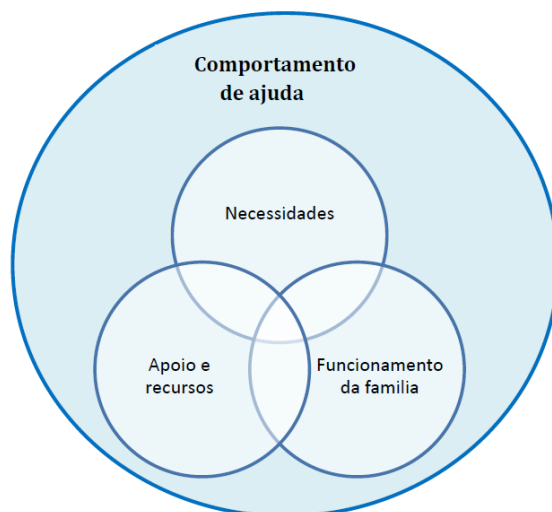


Figura 3 - Quatro Componentes principais do modelo de avaliação e intervenção

Fonte: Adaptado de Dunst, Trivette e Deal (1988, citados por Serrano, 2007, p.41)

Para Dunst, Trivette e Deal (1988, citado por Serrano, 2007, p. 41), estes definiram quatro pilares fundamentais na implementação do modelo de avaliação e intervenção das necessidades da família de crianças com NEE, como ilustra a figura 3.

Ainda para Dunst, Trivette e Deal (1988, citado por Serrano, 2007), os profissionais ao avaliarem as necessidades das famílias deverão ter em conta os seguintes aspetos:

1. Identificar as aspirações e projetos da família usando os necessários procedimentos e estratégias de avaliação baseados nas necessidades para determinar o que a família considera suficientemente importante para merecer o seu tempo e a sua energia;
2. Identificar os pontos fortes e as capacidades da família para realçar aquilo que esta já faz bem e determinar quais os pontos fortes que aumentam as suas probabilidades de mobilizar recursos para satisfazer necessidades;
3. “Fazer um mapa” da rede social pessoal da família, para identificar, quer as fontes de apoio existentes, quer as potenciais fontes de apoio e assistência;
4. Funcionar assumindo um número diferenciado de papéis para capacitar e corresponsabilizar a família, a fim de que esta se torne mais competente no que respeita à mobilização de recursos que satisfaçam as suas necessidades. (p. 419).

Podemos concluir e segundo nos refere Simões (2010), não fará sentido falarmos de necessidades, métodos e estratégias para identificar as necessidades das famílias, se porventura não existirem recursos necessários para atenuar as respetivas necessidades.

2.4 - Estudos sobre as necessidades das famílias com crianças/jovens com necessidades educativas

Foram realizados, em Portugal, alguns estudos científicos sobre as necessidades das famílias de crianças com deficiência, como por exemplo o estudo de Coutinho (1996), Pereira (1996), Morgado e Beja (2000) e Simões (2010), entre outros que serão referidos mais à frente. Estes autores utilizaram como instrumento, o questionário “Family Needs Survey” (FNS) ou adaptações a este.

McWilliam (2003, citado por Simões, 2010, p.41) apresenta na tabela 6 uma síntese destes instrumentos:

Tabela 6 - Exemplos de questionários e escalas para identificação das preocupações, prioridades e recursos da família

Fonte: Adaptado de McWilliam (2003, citado por Simões, 2010, p.41)

Identificação	Descrição
Family Information Preference Inventory. A. P Turbull& H. R. Turnbull (1986).	Inventário a partir do qual a família escolhe o seu nível de interesse (nenhum interesse; a informação tem prioridade baixa, média ou alta) e o formato preferido para receber informação (reunião de grupo, reunião individual ou material escrito) sobre 37 itens (por exemplo, ensinar a criança em casa, defesa dos seus direitos e trabalho com os profissionais, planificação futura, momentos de relaxamento e lazer da família e descobrir e usar mais apoio).
Family Interest Survey. J. Cripe & D. Bricker (1993)	Inquérito destinado a ajudar as famílias a identificarem três tipos de interesse (centrados na criança, na família e Ana comunidade). No caso de serem 30 itens, a família deve indicar e se

Identificação	Descrição
	cada um deles tem interesse prioritário, se tem interesse, mas não é atualmente uma prioridade ou se não tem algum interesse nesse dado momento.
<p>Family Needs Sacale. C. J. Dunst, C. S. Cooper, J.C. Weeldreyer, K. D. Snyder & J.H. Chase (1988)</p>	Escala a partir da qual a família escolhe entre seis descrições (não aplicável. Quase nunca, raramente, algumas vezes, muitas vezes, quase sempre) sobre 41 itens centrados nos recursos básicos, cuidados para a infância especializados, crescimento pessoal e familiar, recursos financeiros médicos, educação infantil, preparação de refeições, futuros cuidados para a infância, orçamento financeiro e apoio ao agregado familiar
<p>Family Needs Scale. D. B. Bailey & R. J. Simeonsson (1990)</p>	Inquérito a partir do qual a família escolhe desde (não, não tenho a certeza, sim) até à questão, "Gostariam de discutir este tema com um membro do pessoal envolvido no nosso programa?", sobre 35 itens de 6 categorias: informação, apoio familiar e social, finanças, explicando aos outros, cuidados para a infância, apoio profissional e serviços comunitários.
<p>Family Resource Scale. H. E. Leet & C. J. Dunst (1988)</p>	<p>Um formulário constituído por 31 itens sobre crescimento e apoio financeiro, saúde e necessidades, nutrição e comunicação, proteção, apoio intrafamiliar, emprego, cuidados para a infância e rendimento.</p> <p>As famílias classificam cada item numa escala se 6 pontos (não se aplica, de foram alguma aplicável, raramente, algumas vezes, habitualmente e quase sempre adequado).</p>
<p>Family Support Scale. C. Dunst, V. Jenkins & C. Trivette (1988)</p>	Escala a partir da qual a família escolhe entre 6 descrições (não disponível, nada útil, algumas vezes, geralmente, muito e extremamente útil) sobre 20 itens centrados em afinidades informais e formais, organização social, família imediata e serviço profissional especializado e genérico.

Os estudos efetuados em Portugal e que a seguir descrevemos, usaram como instrumento de recolha de dados o questionário "Family Needs Survey" (FNS).

No estudo realizado por Pereira (1996) que pretendia analisar as opiniões das famílias com crianças e jovens com deficiência sobre as suas necessidades específicas e as representações dos professores de educação especial sobre as suas práticas e procedimentos profissionais. O autor analisou ainda, o grau de adequação das práticas profissionais referidas pelos professores de educação especial às necessidades específicas sentidas pelas famílias. A amostra foi composta por de 168 professores de educação especial do 1º ciclo do Ensino Básico e por 391 famílias de crianças com deficiência comprovada com quem os mesmos professores trabalhavam. Foram aplicados dois questionários: "Questionário sobre as Necessidades das Famílias de

Crianças com Deficiência" e "Questionário sobre o Pensamento do Professor de Educação Especial" que resultaram de uma adaptação a pares da "Family Needs Survey" (FNS), instrumento desenvolvido por Donald B. Bailey, Jr. e Rune J. Simeonsson, da University of North Carolina at Chapel Hill. Foi também aplicado um Questionário aos professores. Do total de famílias da amostra, 59,5% indicaram terem necessidades de informação. Quanto aos professores, 33,9% indicaram que muitas vezes dão informações aos pais e 18,4% disseram que o fazem com carácter sistemático. Na generalidade, todas as famílias e, sobretudo, as constituídas por agregados familiares com um número de elementos situado entre 6 e 9 (70%) valorizam muito as "Necessidades de Informação". Na generalidade, a categoria "Necessidades de Apoio" é muito mais valorizada pelas famílias do que pelos professores. 44,4% das famílias indicam ter necessidades de apoio. Quanto aos professores, apenas 21% indicam que algumas vezes dão apoio aos pais, enquanto 4,5% indicam fazê-lo de forma sistemática. A categoria "Explicar a Outros", no seu conjunto, é pouco valorizada pelos pais - 24,2% - e mais valorizada pelos professores - 43,5%. No seu conjunto, a categoria "Serviços da Comunidade" é bastante valorizada pelas famílias - 45,2% - e pouco valorizada pelos professores - 34,1% -, dos quais apenas 7,3% o fazem de forma sistemática. No seu conjunto a categoria "Necessidades Financeiras" é muito valorizada pelos pais - 57,4% - e pouco pelos professores - 37,4%. Na generalidade, a categoria "Funcionamento da Vida Familiar" é pouco valorizada pelas famílias - 28,4% - e ainda menos pelos professores - 24,6%.

Em 2004, o estudo realizado por Carmo (2004), a sua investigação pretendeu conhecer de que modo certas características das famílias, de crianças com necessidades específicas dos 0 aos 5 anos, influenciam as suas necessidades e a utilidade da sua rede de apoio social. A sua amostra consistiu em 146 famílias, a residirem nos sete concelhos que constituem o núcleo educativo da Coordenação da Área Educativa de Entre Douro e Vouga. Este estudo de natureza quantitativa e exploratória, recorrendo a três instrumentos de recolha de dados. O primeiro instrumento, a Ficha de Caracterização Sociodemográfica da Família, foi desenvolvido tendo em conta o objetivo do estudo. O segundo instrumento, o Inventário das Necessidades da Família no original *Family Needs Survey* da autoria de Bailey e Simeonsson (1988). E o terceiro, a Escala de Avaliação do Apoio Social à Família no original *Family Support Scale* da autoria de Dunst, Jenkins e Trivette (1984). O tratamento dos dados reflete que as famílias consideram as necessidades de informação, necessidades pessoais e as necessidades básicas de sobrevivência, como as mais preponderantes. Também, consideram de maior utilidade os elementos da rede formal de apoio social. Ainda, as características das famílias como a escolaridade dos pais, o estatuto socioeconómico e a colaboração entre os cônjuges/companheiros foram encontradas como características capazes de influenciarem as necessidades e a utilidade da rede de apoio social das famílias de crianças com necessidades especiais. Estes resultados salientam a importância de considerar, as características individuais, as necessidades e os apoios sociais das famílias na adequação de intervenções que tenham como propósito um modelo centrado na família.

Sampaio (2006) através do seu estudo, pretendeu traçar o perfil das Famílias de risco em que as necessidades são significativamente maiores nas mães, nas famílias com progenitores jovens e com baixas habilitações, e nas mães em que as crianças com deficiência é do sexo masculino. Estes progenitores possuem menos recursos, menor experiência de vida, e possivelmente, menor maturidade psicológica para responder aos enormes desafios e stress crónico associado ao cuidado de uma criança com autismo. O autor confirmou através do estudo que as necessidades superiores das famílias com crianças autistas do sexo masculino (o grupo mais típico e numeroso) podem ser explicadas pelo facto das expectativas familiares e sociais de autonomia e sucesso serem mais elevadas para os rapazes. A *Family Need Survey* revelou boas qualidades psicométricas. O que justifica a sua utilização no processo de avaliação e intervenção com famílias. O FNS permitiu diferenciar grupos de famílias aparentemente homogéneas, servidos por diferentes instituições especializadas, o que sugere a utilidade do FNS como instrumento de uso institucional. O campo de utilização do FNS pode ser alargado se forem explicitadas correlações com outras medidas de saúde e bem-estar das famílias (níveis de stress, produtividade no trabalho, recurso e serviços médicos), assim como de sucesso e progresso terapêutico (satisfação com as intervenções, motivação e adesão ao tratamento, evolução da patologia, grau de autonomia da pessoa com deficiência).

Gonçalves (2006), com o seu estudo pretendeu identificar e analisar as necessidades percecionadas e a utilidade atribuída às redes de apoio social das famílias com crianças com síndrome de down em idade pré-escolar e, ainda, comparar os resultados obtidos em duas zonas geográficas diferentes. Compuseram o estudo 51 famílias, pertencendo 24 à Zona Norte Interior – contexto social rural, e 27 à Zona de Lisboa – contexto social urbano. Estas famílias responderam a um questionário sobre necessidades das famílias, a uma escala de avaliação das redes de apoio social e preencheram uma ficha sobre as características da criança e da família. Segundo os dados obtidos, procedeu-se a uma análise descritiva e a uma análise inferencial recorrendo a métodos estatísticos. Das conclusões obtidas, podemos verificar que as famílias das duas zonas geográficas são, maioritariamente, diferentes no que se refere às suas características, às perceções que têm sobre as suas necessidades e sobre a utilidade que atribuem às redes de apoio social. No entanto, existem categorias de necessidades e de redes de apoio social que são identificadas e avaliadas pela maioria das famílias nas duas zonas geográficas, nomeadamente, as necessidades de informação e as redes de apoio social formais, bem como as necessidades sobre o funcionamento da vida familiar e as redes de apoio social informais não familiares, as primeiras identificadas como necessárias e úteis e as segundas como não necessárias e não úteis. Podemos concluir, que os resultados sobre a utilidade das redes de apoio social não são influenciados pela indisponibilidade destas, dado que a maioria das famílias identificou todas como muito disponíveis, à exceção das que integram a categoria informais não familiares sociais.

O estudo de natureza não experimental, comparativo e correlacional, de Lopes (2008) pretendeu contribuir para o conhecimento das necessidades das famílias de jovens com necessidades educativas especiais e das necessidades das famílias de jovens sem necessidades educativas especiais. Procurou, perceber qual o tipo de necessidades mais sentidas pelas famílias, saber se essas necessidades diferem tendo em conta famílias de jovens com necessidades educativas especiais e famílias de jovens sem necessidades educativas especiais e saber se existem diferenças quanto às necessidades sentidas pelas famílias tendo em conta as suas habilitações literárias. Foi utilizado um questionário sobre as necessidades das famílias, originalmente desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa por Pereira (1994) e uma ficha biográfica da família. Os participantes do estudo foram 90 famílias, das quais 50 eram de jovens sem necessidades educativas especiais e 40 eram de jovens com necessidades educativas especiais. A análise dos dados do questionário revelou que tanto as famílias de jovens com NEE como as famílias de jovens sem NEE sentem como principal necessidade a falta de informação. No que se refere às “Necessidades de Apoio” estas foram identificadas como sendo mais sentidas pelas famílias de jovens sem NEE e quanto às “Necessidades Financeira” estas foram mais sentidas pelas famílias de jovens com NEE. Os dados analisados revelaram a existência de diferenças estatisticamente significativas quanto às necessidades sentidas pelos dois grupos em estudo. Por fim foram também encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente às necessidades sentidas pelas famílias tendo em conta as suas habilitações literárias. Nomeadamente, nas necessidades de “explicar a outros”, quanto aos grupos 4º ao 6º ano e 10º e 11º ano; 4º ao 6º ano e ensino superior; 7º ao 9º ano e ensino superior. Nas necessidades “funcionamento da vida familiar”, quanto aos grupos 4º ao 6º ano e ensino superior e 7º ao 9º ano e ensino superior. Por último, nas necessidades “serviços da comunidade”, relativamente aos grupos 4º ao 6º ano e ensino superior.

Serra (2009) no seu estudo de carácter não experimental, pretendeu saber quais as necessidades mais sentidas pelas famílias de adolescentes com deficiência Necessidades das Famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1ºCEB em Portugal 51 intelectual, perceber se as famílias dos adolescentes com deficiência intelectual, integrados no ensino regular têm as mesmas necessidades das famílias dos adolescentes que estão na educação especial, perceber se existem diferenças nas necessidades sentidas pelas famílias de adolescentes com Deficiência Mental, tendo em conta as habilitações literárias destas e por fim saber até que ponto estas famílias consideram que as suas necessidades são tidas em conta por parte da Escola, na intervenção realizada com o adolescente com deficiência intelectual. De modo a obter os dados necessários para a investigação foram utilizados dois instrumentos: a) Questionário sobre as necessidades das famílias; b) Ficha biográfica da família. A amostra foi composta por 52 famílias de adolescentes com Necessidades Educativas Especiais, sendo que todos os jovens tinham deficiência intelectual, e pertencendo à área da grande Lisboa. Da totalidade dos participantes, 23 estavam no ensino regular integrados em projetos de parceria ao abrigo da Portaria 1102/97 (ERP); 7 tinham os

filhos integrados no Ensino Regular sem parceria (ER) e 22 estavam em instituições de educação especial (EE). Para a recolha da amostra os critérios utilizados na seleção dos participantes foram: (i) adolescentes com deficiência intelectual; (ii) idade entre os 12 e os 19 anos. A análise dos resultados obtidos permitiu verificar que, à semelhança de outros estudos (Morgado e Beja, 2000; Leal, 2007; Lopes, 2009, entre outros) as necessidades de Informação de forma geral e especificamente as necessidades de informação relativamente a serviços e os apoios que os filhos poderão beneficiar no futuro foram as grandes prioridades das famílias que participaram neste estudo. Quando comparadas as necessidades das famílias, tendo em conta o contexto educativo frequentado pelos seus filhos, as famílias com filhos inseridos no ensino regular em escolas com projetos ao abrigo da Portaria 1102/97 (ERP) foram as que apontaram mais necessidades, sendo as do Educação Especial (EE) as que apresentaram menos necessidades. Outros estudos (Leal, 2007) obtiveram resultados diferentes. Ao contrário de Morgado e Beja (2000) e Lopes (2009), não foram encontradas neste estudo diferenças significativas relativamente às necessidades das famílias, tendo em conta as suas habilitações literárias. A grande maioria das famílias da amostra considerou ainda que as escolas dos seus filhos têm em conta as necessidades destas famílias.

A investigação levada a cabo por Gonçalves e Simões (2010) assentou fundamentalmente na auscultação das opiniões de famílias para identificar as suas necessidades e perceber as suas expectativas, face à utilização de um recurso formal ao dispor na comunidade, o jardim-de-infância. Trata-se de um estudo quantitativo do levantamento de necessidades, em famílias que já usufruem de Intervenção Precoce na Infância, numa amostra representativa de 25 famílias, no qual conclui-se que as necessidades mais comuns incidiram ao nível de acesso a recursos logísticos e técnicos específicos. Sobressai o facto de o jardim-de-infância constituir um recurso formal que as famílias inquiridas perspetivam como resposta pedagógica, onde pretendem a inclusão dos seus filhos.

Na investigação levada a cabo por Simão (2010), que teve como finalidade analisar as necessidades dos pais de crianças e jovens com défice cognitivo – motor em idade escolar. Este autor, pretendeu identificar as necessidades mais frequentes e prioritárias para os pais. Ainda, identificar de que forma as características da família se relacionam com as necessidades. Esta investigação é um estudo de caso de natureza qualitativa. O instrumento utilizado foi um questionário sobre as necessidades das famílias, desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa, por Pereira (1996) e uma ficha de dados biográficos. Neste estudo foram obtidos resultados que mostram que todas as categorias de necessidades são frequentes nas famílias. Os resultados dão também, a conhecer as necessidades prioritárias para os pais: Informação, Financeiras, Apoio, Serviços da Comunidade e verificamos que a maioria das características das famílias estão relacionadas com as suas necessidades.

Ferro (2012) na sua investigação pretendeu identificar as necessidades das famílias de crianças com problemas de desenvolvimento e/ou em risco, apoiadas pela Equipa Local de Intervenção (ELI) de Reguengos de Monsaraz e Mourão e conhecer de que modo as características sociodemográficas se relacionam com as suas necessidades. A amostra foi constituída 50 famílias apoiadas pela ELI de Reguengos de Monsaraz e Mourão. É um estudo de natureza quantitativa, descritiva e exploratória, utilizando os seguintes instrumentos de recolha de dados: a Ficha de Caracterização Sócio - demográfica da Família; a Ficha de Organização Diagnóstica em Intervenção Precoce (ODIP - versão portuguesa da ODAT2008) e o Inventário das Necessidades da Família (Family Needs Survey, Bailey, D.B. & Simeonsson, R.J., 1988). Dos dados recolhidos verificou-se que: (1) as necessidades mais frequentes são as Necessidades de Informação e as Necessidades de Apoio Económico; (2) existe uma associação entre a Idade da Mãe e as Necessidades de Explicar a Outros; entre o Estatuto Socioeconómico da família e as Necessidades de Apoio Familiar e Social e as Necessidades de Outras Ajudas Profissionais; e não se verifica nenhuma relação entre o Grau de Instrução e as Necessidades das Famílias; (3) não existem diferenças estatisticamente significativas entre as Necessidades das Famílias com Quatro ou Mais Fatores de Risco e as Necessidades das Famílias com Menos de Quatro Fatores de Risco; (4) os Fatores Biológicos não se relacionam com as necessidades das famílias; (5) existe uma associação entre os Fatores de Risco Familiares e Ambientais com algumas Necessidades das Famílias. O estudo termina com algumas recomendações para futuros trabalhos a realizar neste âmbito.

Na investigação realizada por Passos, (2014) que pretendia verificar a compatibilidade entre as necessidades inventariadas como mais importantes pelas famílias apoiadas pela Intervenção Precoce do Concelho da Povoação e as descritas pelas equipas que atuam nesta área. Procurou também determinar a compatibilidade entre as necessidades descritas pelas famílias e pelos profissionais de Intervenção Precoce, e ao mesmo tempo verificar se as necessidades referidas pelas famílias se centram só no funcionamento familiar ou abrangem a criança como um ser importante para a dinâmica familiar. Participaram neste estudo dez famílias apoiadas pelo Programa de Intervenção Precoce e três técnicos que constituem a equipa do Concelho da Povoação, da Ilha de S.Miguel, do Arquipélago dos Açores. Trata-se de um estudo descritivo de natureza quantitativa e qualitativa, recorrendo-se a três modalidades de recolha de dados. O primeiro instrumento foi uma entrevista às famílias apoiadas pelo serviço de Intervenção Precoce, cujo guião foi desenvolvido tendo em conta o objetivo do estudo. O segundo instrumento, foi o Inventário das Necessidades da Família, Family Needs Survey. O terceiro instrumento foi uma entrevista aos profissionais da equipa de Intervenção Precoce, que permitiu verificar quais as necessidades mais importantes para as famílias. Os resultados obtidos concluem que as necessidades das famílias apoiadas pela Intervenção Precoce não são as mesmas descritas pelos profissionais da equipa de Intervenção Precoce. Pôde-se também verificar que as necessidades referidas pelas famílias se centram na criança, todavia também se referem a apoios de que a família em geral necessita. Os resultados obtidos apontam

de uma forma geral para uma elevada satisfação das famílias relativamente à equipa de intervenção precoce

No estudo levado a cabo por Branco (2014), que pretendeu identificar as necessidades mais frequentes e prioritárias para os pais através do Questionário das Necessidades da Família (QNF), relacionou as características dos pais, recolhidas através da “Ficha de Caracterização da Criança e dos seus Pais” com as categorias de necessidades (Composição do Agregado Familiar, Situação Familiar, Situação Laboral). Esta investigação trata-se de um estudo de caso, pois estudou um grupo de pais cujos filhos apresentam NEE.

A autora refere que, quando solicitados a colocarem por ordem de prioridade até um máximo de 10 dos 28 itens do questionário, os dez itens mais pontuados dividem-se por três componentes de análise: Necessidades de informação, com 4 itens, Necessidades de Apoio, com 3 itens e Necessidades Financeiras, também com 3 itens também.

A mesma autora, relativamente, ao estudo da relação entre as três características dos sujeitos (composição do agregado familiar, situação familiar e situação laboral) e as várias componentes em estudo (necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar aos outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar), verifica que houve muita convergência na tendência de respostas mais vezes assinaladas ao nível da composição do agregado familiar, pelo que nos parece poder concluir que não é a tipologia do agregado familiar que condiciona haver mais ou menos dificuldades nas várias componentes em estudo.

Ainda, ao nível da situação familiar, concluímos que nas três primeiras componentes de análise houve convergência ao nível da tendência de respostas mais vezes ocorridas. Contudo, nas restantes três componentes de análise (Necessidades Serviços da Comunidade, Necessidades Financeiras, e, Funcionamento da Vida Familiar) essa convergência já não existiu.

Ao nível da situação laboral, podemos concluir que na maioria das componentes de análise existiu convergência na tendência de resposta dos vários cenários em termos de situação laboral. Esta constatação permite-nos referir que não será o tipo situação laboral dos sujeitos do estudo a influenciar o tipo de necessidades assinaladas.

Raimundo (2015) pretendeu identificar e diferenciar as necessidades e prioridades das famílias de crianças com PEA apoiadas pela Intervenção Precoce. A amostra era constituída por 123 casais e respetivos filhos (116 do género masculino e 17 do género feminino) com PEA, PRC ou Síndrome de Asperger, e idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos. As famílias eram provenientes de quatro zonas diferentes de Portugal. Foi utilizado o Inventário sobre as Necessidades e Prioridades da Família, a partir do qual nos foi possível verificar que existem diferenças entre as necessidades das famílias quanto às necessidades referentes à criança e quanto às referentes aos recursos existentes na comunidade. Também foram encontradas diferenças quando se compararam os pais e as mães, com estas a manifestarem maiores necessidades, e

quando se compararam idades dos pais, com os mais novos a manifestarem maiores dificuldades. No que se refere à comparação entre níveis socioeconómicos e entre regiões geográficas de residência, os resultados não são tão conclusivos. O inventário parece, assim, ser adequado para identificar as necessidades e prioridades das famílias de crianças com PEA, facilitando a organização dos recursos e dos apoios.

O estudo realizado por Soqueiro et al (2017) procuraram conhecer as perceções de famílias e técnicos, a trabalhar no Norte de Portugal, que se encontram envolvidos em processos de Intervenção Precoce (IP) de natureza socioeducativa e terapêutica junto de crianças, cujo desenvolvimento se encontra comprometido ou em caso de risco sobre os tipos de necessidades das famílias destas crianças. O enquadramento legislativo português relativo à Intervenção precoce, nomeadamente o Despacho Conjunto nº 891/99 de 18 de outubro, releva a importância de capacitar a família para a Intervenção Precoce, num processo que exige dos profissionais de IP compreensão sobre os pontos de vista da família, especificamente sobre as suas necessidades e a perceção subjetiva dessas mesmas necessidades. Participaram no estudo 11 profissionais e 78 familiares com crianças em intervenção precoce que responderam a um questionário de necessidades familiares de Bailey e Simeonsson (1988), adaptado por Serrano (1990). Os resultados obtidos revelaram que as Necessidades das Famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1ºCEB em Portugal 55 famílias parecem enfatizar mais as questões relacionadas com o seu próprio filho, como a necessidade de obter informações sobre ele, ou sobre outras ajudas profissionais, e que as famílias e os profissionais diferem de forma significativa, ao nível das necessidades de apoio social e familiar, comunitário e outras ajudas profissionais. Apenas os aspetos económicos parecem ser valorizados de modo muito semelhante entre famílias e profissionais. Verificamos que desses estudos apresentados as necessidades mais comuns incidiram nas necessidades de informação, de apoio e financeiras

Mais recentemente, foi realizado um estudo por Évora (2019) que pretendeu, através da sua investigação, identificar os tipos de necessidades mais frequentes das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE incluídas no 1ºCEB em Portugal, identificar os tipos de necessidades prioritárias para estas famílias e por fim analisar de que forma as características das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1ºCEB em Portugal se relacionam com as suas necessidades. Teve por objetivo geral conhecer as principais necessidades das famílias cabo-verdianas de crianças com NEE no 1º CEB incluídas num agrupamento de escolas da Amadora. Este é estudo descritivo e exploratório. A investigação trata-se de um estudo de caso, tendo sido utilizados como instrumentos de recolha de dados dois questionários destinados aos pais e ou encarregados de educação das crianças com NEE, de um Agrupamento de Escolas, da Amadora, um questionário sobre as necessidades das famílias, desenvolvido por Bailey e Simeonsson (1988) e adaptado à realidade portuguesa, por Pereira (1996) e uma Ficha de Caracterização da Criança e dos seus Pais. Os resultados mostram que quase todas as categorias de necessidades são frequentes nas famílias. Selecionaram preferencialmente a opção de resposta 3 – Necessito deste tipo de ajuda que incidiu

sobre as Necessidades de Informação com 28 respostas; Necessidades de Apoio com 26 respostas; Necessidades Financeiras com 15 respostas; Serviços da comunidade com 14 respostas e Explicar aos Outros com 12 respostas. A análise dos resultados obtidos revelou ainda que as 10 maiores necessidades prioritárias, dividem-se por quatro categorias de necessidades: Necessidades de Informação, com 4 itens, Necessidades de Apoio, com 3 itens, Necessidades Financeiras, com 2 itens e Serviços da Comunidade com 1 item. Tendo em conta a relação entre as características das famílias do estudo (composição do agregado familiar, situação familiar, situação laboral e idade dos pais) com as diferentes categorias das necessidades (necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar aos outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar) constata-se também que independentemente das características dos agregados familiares respostas, existiu muita concordância na escolha das opções de respostas. Logo, constatou que o tipo de necessidades preferencialmente escolhidas pelas famílias do estudo nem sempre foi influenciado pelas suas características.

Capítulo III - Enquadramento metodológico

3 - Introdução

Neste capítulo será apresentada a questão de partida e os respetivos objetivos a que nos propomos dar resposta com este estudo. Em termos metodológicos serão apresentados os métodos e técnicas que nos auxiliaram na recolha e no tratamento de dados, obtidos através de um questionário sobre as necessidades dos jovens com MSAI e da Ficha de Dados Biográfica da Família.

3.1 - Definição da questão de partida

Com esta investigação, pretendeu-se verificar que tipo de necessidades os pais referem ter na educação dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, a frequentar o ensino profissional.

Para responder ao tema acima referido, foi definida a seguinte questão de investigação:

Quais as necessidades das famílias de jovens do ensino profissional com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão?

A partir da questão central, formulámos um conjunto de questões às quais o estudo pretendeu dar resposta.

- Quais as necessidades específicas sentidas pelas famílias dos jovens do ensino profissional com medidas de suporte à inclusão de uma escola profissional da cidade de Castelo Branco?
- Quais as necessidades prioritárias para estas famílias?
- Quais as relações existentes entre as necessidades e as características destas famílias?

3.2 - Objetivos do estudo

Para delinear a investigação, enumerámos um conjunto de objetivos para dar resposta à questão de investigação. Os objetivos estão relacionados com o conhecimento que temos da realidade de uma escola de ensino profissional da cidade de Castelo Branco. Assim, foram definidos os seguintes objetivos:

- ✓ Analisar as necessidades das famílias dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional;
- ✓ Identificar os tipos de necessidades mais frequentes das famílias de jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional;
- ✓ Identificar os tipos de necessidades prioritárias para as famílias dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional;
- ✓ Analisar de que forma as características das famílias destes jovens se relacionam com as suas necessidades;

3.3 - Opções metodológicas

Neste estudo, segundo os objetivos e a questão de investigação acima referidos, recolheram-se dados relativos às necessidades das famílias de jovens com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão de uma escola profissional. Esta investigação trata-se de um estudo de caso onde se pretende estudar um grupo de pais cujos filhos apresentam medidas de apoio à aprendizagem e inclusão, incluídos numa escola profissional em Castelo Branco. Segundo Yin (1994), um estudo de caso tem como objetivo explorar, descrever e explicar as unidades particulares, sociais ou educativas. Este autor defende que um estudo de caso é um projeto de investigação adequado ao estudo de uma determinada situação com algum nível de profundidade e durante um certo período de tempo.

O estudo caracteriza-se por ser de cariz qualitativo. Para Gil (1993), a investigação qualitativa permite uma maior familiaridade com o problema e Fortin (2009) refere que explorar e mostrar os aspetos da ação do ponto de vista dos participantes, interpretando o fenómeno no seu meio natural é o objetivo da investigação qualitativa.

3.4 - Caracterização dos sujeitos

Os sujeitos do presente estudo foram selecionados a partir dos pais dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão a frequentar uma Escola de Ensino Profissional, em Castelo Branco. A escolha dos sujeitos foi intencional dado a investigadora ser formadora/professora, Orientadora Educativa, membro da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva e membro da Equipa de Coordenação e Promoção da Qualidade da respetiva escola

Assim, foram contactadas 20 famílias para participar no estudo, porém 5 famílias rejeitaram responder. Para efeitos de tratamento dos dados, o grupo ficou constituído por 15 famílias. A partir do “Questionário sobre as necessidades das famílias e da Ficha de Dados Biográficos” procederemos à caracterização detalhada da amostra, sendo que 46,7% são do género masculino e 53,3% do género feminino.

A Ficha de Dados Biográficos, teve como objetivo caracterizar os sujeitos do estudo, assim como os seus filhos. Este instrumento divide-se em duas partes, sendo que a primeira caracteriza a família, no que diz respeito: a) Composição do agregado familiar, b) Situação familiar, c) Idade dos pais, d) Número de elementos que compõem o agregado familiar, e) Habilitações literárias dos pais, f) Situação dos pais perante o trabalho, G) Domínio de atividades profissional dos pais, h) Situação dos pais perante o trabalho.

A segunda parte caracteriza os jovens, onde foram considerados os seguintes indicadores: a) Sexo, b) Idade, c) Posição do jovem com MSAI face aos irmãos, d) Principais dificuldades apresentadas pelos jovens com MSAI.

3.4.1 - Caracterização dos pais

Considerando que os pais abrangidos pelo estudo foram solicitados a responder ao Questionário sobre Necessidades das famílias, através de um formulário

disponibilizado em formato digital- Google forms, recolhemos dados relativos: à composição do agregado familiar, à situação familiar, à sua idade, às suas habilitações literárias, à sua situação perante o trabalho e a área profissional da sua atividade profissional, que nos permitem caracterizá-los em cada uma dessas componentes.

Sendo assim e em termos, do **número de elementos que compõem os agregados familiares**, podemos observar pelo gráfico 1, que sete famílias são compostas por 4 pessoas; três famílias são compostas por 5 ou mais elementos; outras três com 3 elementos e por fim duas famílias constituídas por 2 elementos.

Todos estes dados incluem o filho com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão.

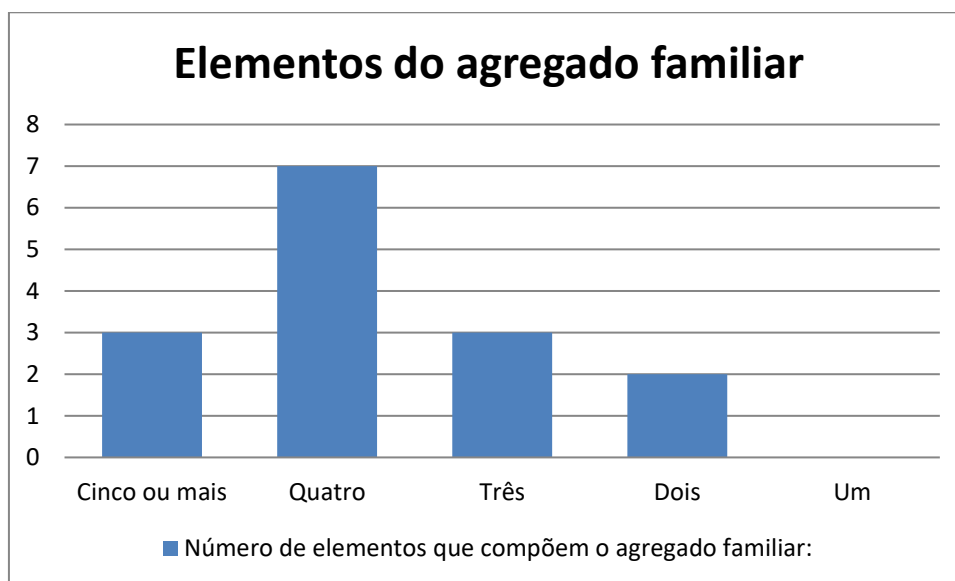


Gráfico 1 - Composição do agregado familiar

O gráfico 2 permite-nos observar que no que respeita à **composição do agregado familiar**, das 15 famílias inquiridas, sete são compostas pelo pai, mãe e irmãos, três são compostas por pai, mãe, irmãos e outros (cunhada e noras), outras três são compostas só por mãe e duas famílias por pai e mãe.

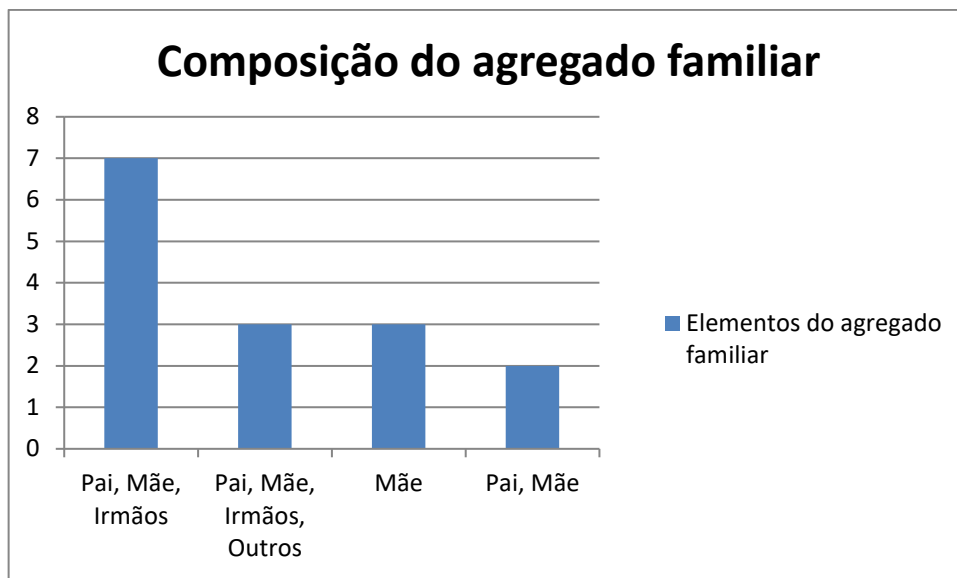


Gráfico 2 - Composição do Agregado familiar

O gráfico 3 permite avaliar quantos irmãos vivem com o jovem abrangido por MSAI. Assim, com um irmão vivem seis, com dois irmãos vivem três e com três irmãos vive um. As restantes cinco famílias não têm irmãos.

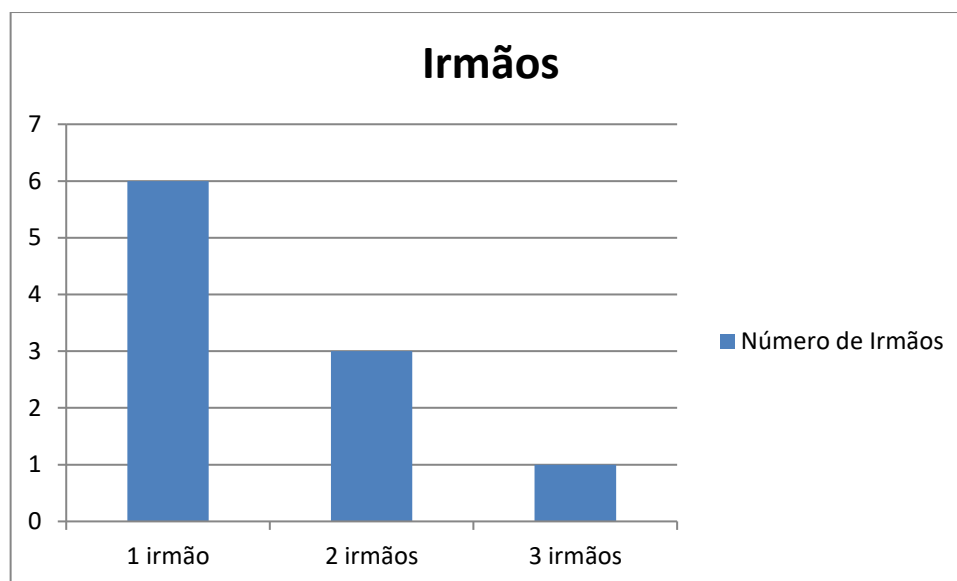


Gráfico 3 - Número de irmãos

No que diz respeito à **situação familiar**, o gráfico 4 permite-nos verificar que doze famílias vivem na condição de matrimónio (união de facto ou casados) e três vivem na condição de família monoparental (pai/mãe solteiro(a), viúvo(a) ou divorciado(a)).

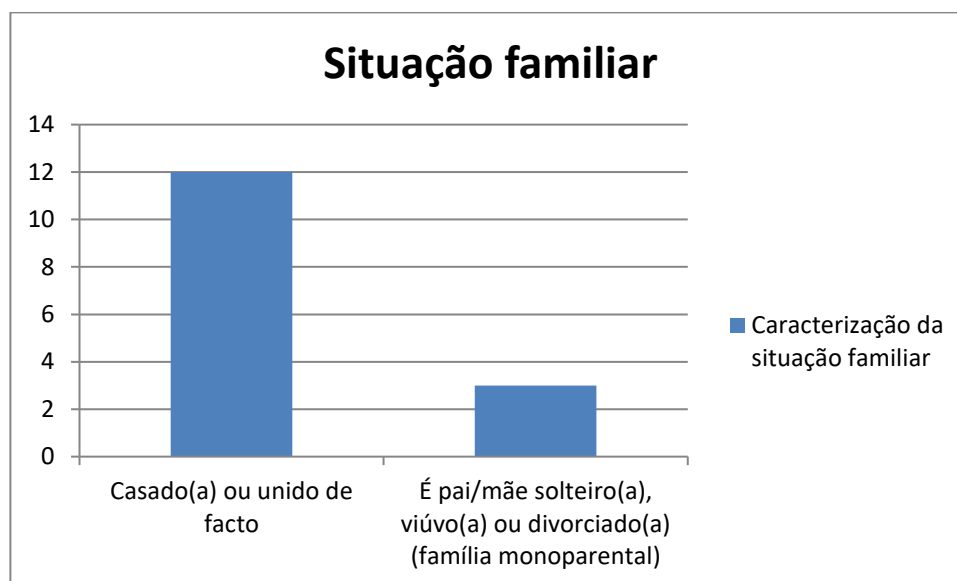


Gráfico 4 - Situação familiar

No que se refere à **idade** dos pais, verifica-se no gráfico 5 que a idade dos pais e das mães se situa entre os 39 e os 56 anos. A idade da grande maioria (12) das mães encontra-se entre os 39 e os 47 anos e a maioria dos pais (8) entre os 48 e os 56 anos. Foi também referido no questionário que um dos respondentes não sabe qual a idade do pai.

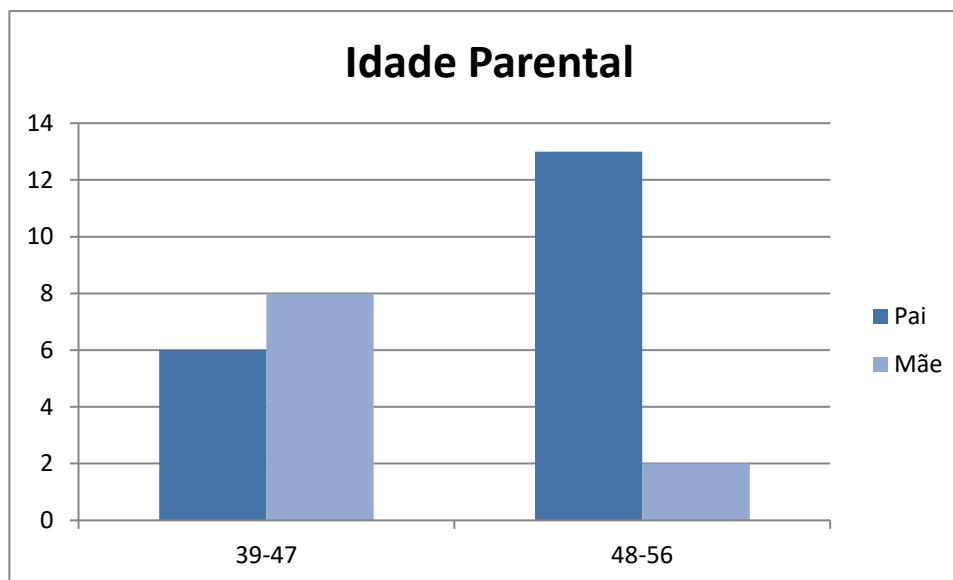


Gráfico 5 - Idade do Pai e da Mãe

No que se refere às **habilitações literárias dos pais**, no gráfico 6 pode-se verificar que a escolaridade mínima é o 4.º ano de escolaridade (um pai) e o máximo é a Licenciatura (um pai e duas mães). A formação que obteve maior repetição é o 12.º ano de escolaridade (cinco pais e sete mães). Logo de seguida, a escolaridade que obteve

maior resposta foi o 9.º ano (quatro pais e cinco mães) e por fim o 6.º ano com menor pontuação (dois pais e uma mãe).

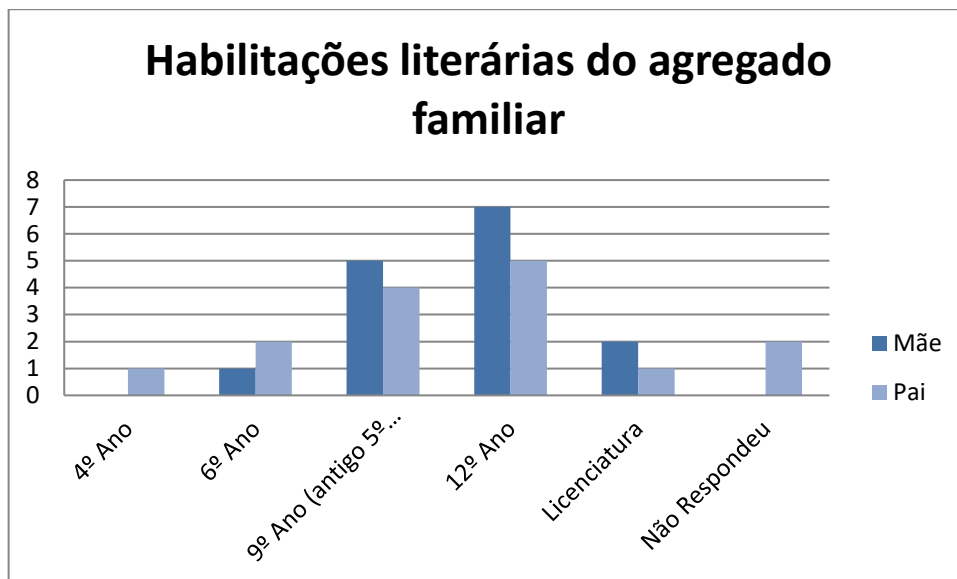


Gráfico 6 - Habilitações literárias do agregado familiar

Podemos observar no gráfico 7 a **situação profissional** dos pais e mães. Assim, verifica-se, no que respeita aos pais, que a maior frequência de respostas se situa nos que exercem uma profissão com um contrato efetivo de trabalho (9 pais). Logo de seguida, dois pais têm um contrato de trabalho e dois pais não responderam à questão colocada. Por último, um pai está reformado e outro desempregado.

Tal como acontece nos pais, a maioria das mães tem uma situação profissional efetiva (8 mães). Das restantes, duas mães encontram-se desempregadas, outras duas são domésticas, uma exerce uma profissão contratada, outra está reformada e outra não respondeu à questão.

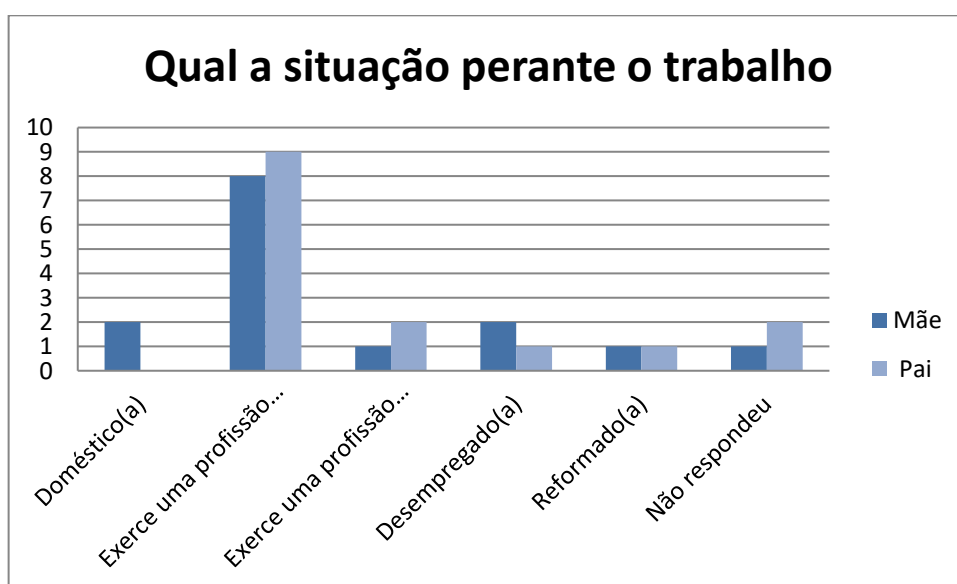


Gráfico 7 - Situação perante o trabalho

No gráfico 8, verifica-se que à **área profissional** das mães é bastante diversificada, sendo a opção “outras”, a mais escolhida, com onze respostas, seguindo –se a área do comércio, com três respostas, e com uma resposta a área profissional relacionada com o “escritório”.

Em relação aos pais verifica-se que a maior área onde exercem funções diz respeito também a “outras”, com três respostas. As áreas das Forças Armadas, da Construção e dos Transportes obtiveram duas respostas cada.

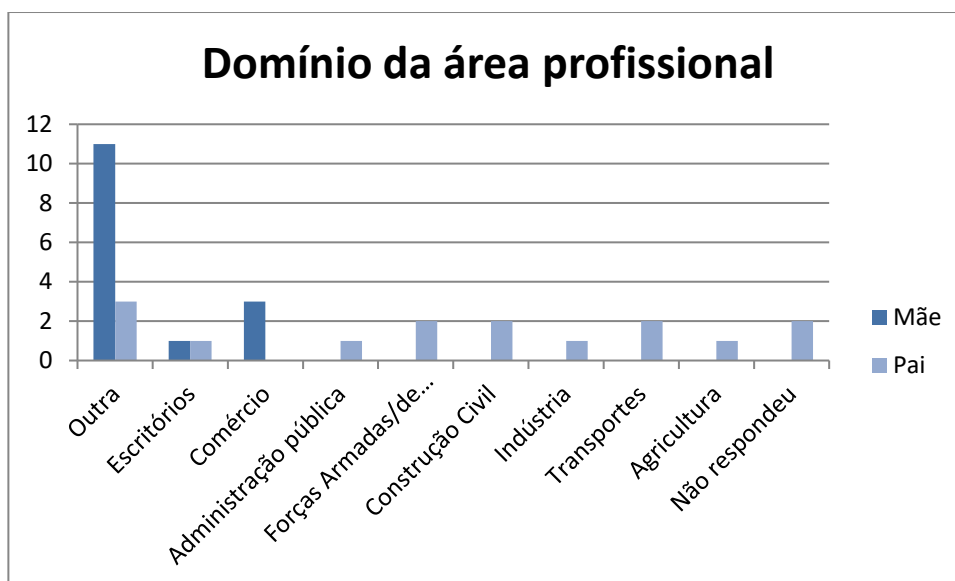


Gráfico 8 - Domínio da área profissional

Atendendo a que se obteve maior seleção no domínio de atividade profissional “outras”, passamos a analisar esta situação profissional.

No caso das mães, o gráfico 9 mostra-nos as áreas profissionais referidas na categoria “outras”. Sendo assim, as 11 mães trabalham na área de atividade doméstica (2), auxiliar de lar (2), auxiliar educativa (2), administrativa (2), empregada de lavandaria (1) e cabeleireira (1) e uma não respondeu.

No caso dos 3 pais, a área profissional referida, com uma resposta, foi a de camionista e dois não responderam.

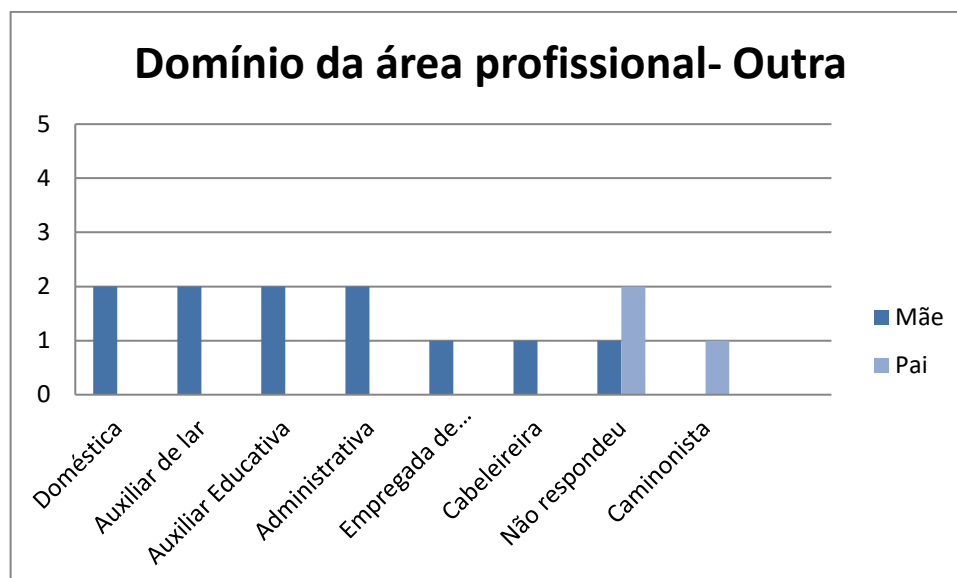


Gráfico 9 - Domínio da área profissional- outras

Sumariamente, podemos referir que as quinze famílias questionadas, na generalidade, são compostas por quatro ou mais elementos (10), a maioria vive em situação de casamento ou de união de facto (12) e as idades dos progenitores encontram-se situadas entre os 39 e os 56 anos.

No que diz respeito às habilitações literárias a maioria dos pais e mães, têm o 9.º ano ou 12.º ano, havendo contudo 3 que são licenciados.

No que concerne à questão profissional, a maioria dos pais e mães têm uma situação profissional estável, uma vez que possuem trabalhos efetivos.

3.4.2 - Caracterização dos jovens com MSAI

A caracterização da “Ficha de Dados Biográficos da Família” tem como objetivo caracterizar não só os sujeitos do estudo, mas também os seus filhos com MSAI. Este instrumento divide-se, em duas partes, sendo a segunda parte composta por perguntas referentes à caracterização dos jovens com MSAI. Foram considerados os seguintes Indicadores:

- ✓ Sexo;
- ✓ Idade;
- ✓ Posição do jovem com MSAI face aos irmãos;
- ✓ Principais dificuldades apresentadas pelos jovens com MSAI.

Da análise às respostas sobre o **género**, verifica-se que oito são do sexo masculino e sete do feminino, como podemos verificar no gráfico 10.

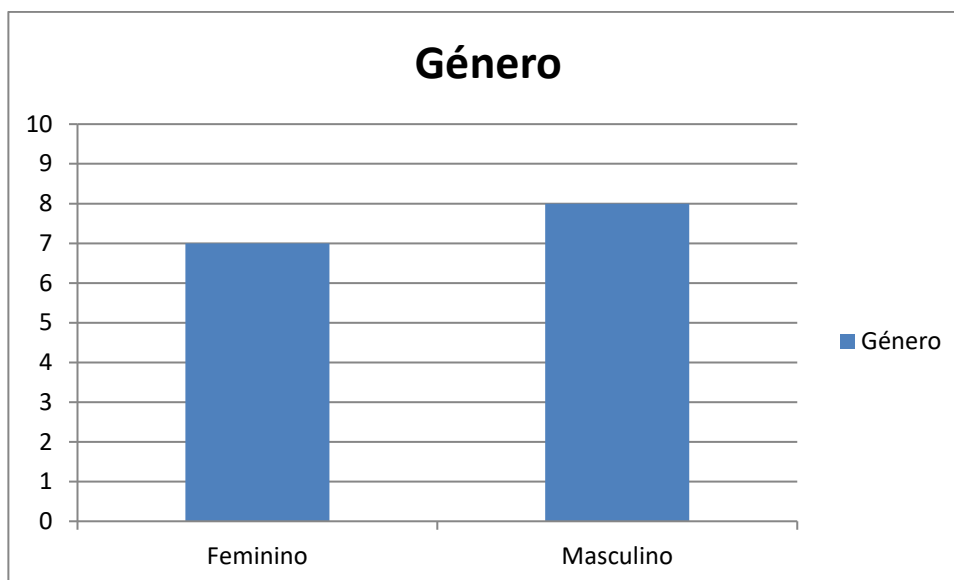


Gráfico 10 - Qual é o género

Podemos observar na tabela 7, a **idade dos jovens em estudo**, que é compreendida entre os 15 anos e os 22 anos. Dois não responderam.

Tabela 7 - Idade dos Jovens

Sexo		Idade					
Feminino	Masculino	15anos	16 anos	17anos	18anos	19anos	22anos
7	8	1	3	3	4	1	1

No gráfico 11, **sobre a posição dos jovens face aos irmãos** podemos verificar que a maioria dos jovens em estudo é o primeiro(a) filho(a) (8), seguindo-se o segundo filho (5) e por último o terceiro filho (2).

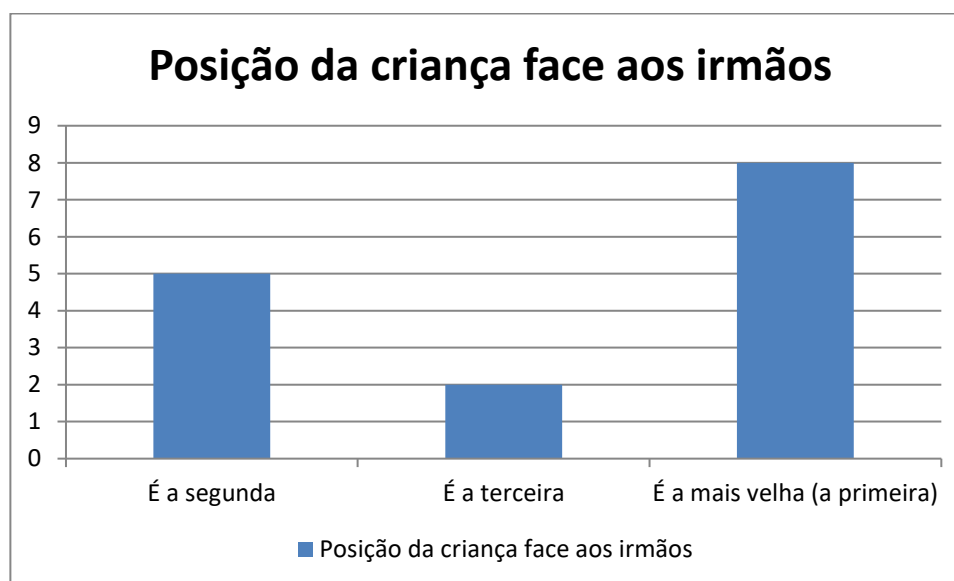


Gráfico 11 - Distribuição das crianças com NEE quanto à sua composição face aos irmãos

Na análise da **caraterização das dificuldades dos jovens**, foi questionado aos pais quais as principais dificuldades do seu filho. No gráfico 12, podemos observar que a

maioria das respostas recaiu em “outras” (9 respostas). Das restantes verificamos que existem três com atraso no desenvolvimento global, duas com dificuldades múltiplas e uma com dificuldades visuais.

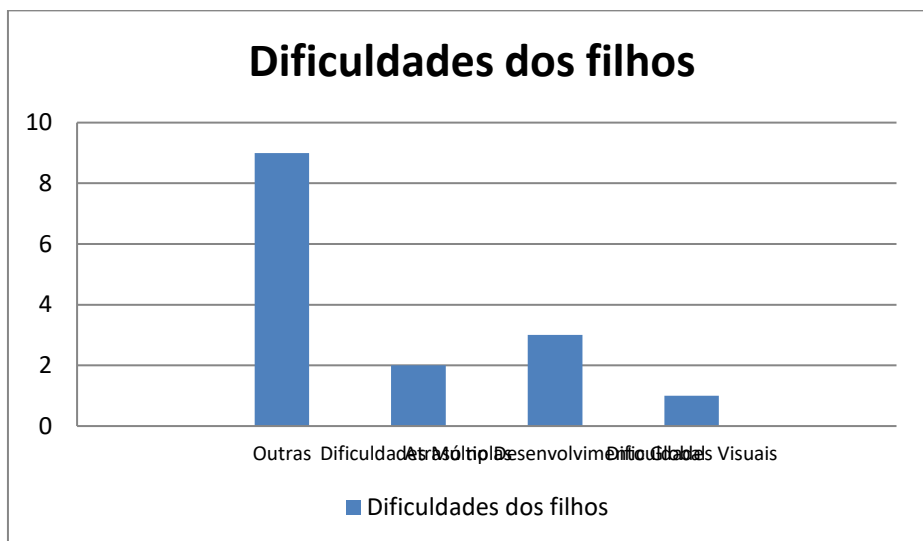


Gráfico 12 - Principais dificuldades dos filhos

Dos 9 pais que responderam “outras”, verifica-se pelo Gráfico 13 que quatro dos pais não responderam e os outros referem que os filhos têm Défice de atenção (2), dificuldades de aprendizagem (1) dificuldades de concentração (1) e dislexia (1)

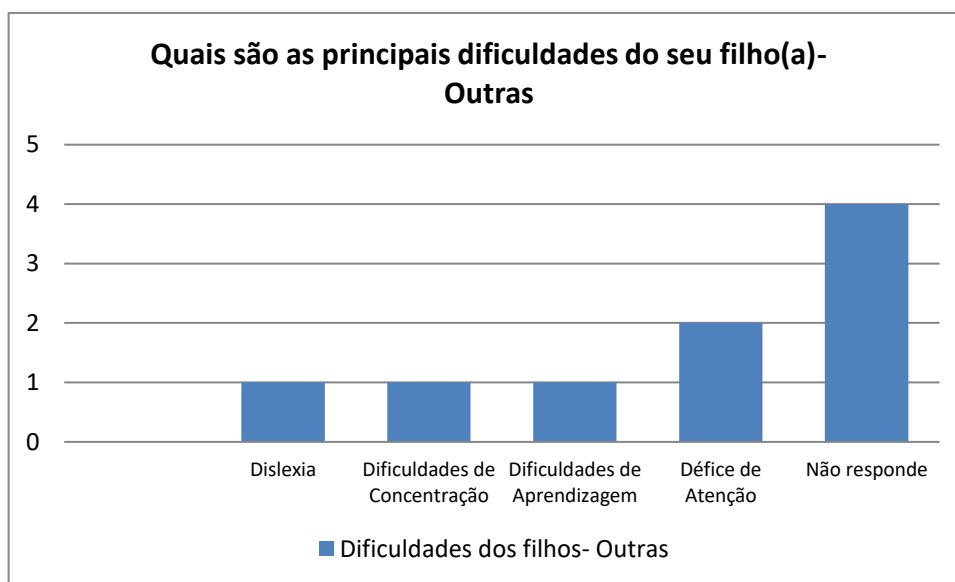


Gráfico 13- Principais dificuldades dos filhos- Outras

Sumariamente, das quinze famílias em estudo verificou-se que os seus filhos, na sua maioria (8), são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 15 e os 22 anos e que na sua maioria (8) são os primeiros filhos. Ao nível das dificuldades identificadas, a maioria centra-se na resposta “outras”, tendo sido enumeradas as dificuldades de aprendizagem, dificuldades de concentração, défice de atenção e dislexia.

3.5 - Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados, neste estudo, aplicado um inquérito por questionário, utilizado para avaliar diretamente, as necessidades das famílias (Anexo 1), que resultou de uma adaptação do “Family Needs Survey”(FNS, 1988), desenvolvido por Donalt, Bailey, e Rune Simeeisson, da University of North Carolina at Chapel Hill e adaptado por Pereira (1996) à realidade portuguesa e ainda uma Ficha de dados Biográficos da família e do jovem com MSAI(Anexo 2). Estes instrumentos têm o propósito de conhecer as principais necessidades de famílias dos jovens com MSAI incluídos numa escola profissional e de caracterizar as respetivas famílias.

Atendendo à situação de Pandemia Covid-19 que Portugal viveu, tendo sido totalmente desaconselhado, pela Direção Geral de Saúde, o contacto pessoal com as famílias inquiridas optou-se por enviar para todos os pais dos jovens, acima referidos, o questionário e os dados biográficos, através do formulário Google- Forms: https://docs.google.com/forms/d/1cHQK_uhG9QDDZGhTWutYTfcyZ435mNiqmbTn_qp_n-gY/edit.

3.5.1 - Questionários sobre as necessidades das famílias

O instrumento utilizado para avaliar as necessidades das famílias foi uma adaptação de Filomena Pereira (1996) do “Family Needs Survey” (FNS, 1988) desenvolvido por Donald B. Bailey, e Rune J. Simeonsson da University of North Carolina at Chapel Hill .

O “Family Needs Survey” foi resultado de uma rigorosa revisão da literatura, de uma ampla discussão com especialistas em investigação com famílias, de dados de questionários anteriores e da própria experiência clínica dos autores com famílias. Os questionários foram validados por um conjunto de especialistas composto por doze professores especializados, três psicólogos e por 16 famílias de crianças com deficiência (Bailey & Simonsson, 1998).

Em Portugal, Pereira (1996) traduziu e adotou o “Questionário sobre as Necessidades das Famílias” (QNF) para a realidade sociocultural portuguesa com o objetivo de uma melhor clarificação.

O QNF é composto em 6 categorias:

- ✓ Necessidades de Informação (composto por 7 questões/itens);
- ✓ Necessidades de Apoio (composto por 7 questões/itens);
- ✓ Necessidade de Explicar a Outros (composto por 4 questões/itens);
- ✓ Necessidade de Serviços da Comunidade (composto por 3 questões/itens);
- ✓ Necessidades Financeiras (composto por 4 questões/itens);
- ✓ Funcionamento da Vida Familiar (composto por 3 questões/itens);

Cada uma das questões está classificada com valores de 1 a 3, apontando a intensidade crescente de complexidade da necessidade, de forma que, o valor 1 corresponde ao menor nível de complexidade da necessidade (não necessito deste tipo de ajuda), o valor 2 (não tenho a certeza) e, por último, o valor 3 (necessito desse tipo de ajuda), ao nível máximo de complexidade de necessidade.

As seis categorias podem descrever-se da seguinte forma:

Necessidades de informação – Bailey e Simeonsson (1998, citados por Pereira, 1996) ressaltam que os pais de uma criança com NEE evidenciam maior necessidade de informação para educar a criança do que os pais de um filho sem necessidades especiais. Esta categoria pretende registar se os pais das crianças com NEE sentem necessidades de informação sobre: como as crianças crescem ou se desenvolvem, como brincar com a criança, como pegar na criança, como lidar com o comportamento da criança, informações sobre qualquer problema ou deficiência da criança e necessidade de informação sobre os serviços atuais e futuros. Esta categoria é avaliada por um conjunto de 7 itens.

Necessidades de apoio – esta categoria é constituída por 7 itens e avalia as necessidades dos pais acerca do apoio informal e formal, baseados no princípio de que o apoio constitui um mediador de “stress” familiar (Durnst, Trivette & Cross, 1986 citado por Pereira 1996). Estes apoios pressupõem que os pais tenham alguém na família ou amigos para conversar, ou terem alguém que auxilie os progenitores a aceitar o filho com NEE, que ajude a família a discutir problemas e encontrar soluções ou que ajude a família a decidir acerca das atividades familiares e recreativas.

Necessidades de explicar aos outros – esta categoria é constituída por 4 itens e avalia a necessidade das famílias de explicar a diferentes pessoas o problema do seu filho e a necessidade de obter informação escrita sobre outras famílias com um filho com uma situação similar ao seu (Simões, 2010).

Necessidades de Serviços da Comunidade – a quarta categoria é constituída por 3 itens, e pretende avaliar as necessidades das famílias para encontrar um médico, um serviço de colocação temporária ou um serviço de apoio social e educativo (Pereira, 1996).

Necessidades Financeiras – Esta categoria é formada por 4 itens e pretende avaliar as necessidades básicas como a alimentação, o vestuário, transportes, e mesmo necessidades relacionadas com a liquidez de serviços de terapia ou outros de que a criança precise (Simões, 2010).

Funcionamento da Vida Familiar – Por fim, a última categoria integra 3 itens que pretendem avaliar na globalidade o funcionamento da vida familiar. Esta categoria engloba as necessidades da família na organização e divisão das tarefas domésticas, bem como as necessidades relativas às ajudas para resolver problemas familiares (Pereira 1996).

Ainda neste QNF e na parte final, apresenta-se uma questão de resposta fechada, em que pretendemos conhecer as necessidades prioritárias das famílias. Foi também colocada uma questão de resposta aberta para que os pais pudessem mencionar outras necessidades sentidas e não referidas nos itens anteriores do questionário. O objetivo dos dois tipos de itens, resposta aberta e resposta fechada, foi o de deixar que os pais pudessem manifestar outras necessidades que não foram referidas anteriormente.

3.5.2 - Ficha de Dados Biográficos da Família

Através da Ficha de dados Biográficos das famílias foi possível recolher dados que possibilitaram caracterizar os pais e os seus filhos com MSAI. Este instrumento foca-se no primeiro bloco da Escala Europeia de Satisfação das Famílias em Intervenção Precoce (ESFIP), constituído para dar resposta a informações sobre as crianças /jovens. Foi solicitado aos pais que assinalassem a resposta pretendida. Foram pedidos dados referentes à caracterização dos pais, composição do agregado familiar, fontes de rendimento familiar e por fim, domínio da atividade profissional. Foram ainda solicitados dados que caracterizam o jovem com MSAI, tal como a identificação das principais dificuldades, sexo e posição do jovem face aos irmãos

3.5.3 - Procedimentos e Considerações éticas

Para levar a cabo esta investigação, foi solicitado ao Diretor da Escola Profissional autorização para recolher os dados dos pais dos alunos com MSAI. Após autorização do Sr. Diretor, passou-se a enviar os questionários às famílias e respetivo Consentimento Informado.

Atendendo à situação de pandemia por COVID 19 e do impedimento dos pais se deslocarem à escola, os questionários foram enviados, através de e-mail e foram desenvolvidos na plataforma Google Forms. Foi referido aos pais que a informação recolhida nos questionários seria de total anonimato e de confidencialidade das respostas. Alguns pais responderam ao formulário do Google Forms, outros tiveram de ser contactos e preencheram os questionários na escola, uma vez que não disponham de meios e conhecimento informático.

3.5.4 - Tratamento de dados

Os dados recolhidos foram objeto de tratamento, atendendo-se, desta forma, assim, aos objetivos definidos e estabelecidos para esta investigação.

Assim, as informações recolhidas na “Ficha de Dados Biográficos da Família”, que já foram apresentados neste capítulo, designadamente, constituição do agregado familiar, situação familiar, idade dos pais e situação laboral dos pais perante o trabalho, permitiram caracterizar as famílias, o que serão relacionadas com as necessidades sentidas pelos pais.

No que diz respeito aos dados recolhidos a partir do “Questionário sobre as Necessidades das Famílias”, respeitantes às questões fechadas serão registados em tabelas e gráficos, que posteriormente serão analisados percentualmente recorrendo a análise descritiva. Na realidade nos casos dos itens de resposta fechada, far-se-á a contagem de frequências de percentagens das várias alternativas de resposta (Pereira, 1996).

Apresentar os mesmos dados sob diversas formas favorece incontestavelmente a qualidade das interpretações” (Quivy, 2008), p.223

Na questão em que os inquiridos são solicitados a ordenar as maiores necessidades sentidas, tendo em conta o seu grau de importância- (1 ponto para o item assinalado

como tendo menor importância, e que é assinalado em última posição, e 10 pontos para o item mais importante, que é assinalado na primeira posição) em termos de necessidades sentidas. Sempre que o item não é assinalado atribuiremos 0 pontos.

Já a questão de resposta aberta, que tem como finalidade conhecer outras necessidades das famílias não referidas no questionário será objeto de análise de conteúdo, tendo em conta as unidades de registo. Será utilizada a técnica categorial, em que as unidades de registo serão distribuídas em categorias e subcategorias de análise para exibição dos resultados.

Capítulo IV - Apresentação e discussão dos resultados

4 - Apresentação e discussão dos resultados

4.1 - Introdução

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos no estudo. Assim, os resultados serão apresentados por ordem pela qual as questões estavam dispostas no questionário sobre as “Necessidades das Famílias”.

Os tipos de necessidades mais frequentes identificadas pelos sujeitos serão apresentados neste capítulo através de tabelas descritivas.

Também na questão das prioridades das necessidades das famílias, as relações existentes entre as famílias e as características das famílias, abordadas no questionário (QNF), os dados obtidos serão apresentados através de tabelas descritivas.

Também neste capítulo serão apresentados os dados sobre as relações existentes entre as necessidades e características das famílias, através de tabelas descritivas.

Para o tratamento de dados da questão aberta será efetuada uma análise de conteúdo e o cálculo de frequência das respostas.

4.1.2 - Tipos de necessidades mais frequentes nas famílias

A recolha das necessidades mais frequentes nas famílias foi obtida através da aplicação do Questionário QNF, dividido em seis categorias. Será através deste questionário que serão analisados os dados obtidos.

Nas seis categorias-acima referidas e inquiridas aos pais dos jovens com MSAI os resultados serão apresentados pela ordem das questões colocadas no instrumento de recolha de dados.

4.1.3 - Necessidades de informação

A categoria necessidades de informação é constituída por um conjunto de sete questões e que serão apresentadas na tabela 8.

Neste sentido, podemos observar na Tabela 8 que a maioria das respostas possíveis (n=60, 57%) recaíram na opção “Não necessito deste tipo de ajuda”, seguindo-se a resposta “Necessito deste tipo de ajuda” com (n=27, 26%), e por fim 17 respostas (17%) em que não têm a certeza desta necessidade.

Tabela 8 - Necessidades de informação

Itens		1 - Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
1	Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho	9	1	5
2	Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar o meu filho	10	2	3

Itens		1 - Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
3	Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho	9	2	4
4	Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho	11	0	4
5	Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho	7	4	4
6	Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro	4	5	5
7	Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve	10	3	2
Total		60	17	27
Percentagem		57%	17%	26%

Além disso, os pais que optaram pela resposta “Não necessito deste tipo de ajuda”, na sua maioria (n=11), referem que não necessitam de mais informação sobre a maneira de falar com os seus filhos (item 4). Em sentido inverso, o item 6 “Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro” foi o que obteve menor pontuação, uma vez que só obteve 4 respostas.

Em contrapartida, aqueles que optaram pela resposta “Necessito deste tipo de ajuda” afirmaram ter mais necessidade de informação relativamente ao item 1 “Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho” e 6 “Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro”.

Por último, os que optaram pela resposta “Não tenho a certeza”, a maioria das suas respostas e por conseguinte, o item que lhes gera maior incerteza, é o item 6 “Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro”.

4.1.4 - Necessidades de apoio

Os sete itens que compõem a categoria necessidades de apoio, estão apresentados na tabela 9.

Tabela 9 - Necessidades de apoio

P	Itens	1. Não necessito deste tipo de ajuda	2. Não tenho a certeza	3. Necessito deste tipo de ajuda
8	Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca	11	2	2
9	Necessito de ter mais amigos com quem conversar	10	3	2
10	Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com os pais de outras crianças deficientes	10	2	3
11	Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho	7	5	3
12	Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca	7	3	5
13	Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho	11	0	4
14	Necessito de mais tempo para mim próprio	10	3	2
Total		66	18	21
Percentagem		63%	17%	20%

Assim, como é dado a observar, também nesta categoria, a maioria das respostas recaiu na opção de resposta “Não necessito deste tipo de ajuda” (n=66, 63%). Apenas necessitam deste tipo de ajuda 20% (n=21). A opção que obteve menos respostas foi “Não tenho a certeza” (n=18, 17%).

Neste sentido, relativamente à opção “Não necessito deste tipo de ajuda” os itens 1 “Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca” e 6 “Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho” foram os que obtiveram maior número de respostas (n=11), sendo os itens 4 e 5 “Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca” os menos respondidos, ambos com 7 respostas respetivamente.

No que diz respeito à opção “Necessito deste tipo de ajuda” os inquiridos responderam em maior número ao item 5 “Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa

falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca” (n=5) e em menor quantidade aos itens 1 “Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca”, 2 “Necessito de ter mais amigos com quem conversar” e 7 “Necessito de mais tempo para mim próprio” com 2 respostas cada um deles.

Por último, para os 17% de indecisos, isto é, aqueles que optaram por responder “Não tenho a certeza”, o maior número de escolhas recaiu sobre o item 4 “Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho”.

4.1.5 - Necessidades de Explicar a outros

Na categoria “Necessidades de explicar a outros” os quatro itens em análise estão apresentados na tabela 10.

Na tabela 9 apresentam-se as respostas à categoria supracitada, referindo-se, todavia, que só se obtiveram 60 respostas.

Tabela 10 - Necessidade de explicar a outros

P	Itens	1 -Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
15	Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos	10	3	2
16	O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho	10	1	4
17	Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho	11	2	2
18	Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças	11	2	2
Total das respostas		42	8	10
Percentagens		70%	13%	17%

Assim, para um total de 60 respostas, 42(70%) responderam “Não necessito deste tipo de ajuda), 10 (17%) afirmaram “Necessito deste tipo de ajuda” e 8 (13%) declararam “Não tenho a certeza”.

Relativamente à opção “Não necessito deste tipo de ajuda”, a maioria das respostas incidiu sobre o item 3 “Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho” e o item 4 “Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças”, com 11 respostas cada um. No entanto, refere-se que existe uma distribuição equilibrada das respostas, uma vez que, os restantes itens obtiveram 10 respostas cada um, respetivamente.

Em relação à opção “Necessito deste tipo de ajuda” o item 2 “O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho” foi o item mais escolhido (n=4).

No que diz respeito à opção “Não tenho a certeza” o item mais escolhido foi o 1 “Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos”.

4.1.6 - Necessidades de Serviços da Comunidade

A categoria “Necessidade de serviços da comunidade” é constituída por 3 itens e estão explícitos na tabela 11.

Tabela 11 - Serviços da comunidade

P	Itens	1 - Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
19	Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho	11	2	2
20	Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade	13	1	1
21	Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho	13	1	1
Total		37	4	4
Percentagem		82%	9%	9%

Na Tabela 11 estão apresentados os resultados encontrados para os itens que constituem esta categoria. Assim, como se pode observar 82% (n=37) das 45 respostas escolheram a opção “Não necessito deste tipo de ajuda”, 9% (n=4) responderam “Necessito deste tipo de ajuda” e 9% (n=4) mostram-se indecisos uma vez que optaram por responder “Não tenho a certeza”.

Observadas as respostas aos itens individualmente, observa-se que a maioria dos inquiridos que escolheram a opção “Não necessito deste tipo de ajuda” distribuíram-se equilibradamente entre os 3 itens desta categoria.

Em relação aos que escolheram a opção “Necessito deste tipo de ajuda” 2 responderam que tinham necessidade de ajuda para “... encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho” (Item 1). as restantes respostas distribuíram-se pelos itens 2 (n=1) e 3 (n=1).

Relativamente à opção “Não tenho a certeza” a escolha recaiu sobretudo no item 1 (n=2).

4.1.7 - Necessidades Financeiras

A categoria “Necessidades financeiras”, tabela 12, abrange 4 itens relacionadas com as necessidades essenciais dos pais com filhos com deficiência.

Tabela 12 - Necessidades financeiras

P	Itens	1 - Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
22	Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas	8	3	4
23	Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa	12	1	2
24	Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita	12	1	2
25	Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20)	11	3	1
Total		43	8	9
Percentagem		72%	13%	15%

Pode-se observar nos resultados inseridos na Tabela 12, que se obtiveram 60 respostas. Destas, 43 (72%) assinalaram a opção “Não necessito deste tipo de ajuda” 9 (15%) escolheram a opção “Necessito deste tipo de ajuda” e as restantes 8 (13%) “Não tenho a certeza”.

Por conseguinte, das 43 respostas obtidas e que escolheram a opção “Não necessito deste tipo de ajuda” 12 respostas recaíram nos itens 2 e 3 (“Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa” e “Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita”) optando os restantes por 11 respostas no item 4 e 8 respostas no item 1.

No que diz respeito às 9 respostas que escolheram a opção “Necessito deste tipo de ajuda” 4 destas escolheram o item 1 (Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas”), 2 recaíram nos itens 2 e 3 e o item 4, para estes respondentes foi o menos referido (n=1).

Em relação à opção “Não tenho a certeza”, as preferências das 8 respostas distribuíram-se da seguinte forma, 3 não têm a certeza se necessitam “de maior ajuda no pagamento de despesas” (item 1) e outras 3 se necessitam “de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita” (item 4).

4.1.8 - Funcionamento da Vida Familiar

A categoria “Funcionamento da vida familiar” é constituída por 3 itens, e os dados obtidos poderão ser observados na tabela 13, onde se avaliam as necessidades dos pais relacionadas com o funcionamento da vida familiar em geral.

Tabela 13 - Funcionamento da vida familiar

P	Itens	1 - Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
26	A nossa família necessita de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções	10	3	2
27	A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente	9	3	3
28	A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares	12	1	2
Total		31	7	7
Percentagem		68%	16%	16%

Assim, Das 45 respostas, 68% (n=31) escolheram a opção “Não necessito deste tipo de ajuda”, 16% (n=7) escolheram a opção “Necessito deste tipo de ajuda e 16% (n=7) elegeram a opção “Não tenho a certeza”.

Das respostas obtidas que optaram por escolher a opção “Não necessito deste tipo de ajuda”, 12 respostas incidiram no item 3 (“A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares”) e em menor número pelo item 2 (n=9).

Em relação aos que optaram pela resposta “Necessito deste tipo de ajuda” 3 escolheram o item 2 (“A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente”) e as restantes 4 dividiram-se equitativamente pelos itens 1 e 3.

Relativamente à opção “Não tenho a certeza” 3 inquiridos escolheram o item 1, 3 escolheram o item 2 e, finalmente, 1 optou pelo item 3.

4.1.9 - Análise Global

Após a apresentação dos resultados individuais de cada uma das 6 categorias que constituem o questionário (QNF), apresentam-se na Tabela 14 os resultados globais, com as frequências absolutas de todo o questionário para cada 1 das três opções de resposta, bem como os respetivos valores percentuais.

Tabela 14 - Análise Global das Necessidades

P	Itens	1 - Não necessito deste tipo de ajuda	2 - Não tenho a certeza	3 - Necessito deste tipo de ajuda
1	Necessidade de Informação	60	17	27
2	Necessidade de Apoio	60	18	21
3	Explicar aos Outros	42	8	10
4	Serviços da Comunidade	37	4	4
5	Necessidades Financeiras	43	8	9
6	Funcionamento da vida familiar	31	7	7
Total		279	62	78
Percentagem		66%	15%	19%

Da análise á tabela 14 podemos referir que em todas as categorias, a maioria das respostas recaem sobre a opção “Não necessito deste tipo de ajuda”, seguindo-se a opção “Necessito deste tipo de ajuda” e por último a opção “Não tenho a certeza”.

Em suma, os resultados obtidos neste questionário permitem-nos afirmar que a maioria das respostas afirmam não necessitar de ajuda para as necessidades referidas em todas as categorias, ou seja, de um total de 419 respostas, 279 (66%) das escolhas recaíram sobre esta opção. Para o mesmo total de respostas, a opção “Necessito deste tipo de ajuda” obteve 78 escolhas (19%) e a opção “Não tenho a certeza” 62 escolhas (15%).

Tendo em conta a análise dos resultados anteriores, as categorias onde os pais manifestaram maiores necessidades de ajuda (78 - 19%) foi identificada na opção 3 “Necessito deste tipo de ajuda”:

- ✓ **“Necessidades de Informação”**, com 27 respostas;
- ✓ **“Necessidades de Apoio”**, com 21 respostas;
- ✓ **“Necessidades Explicar aos Outros”** com 10 respostas;
- ✓ **“Necessidades Financeiras”**, com 9 respostas;
- ✓ **“Necessidade Funcionamento da vida familiar”**, com 7 respostas;
- ✓ **“Necessidade Serviços da Comunidade”**, com 4 respostas.

4.1.10 - Prioridades das necessidades

Posteriormente, solicitamos aos inquiridos que dos 28 itens que constituem o Questionário das Necessidades das Famílias (QNF) selecionassem por ordem de prioridade até um máximo de 10, de acordo com a sua opinião.

Deste modo, foi atribuída uma pontuação de 1 a 10 pontos, sendo atribuído ao item colocado em primeiro lugar, isto é, aquele que os inquiridos consideravam de maior importância e necessidade, o valor 10 pontos e ao colocado na posição 10, 1 ponto.

Posto isto, na Tabela 15 são apresentados os resultados obtidos para os 28 itens que constituíam o nosso QNF.

Tabela 15 - Prioridade das necessidades

TIPO DE NECESSIDADES	ITENS MAIS PONTUADOS	PONTUAÇÃO
1.º Informação	2 - Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com o meu filho.	40
2.º Informação	1- Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho.	30
3.º Serviços da Comunidade	20- Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho.	29
4.º Informação	4- Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho	28
5.º Informação	6- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro	15
6.º Apoio	12- Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.	14
7.º Serviços da Comunidade	19- Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho	13
8.º Serviços da Comunidade	21- Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho.	11
9.º Apoio	14- Necessito de mais tempo para mim próprio	10
10.º Explicar a Outros	16- O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho.	9

Como podemos observar na Tabela 15, o item 2 “Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com o meu filho” da categoria “Necessidade de informação” foi o que reuniu maior pontuação (n=40).

Ainda da mesma categoria surge imediatamente a seguir o item 1 “Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho” com 30 pontos.

Em 3º lugar destaca-se o item 22 “Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho” com 29 pontos, da categoria “Serviços da comunidade”.

O item 4 “Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho” da categoria “Necessidades de Informação” surge em 4º lugar com 28 pontos.

Com uma pontuação mais baixa (15 pontos) que o anterior surge em 5º lugar o item 6 “Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro” também da categoria “Necessidade de informação”, seguido pelo item 12 “Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca” da categoria da “Necessidade Serviços da Comunidade” com 14 pontos.

Com uma pontuação pouco distanciada do item anterior surgem os últimos quatro itens daqueles que foram mais votados. Referimo-nos ao item 19 “Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho”, ao item 21 “Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho” (ambos da categoria “Necessidade Serviços da Comunidade”), ao item 14 “Necessito de mais tempo para mim próprio” (categoria “Necessidade de Apoio”) e ao item 16 “O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho” (categoria “Necessidade Explicar aos Outros”). As pontuações foram 13, 11, 10 e 9 pontos respetivamente.

Em suma, pelos dados indicados na Tabela 14 podemos afirmar que os inquiridos atribuem maior importância e necessidade aos itens que constituem a categoria “Necessidade de informação”, uma vez que colocam 4 dos seus 7 itens nas cinco primeiras posições, seguido a categoria “Serviços da comunidade” que coloca os 3 itens que a constituem na posição 3, 7 e 8 na escala de maior importância e, finalmente, a categoria “Necessidade de apoio” com 2 dos seus 7 itens na posição 6 e 9 e a categoria “Necessidade de explicar a outros” com 1 dos 4 itens que a compõem na posição 10. Além disso, do que é dado a observar os itens que compõem as categorias “Necessidade financeira” e “Funcionamento da vida familiar” não foram assinaladas pelos inquiridos.

Na tabela 16 apresentam-se as pontuações totais atribuídas às 4 categorias referenciadas. Por conseguinte, surge a categoria “Necessidade de informação” à qual foi atribuída maior importância e necessidade com 113 pontos, seguida da categoria “Serviços da comunidade” com 53 pontos atribuídos e, ainda, das categorias “Necessidade de apoio” e “Necessidade de explicar a outros” com 24 e 9 pontos atribuídos, respetivamente.

Tabela 16 - Prioridades das necessidades por componente de análise

Tipo de necessidades	Itens mais pontuados	Pontuação
1.º Informação	2 - Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar com o meu filho.	40
2.º Informação	1- Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho	30
4.º Informação	4- Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho	28
5.º Informação	6- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro	15
Total		113
3.º Serviços da Comunidade	20- Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho	29
7.º Serviços da Comunidade	19- Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho	13
8.º Serviços da Comunidade	21- Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho.	11
Total		53
6.º Necessidades de apoio	12-Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.	14
9.º Necessidades de apoio	14-Necessito de mais tempo para mim próprio.	10
Total		24
10.º Explicar a outros	16- O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho.	9
Total		9

4.2.11 - Outras necessidades dos pais

Foi solicitado aos pais inquiridos que outras necessidades não contempladas nos itens do questionário. Deste modo, salienta-se que da globalidade dos quinze pais, só 1 entendeu responder à questão colocada. Assim, após a análise do conteúdo da resposta e transcrita após este parágrafo, verificamos que os elementos nela contidos, aparentam ser de “Necessidade de Serviços da Comunidade”, uma vez que a resposta é a seguinte:

“Criação de um espaço onde os autistas se reúnam para conviver uns com os outros, para incentivar o convívio e perder o medo de se falar mais das suas necessidades e ajudá-lo com as suas dificuldades de convivência.”

4.3 - Relação entre as características e as necessidades dos pais

Neste ponto, pretendemos avaliar, através das relações existentes, as necessidades das famílias neste estudo e as suas características.

A análise descritiva assenta nas características das famílias: composição do agregado familiar, situação familiar, situação laboral e idade dos pais.

Quanto à situação laboral tendo em conta que existe uma grande dispersão ao nível das situações das famílias (9 situações laborais diferentes com 8 delas apenas com 1 família em cada), não estudaremos essa relação, dado que estas 8 famílias não são representativas de haver um padrão de análise que possa ser identificativo de um comportamento característico.

Assim, assentaremos a nossa análise nas restantes características das famílias: composição do agregado familiar, situação familiar e idade.

4.3.1 - Composição do agregado familiar

Neste ponto será avaliada a composição do agregado familiar, retirados dos dados sociodemográficos das respostas ao questionário, analisando como o número de pessoas que compõem o agregado familiar está relacionado com as diferentes categorias das necessidades que compõem o QNF, como podemos observar na tabela 17.

Tabela 17 - Relação entre a “Composição do Agregado Familiar” e as 6 categorias de Necessidades que compõem o QNF

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N = 2			N = 3			N=7			N =3		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Necessidades de Informação (7 itens)												
Total de respostas	8	0	6	11	5	5	38	4	7	5	10	6
%	57	0	43	52	24	24	78	8	14	24	47	29
Necessidades de Apoio (3 itens)												
Total de respostas	10	0	4	16	5	0	34	7	8	9	10	0
%	71	0	29	76	24	0	69	14	17	48	52	0
Necessidade de Explicar aos Outros (4 itens)												
Total de respostas	8	0	1	9	3	0	19	2	7	8	2	2
%	69	0	11	75	25	0	69	6	25	67	17	16
Necessidade de Serviços da Comunidade (3 itens)												
Total de respostas	6	0	0	6	1	2	14	2	2	6	0	0
%	100	0	0	67	11	22	78	11	11	100	0	0
Necessidades Financeiras (4 itens)												
Total de respostas	7	1	0	11	1	0	24	1	3	5	4	2
%	87,5	12,5	0	92	8	0	78	8	14	46	36	18
Necessidades Funcionamento da Vida Familiar (3 itens)												

	Famílias compostas por 2 elementos			Famílias compostas por 3 elementos			Famílias compostas por 4 elementos			Famílias compostas por 5 elementos		
	N = 2			N = 3			N=7			N =3		
Total de respostas	6	0	0	7	2	0	13	1	7	4	5	0
%	100	0	0	78	22	0	62	5	33	45	55	0

Legenda: 1 - Não necessito deste tipo de ajuda; 2 - Não tenho a certeza; 3 - Necessito deste tipo de ajuda

a) **Necessidades de Informação:** como é dado a observar na Tabela 16, podemos verificar que nas famílias compostas por 2, 3 ou 4 elementos a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, foi a mais selecionada, respetivamente 57%, 52% e 78%. As famílias compostas por 2 elementos também selecionaram a opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda, com uma percentagem elevada (43%). Apenas as famílias com mais elementos (5) assinalam a opção 2 – Não tenho a certeza como a mais selecionada (47%), logo a seguir a opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda (29%) e por fim a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda (24%).

Curiosamente são as famílias com menos (2) e mais elementos (5) que selecionam com uma percentagem elevada a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda, 43% e 29% respetivamente.

b) **Necessidades de Apoio:** tal como na categoria anterior podemos verificar que, nas famílias compostas por 2, 3 ou 4 elementos, a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, foi a mais selecionada, respetivamente com 71%, 76% e 69%.

Em relação às respostas que constituem o agregado familiar formado por 2 elementos, as restantes respostas (29%) recaíram na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda

Os agregados familiares formados por 3 elementos, a opção “Necessito deste tipo de ajuda” não foi referenciada

Em relação aos inquiridos que formam os agregados com 4 elementos, apenas 17% “Necessita deste tipo de ajuda” e 14 % diz não ter a certeza

Os agregados compostos por 5 elementos, que tal como na categoria anterior, assinalam a opção 2 – Não tenho a certeza como a mais selecionada (52%) seguida da opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda (48%) e a opção 3 não é escolhida.

c) **Necessidade de Explicar aos Outros:** independentemente do número de elementos que constituem o agregado familiar, registou-se a tendência nesta componente de análise por optarem maioritariamente pela opção 1 - Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 60%, 75%, 69% e 67%.

As famílias com 2 elementos não escolheram a opção 2 (não tenho a certeza) e as famílias com 3 elementos dizem não ter necessidade de ajuda nesta categoria (0%).

d) **Necessidade de Serviços da Comunidade:** também nesta categoria, independentemente do número de elementos que fazem parte do agregado familiar, registou-se a tendência por optarem maioritariamente pela opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 100%, 67%, 78% e 100%.

Curiosamente as famílias com menos (2) e mais elementos (5) nunca selecionaram as opções 2 (Não tenho a certeza) e 3 (Necessito deste tipo de ajuda).

e) **Necessidade Financeiras:** tal como nas categorias “Necessidade de informação” e “Necessidade de Apoio” as famílias compostas por 2, 3 ou 4 elementos, escolheram maioritariamente a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 67,5%, 92%, 78% e 46%. Apenas as famílias com mais elementos (5) assinalam a opção 2 – Não tenho a certeza como a mais selecionada (36%) e logo a seguir a opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda (18%).

As famílias com 2 e 3 elementos nunca selecionaram a opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda. Na família com 4 elementos 14% das respostas recaíram nesta opção.

f) **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** também nesta categoria de análise verifica-se que as famílias compostas por 2, 3 ou 4 elementos, escolheram maioritariamente a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 100%, 78% e 62%. Apenas as famílias com mais elementos (5) assinalam a opção 2 (Não tenho a certeza) como a mais escolhida (55%), seguida da escolhe a opção 1 (Não necessito deste tipo de ajuda) com 45% e nunca assinalam a opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda (0%).

As famílias constituídas por 2 e 3 elementos nunca assinalaram a resposta de opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda e a família com 3 elementos também não assinalou

É importante realçar que as 2 família compostas por 2 elementos nunca escolheram a opção 2 e 3.

4.4 - Situação Familiar

Na tabela 18 subsequente pretendemos analisar a relação entre os diferentes tipos de necessidades das famílias inquiridas com a sua situação familiar.

Tabela 18 - Relação entre a “Situação Familiar” e as 6 categorias de Necessidades que compõem o QNF

	Casados / União de Facto			Pai, Mãe, Solteiro/a, Viúvo/a ou Divorciado/a (Família monoparental)		
	N = 12			N = 3		
	1	2	3	1	2	3
Necessidades de Informação (7 itens)						
Total	45	15	24	18	2	1
%	54	18	28	86	9	5
Necessidades de Apoio (3 itens)						
Total	49	22	13	17	0	7

	Casados / União de Facto			Pai, Mãe, Solteiro/a, Viúvo/a ou Divorciado/a (Família monoparental)		
	N = 12			N = 3		
%	58	27	15	71	0	29
Necessidades de Explicar aos Outros (4 itens)						
Total	32	10	12	12	2	4
%	59	19	22	67	11	22
Necessidades de Serviços da Comunidade (3 itens)						
Total	29	6	7	10	0	0
%	69	14	17	100	0	0
Necessidades Financeiras (4 itens)						
Total	32	10	12	12	3	3
%	59	19	22	66	17	17
Necessidades Funcionamento da Vida Familiar (3 itens)						
Total	22	7	7	9	0	0
%	62	19	19	100	0	0

Legenda: 1 - Não necessito deste tipo de ajuda; 2 - Não tenho a certeza; 3 - Necessito deste tipo de ajuda

a) **Necessidades de Informação:** como é dado a observar na tabela 17, podemos verificar que independentemente da situação familiar (casados ou que vivem em união de facto e famílias monoparentais) a maioria escolheu a opção 1 - Não necessito deste tipo de ajuda, com uma percentagem de 54% e 86% respetivamente.

As famílias de casados ou que vivem em união de facto, também escolheram a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, com uma percentagem de 28% e as famílias monoparentais com uma percentagem de 5%. Logo a seguir, a opção 2- Não tenho a certeza, foi mais selecionada pelas famílias de casados ou que vivem em união de facto, (18%) do que pelas famílias monoparentais (9%).

b) **Necessidades de Apoio:** tal como na categoria anterior podemos verificar que, nas famílias em que são casados ou que vivem em união de facto, a opção 1 - Não necessito deste tipo de ajuda, foi a mais selecionada, com 58% e nas famílias monoparentais, também foi a mais selecionada, com uma percentagem de 71%.

As famílias em que são casados ou que vivem em união de facto, a opção 2- Não tenho a certeza, foi a mais selecionada, com 27%, enquanto nas famílias monoparentais não foi referenciada

Nas famílias monoparentais, as restantes respostas (29%) recaíram todas elas na opção 3 - Necessito deste tipo de ajuda, enquanto as famílias de casados ou que vivem em união de facto, escolheram esta opção em 15%.

c) **Necessidade de Explicar aos Outros:** também nesta necessidade se registou, para todo o tipo de situação familiar, uma tendência nesta componente de análise por optarem maioritariamente pela opção 1 - Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 59% (casados/união de facto) e 67% (monoparental)

As famílias de casados ou que vivem em união de facto e as famílias monoparentais escolheram a opção 3 (Necessito deste tipo de ajuda), com a mesma percentagem 22%.

As famílias de casados ou que vivem em união de facto (19%) e as famílias monoparentais (11%) dizem não ter a certeza se precisam de ajuda nesta categoria.

d) **Necessidade de Serviços da Comunidade:** também nesta categoria, independentemente da situação familiar, registou-se a tendência por optarem maioritariamente pela opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 69% (casados/união de facto) e 100% (monoparental).

Curiosamente, as famílias monoparentais não selecionaram a opção 2- Não tenho a certeza, nem a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda.

As restantes respostas das famílias de casados ou que vivem em união de facto, selecionaram com 17% a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda e com 14% a opção 2- Não tenho a certeza

e) **Necessidade Financeiras:** as famílias monoparentais, escolheram com maior percentagem a opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, com 66% e curiosamente, as famílias de casados ou que vivem em união de facto, também selecionaram a mesma opção, com 59%.

Para as famílias de casados ou que vivem em união de facto as restantes respostas recaíram na opção 3 – Necessito deste tipo de ajuda (22%) e depois na opção 2 – Não tenho a certeza, (19%).

As restantes respostas das famílias monoparentais, distribuíram-se equitativamente (17%) pelas opções 2- Não tenho a certeza e 3- Necessito deste tipo de ajuda.

f) **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** também nesta categoria de análise verifica-se que as famílias casadas ou que vivem em união de facto e as famílias monoparentais, escolheram maioritariamente a opção 1 – Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 62% e 100%.

É de salientar que as famílias monoparentais não selecionaram a opção 2- Não tenho a certeza, nem a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda.

As restantes respostas das famílias de casados ou que vivem em união de facto, distribuíram-se equitativamente (19%) pelas opções 2- Não tenho a certeza e 3- Necessito deste tipo de ajuda.

4.4.1 - Idade dos Pais

Na tabela 19 subsequente pretendemos analisar as relações existentes entre os tipos de necessidades das famílias inquiridas e a idade dos pais. Para a análise considerámos a idade dos pais inquiridos, ou seja, quem preencheu o QNF.

Tabela 19 - Relação entre a “Idade dos pais” e as 6 categorias de Necessidades que compõem o QNF

	39-47 Anos			48-56 Anos		
	N = 9			N = 6		
	1	2	3	1	2	3
Necessidades de Informação (7itens)	1	2	3	1	2	3
Necessidades de Informação (7itens)	33	8	22	14	10	18
Total	52	13	35	33	24	43
Necessidades de Apoio (3 itens)						
Total	41	12	12	23	9	10
%	63	18	18	55	21	24
Necessidades de Explicar aos Outros (4 itens)						
Total	23	13	6	14	3	7
%	55	31	14	58	13	29
Necessidades de Serviços da Comunidade (3 itens)						
Total	25	2	0	11	4	3
%	93	7	0	62	22	16
Necessidades Financeiras (4itens)						
Total	30	2	4	14	6	4
%	83	6	11	59	25	16
Necessidades Funcionamento da Vida Familiar						
Total	20	3	4	9	5	4
%	75	11	14	50	28	22

Legenda: 1 - Não necessito deste tipo de ajuda; 2 - Não tenho a certeza; - Necessito deste tipo de ajuda

a) **Necessidades de Informação:** como é dado a observar na tabela 18 podemos verificar que os familiares inquiridos com idades compreendidas entre os 39-47, (n=9) escolheram como a mais selecionada a opção 1 –Não necessito deste tipo de ajuda, com 52% e os de 48-56 anos (n=6) escolheram a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda com 43%.

Seguindo-se a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, em que ambos os pais selecionaram com uma percentagem de 43% e de 35%. Por último, a Opção 2- Não tenho a certeza”, foi selecionada pelos pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos com uma percentagem de 13% e enquanto que os pais com idades entre os 48-56 anos, selecionaram com 24%.

As idades de 39-47 anos distribuíram as restantes respostas primeiro pela opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, com 35% e depois pela opção 2 – Não tenho a certeza, com 13%.

As idades de 48-56 anos distribuíram as restantes respostas primeiro pela opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, com 33% e depois pela opção 2 – Não tenho a certeza, com 24%.

b) **Necessidades de Apoio:** podemos verificar que os pais com idades compreendidas entre os 39-47 e com idades compreendidas entre 48-56 anos, a opção

1 – Não necessito deste tipo de ajuda, foi maioritariamente a mais selecionada, respetivamente com 63% e 55%.

Em relação à idade dos pais compreendidas entre os 48-56 anos foi selecionada a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, com uma percentagem mais elevada, de 24%, do que os pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos, que selecionou a opção com 18%.

No que diz respeito à opção 2- Não tenho a certeza, verificamos que os pais com idades compreendidas entre os 48-56 anos obtêm maior percentagem nesta opção com 21% e os de 39-47 anos com 18%.

c) **Necessidade de Explicar aos Outros:** tal como a categoria anterior se registou uma tendência nesta componente de análise, pelos pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos e 48-56 anos, por optarem maioritariamente pela opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 55% e 58%,

Das restantes respostas dos pais com idades entre os 39-47 anos, estas recaíram em 31% para a opção 2- Não tenho a certeza, e 14% na opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, enquanto para os outros (48-56 anos) a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, foi mais escolhida (29%) e a opção 2- Não tenho a certeza, a menos escolhida (13%).

d) **Necessidade de Serviços da Comunidade:** também nesta categoria, independentemente da idade dos pais, registou-se a tendência por optarem maioritariamente pela opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 93% e 62%.

Curiosamente os pais que com idades compreendidas entre os 48-56 anos de idade, selecionaram com uma percentagem de 16% a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, enquanto os pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos nunca a selecionaram.

A opção 2 (Não tenho a certeza), obteve maior percentagem (22%) nos pais com idades compreendidas entre os 48-56 anos, enquanto os pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos a selecionaram apenas com 7%.

e) **Necessidade Financeiras:** os pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos, escolheram com maior percentagem a opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, com 83% e os pais com idades compreendidas entre os 48-56 anos, também selecionaram maioritariamente a mesma opção (59%).

Os pais com idades compreendidas entre os 48-56 anos, à semelhança da necessidade anterior, selecionaram mais vezes a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda com uma percentagem de 16%, enquanto os restantes pais selecionaram 11%, a mesma opção.

Também na opção 2- Não tenho a certeza, os pais com idades compreendidas entre os 48-56 anos obtiveram maior percentagem (25%), enquanto os restantes pais obtiveram apenas 6%.

f) **Necessidades Funcionamento da Vida Familiar:** também nesta categoria de análise verifica-se que os pais com idades compreendidas entre os 39-47 anos e 48-56 anos, escolheram como a mais selecionada a opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, respetivamente com 75% e 50%.

Das restantes respostas, os pais com idades compreendidas entre os 48-56 anos assinalam com maior percentagem opção 2- Não tenho a certeza (28%) e em seguida a opção 3-Necessito deste tipo de ajuda (22%), enquanto os pais com idades entre os 39-47 anos escolhem primeiro a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda (14%) e depois a opção 2- Não tenho a certeza (11%).

Resumo

Após a análise dos dados obtidos, constatamos que no que diz respeito às três características em análise: “composição do agregado familiar, situação familiar, e a idade dos pais” e estabelecendo a relação com as, “necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar a outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar”, verificamos que a opção 1- Não necessito deste tipo de ajuda, obteve a maior percentagem em todas as categorias, seguindo-se com uma percentagem menor, a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, e por último a opção 2- Não tenho a certeza, com menor pontuação.

Sendo assim, a maioria dos inquiridos optou por escolher a opção 1, isto é, referem que não necessitam deste tipo de ajuda para colmatar as suas carências. No entanto, uma parte afirma necessitar deste tipo de ajuda (mas nunca como a mais selecionada), encontrando-se também uma parte relativa de indecisos.

Capítulo V- Conclusões, Limitações e Recomendações

5.1 - Reposição dos objetivos do estudo

Este estudo pretendeu analisar as necessidades mais frequentes e prioritárias das famílias de jovens com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que se encontram a frequentar uma escola de ensino profissional da cidade de Castelo Branco.

Como tal, foram delineados os seguintes objetivos:

- ✓ Analisar as necessidades das famílias dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional;
- ✓ Identificar os tipos de necessidades mais frequentes das famílias de jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional;
- ✓ Identificar os tipos de necessidades prioritárias para as famílias dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional;
- ✓ Analisar de que forma as características das famílias destes jovens se relacionam com as suas necessidades;

5.2 - Conclusões

A recolha das necessidades mais frequentes nas famílias foi obtida através da aplicação do Questionário QNF, dividido em seis categorias. Foi através deste questionário que foram analisados os dados obtidos, de forma separada para dar resposta aos objetivos formulados.

No que diz respeito aos objetivos deste estudo, de **analisar as necessidades das famílias**, constatamos que os pais inquiridos referiram como respostas preferenciais a opção 1 “Não necessito deste tipo de ajuda”, em todas as categorias num total de 66% das respostas, seguido a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, (19%) e por fim, a opção 2- Não tenho a certeza (15%). Assim podemos afirmar que a maioria das famílias de jovens com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que se encontram a frequentar uma escola de ensino profissional da cidade de Castelo Branco parecem não necessitar de ajuda em nenhuma das necessidades analisadas.

Quanto ao objetivo de **identificar os tipos de necessidades mais frequentes**, constatamos que apesar de estas famílias terem escolhido preferencialmente “não necessitar de ajuda”, das que escolheram a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda, podemos destacar que as necessidades mais frequentes sentidas por estes pais são as que se relacionam com as Necessidades de Informação (27 respostas) e as Necessidades de Apoio (21 respostas) que foram as mais selecionadas, pois obtiveram maior número de respostas.

As Necessidades de Explicar aos Outros (10 respostas), as Necessidades Financeiras (9 respostas), as Necessidades de Funcionamento da Vida familiar (7 respostas) e por último, as Necessidade de Serviços da Comunidade (4 respostas) foram as menos escolhidas.

Quanto ao objetivo de **Identificar os tipos de necessidades prioritárias** para as famílias dos jovens com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão de uma escola profissional, foi solicitado aos pais inquiridos para selecionar por ordem de 1 a 10 os

28 itens do questionário QNF, tendo em conta os que na sua opinião representavam as suas maiores necessidades. Em 1ª posição atribuímos 10 pontos e em última posição atribuímos 1 ponto.

Sendo assim, as necessidades prioritárias para os pais inquiridos, que obtiveram maior pontuação, estão relacionadas com itens que pertencem às Necessidades de Informação, (113 pontos), com itens das Necessidades Serviços da Comunidade (53 pontos), itens das Necessidades de Apoio (24 pontos) e por último com itens das Necessidades de Explicar a Outros (9 pontos).

Assim nas Necessidades de Informação os pais acham que necessitam de maior informação *sobre a maneira de lidar com o filho* (item 2), *sobre a deficiência e as necessidades específicas do filho* (item 1), *sobre a maneira de falar com o filho* (item 4) e ainda *informação sobre os serviços e os apoios de que o filho poderá beneficiar no futuro* (item 6).

Nas Necessidades Serviços da Comunidade os pais referem sobretudo que necessitam de ajuda *para encontrar um serviço que quando tiverem necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade* (item 20), *para encontrar um médico que os compreenda e compreenda as necessidades do filho* (item 19) e por fim *para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o filho* (item 21).

Nas Necessidades de Apoio os pais apontam como prioritário que *gostariam de se encontrarem regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possam falar sobre os problemas que a deficiência do filho coloca* (item 12) e que *necessitam de mais tempo para si próprios* (item 14).

Por fim na Necessidade de Explicar aos Outros referem que *o marido (ou mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do filho* (item 16).

Podemos concluir que no que respeita á priorização dos tipos de necessidades que estas famílias apontam as Necessidades de Informação em primeiro lugar, seguindo-se as Necessidades Serviços da Comunidade, as Necessidades de Apoio e por fim as Necessidades de Explicar a Outros.

Tendo como objetivo **analisar de que forma as características das famílias destes jovens se relacionam com as suas necessidades**, verificamos após a análise dos dados obtidos, ~~que~~ às três características em análise: “composição do agregado familiar, situação familiar, e a idade dos pais” e estabelecendo a relação com as, “necessidades de informação, necessidades de apoio, explicar a outros, serviços da comunidade, necessidades financeiras e funcionamento da vida familiar”, verificamos que a opção 1-Não necessito deste tipo de ajuda, obteve a maior percentagem em todas as categorias. Seguindo-se com uma percentagem menor, a opção 3- Necessito deste tipo de ajuda e por último, a opção 2- Não tenho a certeza” com menor pontuação.

Assim, no que respeita à **composição do agregado familiar**, nas categorias Necessidades de Informação, de Apoio, Necessidades de Explicar a Outros,

Necessidades e Serviços da Comunidade, Necessidades Financeiras e Necessidades Funcionamento da Vida Familiar , as famílias compostas por 2, 3 e 4 elementos respondem com valores percentuais elevados de que não necessitam de ajuda em todas as necessidades, no entanto, as famílias compostas por 5 elementos, referem que nas Necessidades de informação, Necessidades de Apoio e Necessidades Funcionamento da Vida familiar não têm a certeza se necessitam de ajuda pois escolheram com uma percentagem de 47%, 52% e 55%, a opção 2- Não tenho a certeza.

No que diz respeito à relação entre a **situação familiar** verificamos que independentemente, do tipo de famílias, casados/união de facto ou famílias monoparentais, maioritariamente, em todas as necessidades, as famílias não necessitam deste tipo de ajuda.

Relativamente à **Idade dos pais**, constatamos que os pais mais novos (39-47 anos), não necessitam deste tipo de ajuda em todos os tipos de necessidades. As famílias em que os pais são mais velhos (48-56 anos), referem não necessitarem de ajuda a todas as necessidades, exceto nas Necessidade de informação, necessitar de ajuda.

Podemos concluir que na relação entre as características dos pais e as diferentes categorias de necessidades verificamos que existe uma convergência generalizada para os pais não necessitarem de ajuda nas diferentes categorias de necessidades independentemente das características, com exceções na **composição do agregado familiar** para as famílias mais numerosas (5 elementos) nas Necessidades de informação, Necessidades de Apoio e Necessidades Funcionamento da Vida familiar e na **idade dos pais** para os o caso dos mais velhos (48-56 anos) nas Necessidade de informação.

5.3 - Limitações e Recomendações

Ao finalizar este estudo, verifica-se que o número de sujeitos foi reduzido para generalizar os resultados.

Outra das limitações e que demorou a recolha de dados, prendeu-se com o facto de Portugal estar a passar por uma situação de pandemia COVID-19, que obrigou a confinamentos prolongados, de distanciamento social e de ensino a distância. Foi necessário adaptar o modo de recolha da informação.

Apesar do número de respostas ser relativamente reduzida, é importante referir que os dados podem ser bastante importantes no que diz respeito aos indicadores a serem estudados em investigações posteriores.

Será também importante, continuar a haver sensibilidade nas necessidades dos jovens com MSAI, de forma a dar continuidade às deficiências relacionadas com as características das famílias.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(Des)equilíbrios familiares uma visão sistémica.: Quarteto.*
- Alves, S. M. (2016). *O contributo dos pares na integração e inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais - Estudo com aluno com problemática de Transtorno do Desenvolvimento Intelectual com predominância do Transtorno da Comunicação Social.* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra]. Obtido em 29 de janeiro de 2022, de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18218/1/SONIA_ALVES.pdf
- Antunes, A. M. (2013). *A Escola e a família face à criança com NEE: Processos e estratégias a desenvolver para uma aliança produtiva.* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus] Obtido em 5 de outubro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4850/1/Aurora%20Antunes.pdf>
- Antunes, N. L. (2018). *Sentidos: O Grande Livro das Perturbações do Desenvolvimento e Comportamento.* Lua de Papel.
- Bailey, D. B., & Simeonsson, R. (1988). *Assessing Needs of Families with Handicapped Infants.* *The Journal of Special Education*, 22,117-127.
- Bernardes, C. M. (2004). *A relação escola-família no 1.º Ciclo: Do envolvimento à participação parental O sentido e o significado das práticas em tempo de mudança.* [Universidade do Porto, Faculdade de psicologia e ciência da Educação] Obtido em 20 de abril de 2021, de [file:///C:/Users/zsduarte/Downloads/A relação escola família no 1 ciclo1%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/zsduarte/Downloads/A%20relacao%20escola%20familia%20no%201%20ciclo1%20(2).pdf)
- Borges, M. I. (2015). *A Relação Família/Escola e as Crianças com Necessidades Educativas Especiais.* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Educação e Educação] Obtido em 4 de 2 de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21559/1/tese%20vers%C3%A3o%20final%20Marlene.pdf>
- Branco, A. R. (2014). *Necessidades dos pais de crianças com NEE incluídas em jardim de infância.* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação de Castelo Branco] Obtido em 4 de 3 de 2021, de <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2395/1/tese%20Ana%20Branco.pdf>
- Cadilha, N.(2010). *Regulação da satisfação das necessidades de prazer e dor : relações com o bem-estar e distress psicológicos.*[Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa]. Obtido em:4 de 5 de 2021 de <http://hdl.handle.net/10451/2690>
- Cardoso, M. R. (2011). *Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Básico: Prespetivas dos Professores.* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências] Obtido em 4 de 5 de 2021, de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10759/1/Tese Rosa Cardoso.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10759/1/Tese%20Rosa%20Cardoso.pdf)

Carmo, M. G. (2004). *A influência das características das famílias em intervenção precoce na identificação das suas necessidades e na utilidade da sua rede de apoio social*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho] Obtido em 10 de 3 de 2021, de <http://hdl.handle.net/1822/589>

Carvalho, S. (2005). *Família, atendimento especializado e inserção social*. [Revista Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria] Obtido em 14 de 3 de 2021, de [file:///C:/Users/zsduarte/Downloads/Familia atendimento especializado e insercao o socia.pdf](file:///C:/Users/zsduarte/Downloads/Familia%20atendimento%20especializado%20e%20insercao%20social.pdf)

César, M. (2005). *The Curriculum as a Mediating Tool for Inclusive Participation: A Case Study in a Portuguese Multicultural School*. *European Journal of Psychology of Education*, 20(1), 29-34.

Chagas, P. V. (2017). *A importância da Intervenção Precoce na reorganização das famílias de Crianças com NEE*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa] Obtido em 3 de 5 de 2021, de [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6619/1/DM Patricia%20Chagas.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6619/1/DM_Patricia%20Chagas.pdf)

Correia, L. M. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto Editora.

Correia, L. M. (1999). *Alunos com necessidades Educativas nas Classes Regulares*. Porto Editora.

Correia, L. M., & Serrano, A. M. (1996). *Intervenção Precoce: Novos desafios nas Formas de Envolvimento Parental*. Separata da revista *Sonhar*, 15-28.

Costa, A. (1996). *Escola Inclusiva: Conceito à Prática*. Inovação.

Costa, A. (2003). *Uma escola para todos. Caminhos Percorridos e a Percorrer. Comunicação no Encontro sobre " Crianças e Jovens na Sociedade Portuguesa: do ordenamento jurídico à Prática Institucional*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora], Obtido em 26 de abril de 2021 de <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13047/1/Institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20Tese.pdf>

Costa, M. (2004). *A Família com Filhos com Necessidades Educativas Especiais* [Escola Superior de Enfermagem de Viseu]. 30, 74-100.

Coutinho, M. T. (2004). *Apoio à Família e Formação Parental*. [Intituto Superior de Psicologia Aplicada, Revista 1 (XXII), 55-64.

Decreto-Lei nº 35/90, de 25/01, Lisboa, Imprensa Nacional. In *Diário da República I Série* nº 21.

Decreto-Lei nº 319/91, de 23/8, Lisboa, Imprensa Nacional. *Diário da República I Série*, nº 193.

Decreto-Lei nº 6/ 2001 de 18 de Janeiro, Portugal. Decreto – Lei nº 3/ 2008 de 7 de Janeiro, Portugal. Diário da República n.º 4 - I Série. Ministério da Educação. Lisboa

Decreto – Lei nº 54/ 2018 de 6 de Julho, Portugal. Diário da República n.º 129/2018, Série I. Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro. Diário da República n.º 4 – 1.ª Série. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei nº 26/89 de 21 de janeiro. Diário da República n.º 18/1989, 1ª Série de 1989/01/21.

Decreto-Lei n.º 51 de 6 de julho. Diário da República n.º Diário da República n.º 120/2018, Série I de 2018-06-25.

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho. Diário da República n.º 129/2012 – 1.ª Série. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Decreto Lei n.º 54/2018, 6 de julho, Diário da República, n.º 129/2018, Série I de 6 de julho de 2018, pp. 2919.

Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto. Diário da República n.º 193 – 1.ª Série. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de maio. Diário da República n.º 102 – 1.ª Série. Lisboa: Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho. Diário da República n.º 117/2014 – 1.ª Série. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Declaração de Salamanca. (1994). Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Acesso e Qualidade. UNESCO.

Diogo, L. (1998). *Parceria Escola- Família, a caminho de uma educação participada*. Porto Editora.

Dunlap, W. R., & Hollinsworth, S. (1977). How Does A Handicapped Child Affect the Family? Implications For Practitioners. *The Family Coordinator*, 26, 286-293.

Évora, N. (2019). *Crianças Cabo-Verdianas com Necessidades Educativas incluídas no 1º CEB em Portugal: Necessidades das Famílias*. [Tese de Mestrado, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação de Castelo Branco] Obtido em 3 de 1 de 2021, de <http://hdl.handle.net/10400.11/7466>

Ferreira, P. A. (2013). *Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente e as suas implicações no núcleo Familiar: um estudo regional*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus]. Obtido em 10 de 4 de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4010/1/PaulaFerreira.pdf>

Ferro, C. A. (2012). *Relações entre Fatores de Risco e Necessidades das Famílias*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Educação de Lisboa] Obtido em 15 de

5 de 2021, de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9095/1/Tese Carla IP%20final.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9095/1/Tese%20Carla%20IP%20final.pdf)

Fortin, M. (2009). *O processo de Investigação: Da conceção à realização*. Lusociência-Edições Técnicas e Científicas.

Gallagher, B., & Cross, H. (1983). *Families of handicapped children:sources of stress and its amelioration*. Journal os special Education, 50(1), 10-19.

Giné, C. (2000). *Las Necesidades De La Família A Lo Largo Del Ciclo Vital*. In V. Alonso & M. Ángel (Eds.), *Familias Y Discacidad Intelectual*. Confederación Española de Organizaciones en Favor de las Personas com Reytraso Mental.

Gonçalves, C. M. (2006). *Necessidades e recursos das famílias de crianças portadoras de síndrome de down residentes em área rural e área urbana*. [Dissertação de Mestrado, Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida Obtido em 29 de 5 de 2021, de <http://hdl.handle.net/10400.12/561>

Correia, L. M.. (2008). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais- Um Guia para educadores e professores*: Porto Editora.

Leandro, M. (2001). *Sociologia da Família nas sociedades contemporâneas*. Universidade Aberta.

Medeiros, S. A. (2012). *Práticas Pedagógicas de Inclusão /Exclusão de uma Escola Regular*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias] Obtido em 10 de 5 de 2021, de <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/4791/1/PR%C3%81TICAS%20PEDAG%C3%93GICAS%20DE%20INCLUS%C3%83O%20EXCLUS%C3%83O%20DE%20UMA%20ESCOLA%20REGU.pdf>

Mesquita, M. H. (s.d.). *Uma Nova Política em Necessidades Educativas Especiais*. O decreto lei319/91- Rumo a uma Escola Inclusiva. Revista Educare- Rducere- 1.º Ciclo EB: Atalhos e Trabalhos, 8,105-118.

Pacheco, J. (2016). *O Impacto das Necessidades Educativas Especiais: Perceções dos pais e cuidadores*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]Obtido em 3 de 5 de 2021, de [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5935/3/DM Jessica%20Pacheco.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5935/3/DM%20Jessica%20Pacheco.pdf)

Passos, A. J. (2014). *As necessidades das famílias apoiadas pela Intervenção Precoce e o atendimento das equipas, no Concelho da Povoação na Ilha de S. Miguel*. [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa].Obtido em 3 de 6 de 2021, de <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4501/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20As%20necessidades%20das%20fam%C3%Adlias%20apoiada.pdf>

Pereira, F. (1996). *As Representações dos Professores de Educação Especial e as Necessidades das Famílias*. Secretariado Nacional para a Reabilitação de Pessoas com Deficiência.

Pinho, A. S. (2017). *Realidade(s) familiares de Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Viseu] Obtido em 3 de 5 de 2021, de <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4884/1/Ana%20Carina%20Pinho.%209403-%20Trabalho%20projeto%20final.%20mestrado%20IPCJR.pdf>

Powell, T., & Ogle, P. (1991). *El Niño Especial: El Papel de los Hermanos en su Educación*. Norma.

Raimundo, A. I. (2015). *Intervenção precoce e perturbação do espectro do autismo: necessidades e prioridades das famílias de crianças dos 3-6 anos de idade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa] Obtido em 3 de 6 de 2021, de <http://hdl.handle.net/10400.5/11587>

Reimão, C., & Cunha, P. (1997). *A Cooperação entre a escola e a família- uma Exigência de Modernidade*. Educação em Debate, 139-165.

Relvas, A. (1996). *O ciclo Vital e a Família, Perspetiva Sistémica*. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento.

Rodrigues, D. (2001). *Educação e Diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto Editora.

Rosa, F. (2010). *Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no 2º Ciclo do Ensino Básico: A Perspectiva dos seus Pares*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Lisboa]. Obtido em 1 de 3 de 2021, de <http://hdl.handle.net/10400.21/2940>

Rurla, A. (2001). *O aluno Surdo na escola Regular: A importância do Contexto familiar e escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Simões, M. I. (2010). *Necessidades das famílias de crianças com deficit cognitivo e motor*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Castelo Branco] Obtido em 2 de 3 de 2021, de <http://hdl.handle.net/10400.11/511>

Sampaio, F., & Geraldês, S. (2006). *Necessidades das famílias de crianças com deficiência: um estudo com a escala Family Needs Survey*. [Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Porto, 277-287.

Saraceno, C. (1992). *Sociologia da Família*. Editorial Estampa.

Serra, I. (2009). *As Necessidades das Famílias de Adolescentes com Deficiência Mental*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. Obtido em 3 de 6 de 2021, de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4061/1/13150.pdf>

Serrano, A. M. (2007). *Redes Sociais de Apoio e sua relevância para a Intervenção Precoce*. Porto Editora.

Silva, N. L. P. & Dessen, M. A. (2001). *Deficiência Mental e Família: Implicações Para o Desenvolvimento da Criança*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 17 (2), 133-141

Turbull, A., J., S., & Brotherson, M. (1986). *Family Life Cycle*. Paul H. Brookes.

Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso*. Bookman.

Anexos

Anexo A- Questionário sobre as necessidades das famílias

QUESTIONÁRIO SOBRE AS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS

(Adaptação)* Adaptação do questionário sobre as Necessidades das Famílias – original de “Family Needs Survey” (FNS, 1998) desenvolvido por Donalt B. Bailey e Rune J. Simeonsson, traduzido e adaptado por Filomena Pereira (1996).

O presente questionário faz parte de uma investigação levada a cabo no âmbito do Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, no Instituto Politécnico de Castelo Branco da Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Esta investigação visa fazer um levantamento das principais Necessidades das famílias de jovens do ensino profissional com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão (MSAI). Assim, o presente questionário é dirigido aos pais/encarregados de educação. Para responder, leia com atenção ao que lhe é solicitado. Os itens deste questionário referem-se a possíveis necessidades sentidas pelas famílias dos jovens com MSAI. Dos vários itens selecionados apenas os que dizem respeito ao tipo de ajuda que o seu agregado familiar necessita de acordo com a seguinte escala.

Os itens deste QUESTIONÁRIO referem-se a possíveis necessidades sentidas pelas famílias.

Dos vários itens selecione apenas os que dizem respeito ao tipo de ajuda que a sua família necessita e de acordo com a seguinte escala.

1	2	3
Não necessito deste tipo de ajuda	Não tenho a certeza	Necessito deste tipo de ajuda

Para sinalizar a situação pretendida coloque uma cruz (X) no quadro respetivo.

O QUESTIONÁRIO é anónimo. Deve, no entanto, preencher a ficha “Dados Biográficos da Família” que acompanha o questionário.

QUESTIONÁRIO SOBRE AS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS

NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

1 – Necessito de maior informação sobre a deficiência e as necessidades específicas do meu filho.

1	2	3

2 – Necessito de maior informação sobre a maneira de lidar o meu filho.

3 – Necessito de maior informação sobre a maneira de ensinar o meu filho.

--	--	--

4 – Necessito de maior informação sobre a maneira de falar com o meu filho.

--	--	--

5 – Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios que presentemente estão mais indicados para o meu filho.

--	--	--

6- Necessito de maior informação sobre os serviços e os apoios de que o meu filho poderá beneficiar no futuro.

--	--	--

7- Necessito de maior informação sobre a maneira como a criança cresce e se desenvolve.

--	--	--

NECESSIDADES DE APOIO

1 2 3

8. Necessito de ter alguém na minha família com quem possa falar mais sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.

--	--	--

9. Necessito de ter mais amigos com quem conversar.

--	--	--

10. Necessito de mais oportunidades para me encontrar e falar com os pais de outras crianças deficientes.

--	--	--

11. Necessito de mais tempo para falar com os professores e terapeutas do meu filho.

--	--	--

12. Gostaria de me encontrar regularmente com um conselheiro (médico, psicólogo, técnico de serviço social) com quem possa falar sobre os problemas que a deficiência do meu filho coloca.

--	--	--

13. Necessito de informações escritas sobre os pais das crianças que têm os mesmos problemas que o meu filho.

--	--	--

14. Necessito de mais tempo para mim próprio.

--	--	--

EXPLICAR A OUTROS

- | | 1 | 2 | 3 |
|--|----------|----------|----------|
| 15. Necessito de mais ajuda sobre a forma de explicar a situação do meu filho aos amigos. | | | |
| 16. O meu marido (ou minha mulher) precisa de ajuda para compreender e aceitar melhor a situação do nosso filho. | | | |
| 17. Necessito de ajuda para saber responder, quando amigos, vizinhos ou estranhos, me façam perguntas sobre a situação do meu filho. | | | |
| 18. Necessito de ajuda para explicar a situação do meu filho a outras crianças. | | | |

SERVIÇOS DA COMUNIDADE

- | | 1 | 2 | 3 |
|--|----------|----------|----------|
| 19. Necessito de ajuda para encontrar um médico que me compreenda e compreenda as necessidades do meu filho. | | | |
| 20. Necessito de ajuda para encontrar um serviço que quando eu tiver necessidade (descansar, ir ao cinema, a uma festa...) fique com o meu filho, por períodos curtos, e que esteja habilitado para assumir essa responsabilidade. | | | |
| 21. Necessito de ajuda para encontrar um serviço de apoio social e educativo para o meu filho. | | | |

NECESSIDADES FINANCEIRAS

- | | 1 | 2 | 3 |
|--|----------|----------|----------|
| 22. Necessito de maior ajuda no pagamento de despesas como: alimentação, cuidados médicos, transportes, ajudas técnicas (cadeira de rodas, prótese auditiva, máquina braile...). | | | |
| 23. Necessito de maior ajuda para obter o material ou o equipamento especial de que o meu filho precisa. | | | |

24. Necessito de maior ajuda para pagar despesas com: terapeutas, estabelecimentos de educação especial ou outros serviços de que o meu filho necessita.

--	--	--

25. Necessito de maior ajuda para pagar a serviços de colocação temporária (os referidos no ponto 20).

--	--	--

FUNCIONAMENTO DA VIDA FAMILIAR

1 2 3

26. A nossa família necessita de ajuda para discutir problemas e encontrar soluções.

--	--	--

27. A nossa família necessita de ajuda para encontrar forma de, nos momentos difíceis, nos apoiarmos mutuamente.

--	--	--

28. A nossa família necessita de ajuda para decidir quem fará as tarefas domésticas, quem tomará conta das crianças e outras tarefas familiares.

--	--	--

Dos 28 itens deste Questionário indique, até ao máximo de 10, os que na sua opinião correspondem às maiores necessidades das famílias:

Item n.º: 1. _____ 2. _____ 3. _____ 4. _____ 5. _____	Item n.º: 6. _____ 7. _____ 8. _____ 9. _____ 10. _____
---	--

Utilize este espaço para indicar outras necessidades das famílias não contempladas nos itens anteriores:

Anexo B- Ficha de Dados Biográficos

- | | | | | | | | | |
|--------------------------|-------------------------|-----|--------------------------|-------------------------|-----|--------------------------|-------------------------|-----|
| <input type="checkbox"/> | 4° | Ano | <input type="checkbox"/> | 4° | Ano | <input type="checkbox"/> | 4° | Ano |
| <input type="checkbox"/> | 6° | Ano | <input type="checkbox"/> | 6° Ano | | <input type="checkbox"/> | 6° Ano | |
| | | | <input type="checkbox"/> | 9° Ano (antigo 5° ano) | | <input type="checkbox"/> | 9° Ano (antigo 5° ano) | |
| <input type="checkbox"/> | 9° Ano (antigo 5° ano) | | <input type="checkbox"/> | 11° Ano (antigo 7° ano) | | <input type="checkbox"/> | 11° Ano (antigo 7° ano) | |
| <input type="checkbox"/> | 11° Ano (antigo 7° ano) | | <input type="checkbox"/> | 12° | Ano | <input type="checkbox"/> | 12° | Ano |
| <input type="checkbox"/> | 12° | Ano | <input type="checkbox"/> | Bacharelato | | <input type="checkbox"/> | Bacharelato | |
| <input type="checkbox"/> | Bacharelato | | <input type="checkbox"/> | Licenciatura | | <input type="checkbox"/> | Licenciatura | |
| <input type="checkbox"/> | Licenciatura | | <input type="checkbox"/> | Outra. | | <input type="checkbox"/> | Outra. | |
| <input type="checkbox"/> | Outra. | | Qual? | _____ | | Qual? | _____ | |
| <input type="checkbox"/> | Qual? | | | | | | | |

1.5 - Qual é a sua situação perante o trabalho?

- | PAI | MÃE | OUTRO. QUAL? |
|--|--|--|
| | | _____ |
| <input type="checkbox"/> Desempregado/a | <input type="checkbox"/> Desempregado/a | <input type="checkbox"/> Desempregado/a |
| <input type="checkbox"/> Doméstica/o | <input type="checkbox"/> Doméstica/o | <input type="checkbox"/> Doméstica/o |
| <input type="checkbox"/> Exerce uma profissão efectiva | <input type="checkbox"/> Exerce uma profissão efectiva | <input type="checkbox"/> Exerce uma profissão efectiva |
| <input type="checkbox"/> Exerce uma profissão contratado | <input type="checkbox"/> Exerce uma profissão contratado | <input type="checkbox"/> Exerce uma profissão contratado |

- | | | | | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | Reformado/a | <input type="checkbox"/> | Reformado/a | <input type="checkbox"/> | Reformado/a |
| <input type="checkbox"/> | Estudante | <input type="checkbox"/> | Estudante | <input type="checkbox"/> | Estudante |
| <input type="checkbox"/> | Cumpre serviço militar obrigatório | <input type="checkbox"/> | Outra situação. | <input type="checkbox"/> | Cumpre serviço militar obrigatório |
| | | | Qual? _____ | | |
| <input type="checkbox"/> | Outra situação. | — | | <input type="checkbox"/> | Outra situação. |
| | Qual? _____ | | | | Qual? _____ |
| | | | | | — |

1.6 - Em que domínio de actividade trabalha ou trabalhava?

PAI

MÃE

OUTRO. QUAL?

- | | | | | | |
|--------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> | Agricultura | <input type="checkbox"/> | Agricultura | <input type="checkbox"/> | Agricultura |
| <input type="checkbox"/> | Comércio | <input type="checkbox"/> | Comércio | <input type="checkbox"/> | Comércio |
| <input type="checkbox"/> | Indústria | <input type="checkbox"/> | Indústria | <input type="checkbox"/> | Indústria |
| <input type="checkbox"/> | Escritórios | <input type="checkbox"/> | Escritórios | <input type="checkbox"/> | Escritórios |
| <input type="checkbox"/> | Banca/Seguros | <input type="checkbox"/> | Banca/Seguros | <input type="checkbox"/> | Banca/Seguros |
| <input type="checkbox"/> | Administração pública | <input type="checkbox"/> | Administração pública | <input type="checkbox"/> | Administração pública |
| <input type="checkbox"/> | Construção civil | <input type="checkbox"/> | Construção civil | <input type="checkbox"/> | Construção civil |
| <input type="checkbox"/> | Transportes | <input type="checkbox"/> | Transportes | <input type="checkbox"/> | Transportes |

Forças armadas/ de segurança Forças armadas/de segurança Forças armadas/ de segurança

Outro. _____ Qual? _____ Outro. Qual? _____

2 – Gostaríamos agora que nos desse alguns dados relativamente ao seu filho (a)

2.1 - Qual é o sexo?

- Masculino
 Feminino

2.2 - Qual a data de nascimento?

Mês de do Ano.....

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Janeiro | <input type="checkbox"/> 1991 |
| <input type="checkbox"/> Fevereiro | <input type="checkbox"/> 1992 |
| <input type="checkbox"/> Março | <input type="checkbox"/> 1993 |
| <input type="checkbox"/> Abril | <input type="checkbox"/> 1994 |
| <input type="checkbox"/> Maio | <input type="checkbox"/> 1995 |
| <input type="checkbox"/> Junho | <input type="checkbox"/> 1996 |
| <input type="checkbox"/> Julho | <input type="checkbox"/> 1997 |
| <input type="checkbox"/> Agosto | <input type="checkbox"/> 1998 |
| <input type="checkbox"/> Setembro | <input type="checkbox"/> 1999 |
| <input type="checkbox"/> Outubro | <input type="checkbox"/> 2000 |
| <input type="checkbox"/> Novembro | <input type="checkbox"/> 2001 |
| <input type="checkbox"/> Dezembro | |

2.3 - Qual é, em termos de idade, a posição da criança face aos irmãos?

- É a mais velha (a primeira)
 É a segunda
 É a terceira
 É a quarta
 É a quinta
 Outra. Qual? _____

2.4 - Quais são as principais dificuldades do seu filho (a)?

- Atraso no desenvolvimento global

- Dificuldades motoras
 - Dificuldades visuais
 - Dificuldades auditivas
 - Dificuldades na linguagem
 - Dificuldades múltiplas
- Outras.

Quais?

Data: ____ / ____ / ____

Grau de Parentesco de quem preencheu: _____